



**MINISTÉRIO DOS TRANSPORTES**  
**SECRETARIA EXECUTIVA**

**Relatório de Gestão**  
**2005**

Março de 2006

**Ministro de Estado dos Transportes**

Alfredo Pereira do Nascimento

**Secretário-Executivo**

Paulo Sérgio Oliveira Passos

**Subsecretário de Assuntos Administrativos**

Estevam Pedrosa

**Subsecretário de Planejamento e Orçamento**

Heraldo Cosentino

**Secretário de Política Nacional de Transportes**

José Augusto da Fonseca Valente

**Secretário de Gestão de Programas de Transportes**

Pedro da Costa Carvalho

**Secretário de Fomento para Ações de Transportes**

Sérgio Hermes Martello Bacci

## **Relatório das Atividades do Exercício de 2005**

O presente relatório, em observância à decisão normativa TCU nº 71, de 7 de dezembro de 2005, apresentará as atividades da Secretaria Executiva (SE-MT), órgão de assistência direta e imediata ao Ministro de Estado, agregando a Subsecretaria de Assuntos Administrativos (SAA), que consolida as contas da Coordenação-Geral de Recursos Humanos e da Coordenação-Geral de Recursos Logísticos; a Subsecretaria de Planejamento e Orçamento (SPO), que consolida as contas da Coordenação-Geral de Orçamento e da Coordenação-Geral de Finanças e Contabilidade; a Secretaria de Política Nacional de Transportes, a Secretaria de Gestão dos Programas de Transportes e a Secretaria de Fomento para Ações de Transportes.

## DADOS GERAIS DA UNIDADE AGREGADORA

**Nome:** Secretaria Executiva do Ministério dos Transportes – SE/MT.

**CNPJ (MF):** 37.115.342/0001-67.

**Natureza Jurídica:** Administração Direta.

**Vinculação:** Ministério dos Transportes.

**Endereço:** Esplanada dos Ministérios, Bloco “R”, 5º andar – Brasília – DF – CEP: 70044-900 – Telefone (61) 311-7090 – Fax: (61) 311-7845 – E-mail: [secretaria.executiva@transportes.gov.br](mailto:secretaria.executiva@transportes.gov.br) - Página na internet: [www.transportes.gov.br](http://www.transportes.gov.br).

**Norma de Criação:** Decreto nº 4.721, de 05 de junho de 2003 e Portaria nº 399, de 14 de julho de 2004.

**Finalidade:** A Secretaria-Executiva – SE/MT, conforme estabelece o Regimento Interno aprovado pela Portaria GM nº 399/2004, de 14/07/2004, publicada no Diário Oficial da União em 15/07/2004, tem por finalidade:

I - assistir ao Ministro de Estado na supervisão e coordenação das atividades das Secretarias integrantes da estrutura do Ministério e das entidades a ele vinculadas;

II - supervisionar e coordenar as atividades relacionadas com os sistemas federais de planejamento e de orçamento, de contabilidade, de administração financeira, de organização e modernização administrativa, de administração dos recursos de informação e informática, de recursos humanos e de serviços gerais, no âmbito do Ministério e das entidades a ele vinculadas;

III - promover a articulação entre os diferentes órgãos supervisionados pela Secretaria-Executiva;

IV - auxiliar o Ministro de Estado na definição de diretrizes e na implementação das ações da área de competência do Ministério; e

V - supervisionar as entidades vinculadas ao Ministério.

A Secretaria-Executiva - SE exerce, ainda, o papel de órgão setorial dos Sistemas de Pessoal Civil da Administração Federal - SIPEC, de Organização e Modernização Administrativa- SOMAD, de Administração dos Recursos de Informação e Informática - SISPI, de Serviços Gerais - SISG, e de Planejamento e Orçamento Federal, de Contabilidade e Finanças.

**Organização:** A Secretaria-Executiva – SE tem a seguinte estrutura:

1 - Gabinete - GAB

1.1 - Coordenação de Assuntos Institucionais - COAIN

1.2 - Coordenação de Apoio Técnico-Administrativo -COAT

1.2.1 - Divisão de Política Setorial de Salários - DIPOS

- 1.2.1.1 - Serviço de Análise - SERAN
- 1.2.1.2 - Serviço de Acompanhamento - SEACO
- 1.2.2 - Divisão de Apoio Administrativo - DIADM
- 1.2.2.1 - Serviço de Mecanografia - SEMEC
- 1.2.2.2 - Serviço de Atividades Especiais - SERAE
- 1.2.3 - Divisão de Atividades Gerais - DIAGE
- 1.2.3.1 - Serviço de Atividades Gerais - SEAGE
- 1.2.3.2 - Serviço de Controle - SECON
- 1.3 - Coordenação de Entidades Vinculadas - COEVI

## **1 – INTRODUÇÃO**

Ao lado das atribuições inerentes à natureza institucional da Secretaria Executiva, como órgão de coordenação máxima das atividades de gestão do Ministério dos Transportes, no ano de 2005, esta unidade ministerial teve participação direta, e sistemática, no encaminhamento, desenvolvimento e articulação setorial e multisetorial de ações relacionadas às questões de transportes, como a busca de oportunidades de investimento pelo setor privado, considerando que cada vez mais a iniciativa privada esta sendo chamada a suprir ou colaborar com a Administração Pública, desenvolvendo importantes atividades para o desenvolvimento do país; e cooperação inter e intra-governo, identificação de gargalos e proposição de soluções para a melhoria da infraestrutura de transportes, estudos para aperfeiçoamento e ajustes legislativos, cujo extrato significativo segue abaixo.

## **2- DIMENSÃO DA RESPONSABILIDADE DO SETOR**

### **2.1 - Rodovias**

- Malha Rodoviária 72 mil km de malha, 58 mil km pavimentados
- Malha Concessionada 4.483 km

### **2.2 – Ferrovias**

- 28 mil km de ferrovias operados pelo setor privado

### **2.3 – Portos**

- 40 portos públicos (água doce e salgada) com operação, basicamente, pelo setor privado
  - 21 administrados pelas Cias Docas Federais e DNIT
  - 18 administrados por Estados e Municípios
  - 01 administrado pela iniciativa privada
- 7 Companhias Docas pertencentes à União
  - Codesp
  - CDRJ
  - Codesa
  - Codeba
  - Codern
  - CDC
  - CDP

## **2.4 – Hidrovias**

- 28 mil km de vias navegáveis interiores e potencial de aproveitamento de mais 15 mil km
- Efetivamente utilizadas para transporte de cargas 10 mil km

## **3 - PRINCIPAIS PROBLEMAS**

### **3.1 – Conjunturais**

- Níveis dos gastos públicos em infra-estrutura são metade do que eram na década de 1980
- No caso de Transportes, a situação se agravou com o fim da vinculação de recursos, com a extinção do Fundo Rodoviário Nacional pela Constituição de 1988
- Parte da redução decorre da transferência de atividades para o setor privado
- Outra parte reflete restrições fiscais que geraram atrasos na conclusão de obras essenciais e em obras de manutenção
- Brasil aplicou menos de 1% do PIB nos últimos anos, pois as metas de superávit primário implicam na redução da margem disponível para despesas discricionárias, já que outras despesas são transferências obrigatórias ou recursos vinculados de aplicação compulsória (educação e saúde). A CIDE não tem caráter de aplicação compulsória
- Déficit de investimentos, juntamente com “boom” da economia interna e de exportações contribuem para aparecimento de gargalos que interferem no potencial de crescimento

#### **3.1.1 – Rodovias**

- Infra-estrutura degradada, com deterioração das condições operacionais (aumento do número de acidentes e perda energética elevada)  
IDADE DOS PAVIMENTOS  
Até 5 anos – 5% da malha  
De 5 a 10 anos – 15% da malha  
Mais de 10 anos - 80% da malha
- Insuficiência de capacidade nas regiões desenvolvidas
- Extensão e cobertura inadequadas da malha nas regiões com potencialidade de desenvolvimento

#### **3.1.2 – Ferrovias**

- Invasão da faixa de domínio nos centros urbanos e nos acessos aos portos
- Idade média elevada e quantidade insuficiente de vagões e locomotivas
- Integração operacional deficiente entre concessionários
- Malha pouco extensa e com cobertura deficiente para o atendimento da demanda, em especial nas novas zonas de produção agrícola

#### **3.1.3 - Portos**

- Infra-estrutura próxima da saturação (falta de berços)
- Restrições de acesso marítimo (profundidade)

- Restrições de acesso terrestre (rodoviário e ferroviário)
- Deficiências na articulação institucional dos agentes governamentais envolvidos: aduana, órgãos de fiscalização sanitária etc.

### **3.1.4 – Hidrovias**

- Dificuldade de licenciamento ambiental – MP/Ações Judiciais
- Obstrução de vias navegáveis por barragens sem eclusas, o que poderá se repetir no caso das novas hidrelétricas previstas para o Rio Madeira
- Insuficiência de recursos para manutenção da infra-estrutura em uso

### **3.1.5 – Marinha Mercante**

- Inadequação da frota nacional para cabotagem e longo curso
- Pequena participação da frota nacional nas operações
- Déficit elevado no mercado de fretes
- Necessidade de aumentar a competitividade da indústria naval brasileira

## **4 - VISÃO DE GOVERNO**

- Compreensão do papel estratégico da infra-estrutura e logística de transportes como base para o desenvolvimento econômico
- Nova visão gerou crescimento nos investimentos em infra-estrutura voltados à superação de gargalos e à garantia de condições de competitividade e de escoamento da produção nacional

## **5 - DESAFIOS GERAIS**

Infra-Estrutura de Transportes capaz de:

- Atender com eficiência à demanda decorrente do crescimento interno e do comércio exterior
- Reduzir os níveis de ineficiência:
  - Acidentes
  - Tempos de viagem
  - Custos de transportes
- Estruturar os corredores estratégicos de transportes
- Estimular a participação dos modais hidroviário e ferroviário, com maior utilização da intermodalidade
- Escoar adequadamente a produção de granéis sólidos, líquidos e cargas containerizadas
- Apoiar o desenvolvimento da indústria do turismo
- Permitir a ligação do Brasil com os países limítrofes, fortalecendo a integração na América do Sul

### **5.1 - Desafios Específicos**

#### **5.1.1 – Manutenção dos Níveis de Investimento**

- A partir de 2005 foi alcançado um novo patamar de investimentos em transportes – cerca de R\$ 6 bilhões
- Há necessidade de manutenção e até mesmo de ampliação desses níveis de investimento para garantir a continuidade do processo de expansão e habilitação da logística de transportes

### **5.1.2 – Reforço na Estrutura de Gestão**

- A elevação no patamar de investimentos não foi acompanhada do aparelhamento dos órgãos de gestão, sobretudo do Departamento Nacional de Infra-estrutura de Transportes/DNIT, resultando em desempenho operacional carente de ajustes visando a dar capacidade executiva às ações
- Faz-se mister concluir o processo de qualificação da gestão (bens e pessoas), com o aparelhamento dos órgãos e a realização e contratação por concurso público

## **6 – ATIVIDADES COORDENADAS POR ESTA UNIDADE**

A partir dos diagnósticos sobre a natureza dos problemas enfrentados pelo setor no que tange à eficiência dos modais, situação do patrimônio público e também às dificuldades de gestão organizacional, trazidos à tona tanto pelo acúmulo e produção técnica quanto pelo diálogo construído com a sociedade e com outros órgãos de governo, o Ministério dos Transportes seguiu com a implementação de ações visando a capacitar a infra-estrutura para:

- Atender com eficiência à demanda decorrente do crescimento interno e do comércio exterior;
- Reduzir os níveis de ineficiência:
  - Número de acidentes,
  - Tempos de viagem,
  - Custos de transportes;
- Estruturar corredores estratégicos de transportes;
- Estimular maior participação dos modais hidroviário e ferroviário, com maior utilização da intermodalidade;
- Apoiar o desenvolvimento da indústria do turismo;
- Consolidar a ligação do Brasil com os países limítrofes, fortalecendo a integração na América do Sul.

Nesse intento, o Ministério planejou a execução de empreendimentos que enfrentassem fisicamente os desafios e trabalhou no aperfeiçoamento da gestão dos recursos públicos federais, no aparelhamento da estrutura organizacional do Ministério e na qualificação e melhoria de desempenho da gestão dos programas em transportes.

A preocupação com a gestão dos recursos públicos federais e a necessidade de aplicar racionalmente e de forma eficiente os valores orçamentários, levou o Ministério a estabelecer e consolidar parcerias públicas para a execução de obras e gerenciamento do patrimônio, envolvendo o Ministério da Defesa e governos estaduais e municipais, mediante:

- Estabelecimento de convênios para a execução de obras por estados e municípios, aproveitando a capacidade executiva desses entes públicos;



- Descentralização de Rodovias – compreendendo a transferência de rodovias de interesse regional/local para os estados;
- Convênios com os Batalhões de Engenharia e Construção do Exército para execução de obras e também no desenvolvimento de estudos técnicos.

De outro lado, o Ministério dos Transportes vem se articulando com estados no sentido de otimizar a aplicação dos recursos da Contribuição sobre Intervenção no Domínio Econômico – Cide, destinados a estados e municípios. Por lei, 29% da receita arrecadada retorna aos estados para utilização em infra-estrutura de transportes, cabendo a esses entes submeter previamente ao Ministério o plano de aplicação dos recursos.

Ao mesmo tempo, foi dada continuidade ao processo de incorporação de outras modalidades de financiamento da infra-estrutura, de forma a avançar no provimento das demandas de transportes, como Concessões, Parcerias Público-Privadas - PPP, Arrendamentos e alternativa de “Project Finance” para o projeto da ferrovia Nova Transnordestina, que criará um novo corredor ferroviário de alta capacidade, em bitola larga, entre Eliseu Martins, no Piauí, e os portos de Suape, em Pernambuco, e Pecém, no Ceará.

A partir da regulamentação da lei de parcerias público-privadas, o governo selecionou, com base em critérios técnicos, os cinco projetos candidatos à PPP, todos do setor de transportes:

- Ferrovia Norte-Sul;
- Ferroanel de São Paulo;
- Variante Ferroviária Guarapuava – Ipiranga;
- BR-493 – Arco Rodoviário do Rio de Janeiro;
- BR-116 – Rio/Bahia.

Preocupou-se em aparelhar os órgãos ministeriais, buscando conferir maior eficiência à administração e ao atendimento das competências de formulação, coordenação e supervisão.

Foi criado um novo padrão na cronologia de pagamentos efetuados pelo Departamento Nacional de Infra-estrutura de Transportes – DNIT, na forma prevista em lei. A sistemática permitiu regularizar pagamentos de fornecedores, evitando a transferência para o ano seguinte de elevados montantes de “restos a pagar processados” de exercícios anteriores. O pagamento destes débitos pendentes permitiu mais investimentos na execução de obras e resgatou a credibilidade do governo junto ao setor da construção rodoviária.

Deve ser enfatizado o esforço para qualificar os sistemas de informações do Ministério e de unidades vinculadas, sobretudo do Departamento Nacional de Infra-estrutura de Transportes (DNIT), com a melhor estruturação e implantação de mecanismos de gerenciamento capazes de proporcionar segurança, agilidade e qualidade nas informações.

No DNIT houve a transição de um modelo terceirizado e disperso de gerenciamento na área de informática, instalado há cerca de quinze anos, para um modelo unificado coordenado pelo SERPRO, entidade pública componente do quadro do

Ministério da Fazenda, de forma a garantir transparência e efetiva detenção pelo poder público de informações estratégicas processadas pelos sistemas de informática.

Como parte das ações preconizadas pelo grupo de trabalho interministerial que visitou os 11 principais portos brasileiros, identificando necessidades de melhoria operacional nessa atividade – denominado Agenda Portos -, foi elaborado o plano técnico do protótipo SISPORTOS, visando a realização de um diagnóstico e um modelo de integração dos diversos sistemas de informações do setor portuário.

No âmbito da regulação, foram implementados novos sistemas informatizados como o Sistema de Controle de Frota de Empresas Permissionadas, o Sistema de Multas via Internet, pela Agência Nacional de Transportes Terrestres - ANTT. A Agência Nacional de Transportes Aquaviários – ANTAQ - revisou e implantou o Sistema de Desempenho Operacional (sistema permanente de acompanhamento de preços e desempenho operacional dos serviços portuários), com a adesão efetiva e em processo de integração dos sistemas de 21 Administrações Portuárias, representando 35 portos.

Na gestão de recursos humanos cabe ressaltar a realização de concursos públicos para seleção de pessoal visando compor os quadros funcionais efetivos das agências reguladoras e a aprovação pela Lei nº 11.171, de 02 de setembro de 2005, da carreira e do Plano Especial de Cargos do DNIT, que dá condições para a realização de concursos públicos visando suprir as necessidades de quadros especializados no órgão.

Na área de Política e Planejamento de Transportes foi desencadeado o processo de institucionalização de instrumentos para o planejamento, monitoramento e avaliação das ações do Ministério, tendo por atividades principais:

- Início da formulação do Plano Nacional de Logística de Transportes;
- Revisão do Sistema Nacional de Viação e do projeto-de-lei decorrente que tramita no Congresso Nacional;
- Retomada do acompanhamento da Regulação e Supervisão das Rodovias Concedidas pelos Estados por meio de Convênios de Delegação – a partir da edição da Portaria Ministerial n. 501/2004, de 17/12/2004, com a formação de banco de dados e de estrutura funcional.
- Realização de levantamento da infra-estrutura portuária e do emprego de recursos tecnológicos nos portos brasileiros, efetuado em 31 portos nacionais, identificando necessidades de projetos para incremento da navegação de cabotagem e de estudos de dragagem nos portos do país;
- Desenvolvimento da modelagem, bem como dado trâmite à implantação da 2ª etapa do Programa de Concessão de Rodovias Federais. A modelagem foi aprovada pelo Conselho Nacional de Desestatização e os estudos encontram-se em análise pelo Tribunal de Contas da União.
- Apresentação de estudos para a Concessão da Rodovia BR-163 (Cuiabá/MT-Santarém/PA) e realização de audiência pública prévia.

As relações institucionais do Ministério dos Transportes, sobretudo o diálogo e a interlocução com os setores usuários dos transportes brasileiros, foram estreitadas, tendo por destaque:

- Fomento ao desenvolvimento de estudos de viabilidade para implantação de trens de passageiros, envolvendo iniciativas na esfera pública e sociedade civil organizada, visando à retomada do transporte ferroviário de passageiros de caráter turístico ou regional, que faz parte das diretrizes do Plano de Revitalização de Ferrovias instituído em 2003;
- Articulação com o segmento de Transportadores Rodoviários de Cargas, que transformou o Ministério dos Transportes em principal canal de diálogo entre governo e o setor, dando celeridade a pleitos justificados que visavam à redução do custo logístico. Uma das principais medidas foi a extinção da exigência das Autorizações Especiais de Trânsito (AETs) para circulação dos veículos de 45 até 57 toneladas, conhecidos como bi-trens, frota de cerca de 100 mil veículos. A exigência de AETs representava entrave burocrático que gerava despesas de cerca de R\$ 100 milhões/ano (custo anual médio de R\$ 1 mil/veículo) para pagamento de taxas e de despachantes. Os benefícios colhidos deverão retornar à sociedade em forma de menores custos de transportes. Restrições de circulação deverão ser indicadas pelos órgãos rodoviários, responsáveis também pela fiscalização.

Com relação à articulação na esfera internacional, é oportuno registrar:

- Articulação com demais órgãos de governo que viabilizou a assinatura acordo com a França para a construção de uma ponte ligando Oiapoque, no Amapá (BR-156), a Saint George d'Oyapock, na Guiana Francesa. O acordo aguarda ratificação pelo Congresso Nacional;
- Realização de estudos preliminares para a construção da segunda ponte entre Brasil e Paraguai, na região de Foz do Iguaçu/PR (BR-277), ligando Porto Meira (BR) e Puerto Presidente Franco (PY), com expectativa de início de obras em 2007;
- Realização no Brasil da 6ª reunião de ministros e autoridades de transportes no âmbito da Iniciativa de Transportes do Hemisfério Ocidental - ITHO, que deu destaque ao financiamento da infra-estrutura (Projeto Piloto de Investimentos), a implantação de obras de infra-estrutura para atender a populações carentes, a intermodalidade, a segurança rodoviária, marítima e aérea, enfocando ainda a experiência brasileira com o uso de bi-combustível. O Brasil foi eleito co-presidente, juntamente com os Estados Unidos, para coordenar o comitê executivo deste fórum composto por 34 países.

A preocupação com medidas de inclusão social refletiu-se sobretudo na:

- Atuação do Programa Passe Livre, que concede credencial para pessoas portadoras de deficiência física viajarem gratuitamente em ônibus interestadual. Neste ano foram emitidas 46.480 credenciais, volume expressivo uma vez que desde a sua implantação em 2001 foram concedidas 99.991 credenciais.
- Desenvolvimento do Projeto Amigo das Rodovias, com o objetivo de levar os usuários, transportadores e demais participantes da cadeia produtiva do transporte rodoviário de cargas a participar, responsável e ativamente, na formulação de um plano de ação e desenvolvimento de ações que tenham como meta reduzir, de forma significativa, o excesso de peso e o excesso de tempo de direção, nas rodovias brasileiras.

- Prosseguimento de atividades do Programa de Redução de Acidentes no Trânsito – PARE -, com campanhas educativas visando a comportamentos preventivos para segurança no trânsito, incluindo conscientização de pedestres, e de interlocução com áreas de medicina de tráfego.

Demais ações coordenadas pela Secretaria-Executiva estão detalhadas nas unidades relacionadas abaixo.

## DADOS GERAIS DA UNIDADE CONSOLIDADORA

**Nome:** Subsecretaria de Assuntos Administrativos - SAAD/SE/MT.

**CNPJ (MF):** 37.115.342/0001-67.

**Natureza Jurídica:** Administração Direta.

**Vinculação:** Ministério dos Transportes.

**Endereço:** Esplanada dos Ministérios, Bloco "R", 2º andar – Brasília – DF – CEP: 70044-900 – Telefone (61) 311-7878 – Fax: (61) 311-7905 – Página na internet: [www.transportes.gov.br](http://www.transportes.gov.br).

**Norma de Criação:** Decreto nº 4.721, de 05 de junho de 2003 e Portaria nº 399, de 14 de julho de 2004.

**Finalidade:** A Subsecretaria de Assuntos Administrativos, conforme estabelece o Regimento Interno aprovado pela Portaria GM nº 399/2004, de 14/07/2004, publicada no Diário Oficial da União em 15/07/2004, tem por finalidade:

I - planejar, coordenar e supervisionar a execução das atividades relacionadas com os Sistemas Federais de Organização e Modernização Administrativa, de Administração dos Recursos de Informação e Informática, de Recursos Humanos e de Serviços Gerais, no âmbito do Ministério;

II - promover a articulação com os órgãos centrais dos sistemas federais referidos no inciso I e informar e orientar os órgãos do Ministério quanto ao cumprimento das normas administrativas estabelecidas;

III - promover e coordenar a elaboração e a consolidação dos planos, programas e atividades da sua área de competência, submetendo-os à decisão superior;

IV - acompanhar e promover a avaliação de projetos e atividades;

V - realizar tomadas de contas dos ordenadores de despesa e demais responsáveis por bens e valores públicos e de todo aquele que der causa a perda, extravio ou outra irregularidade que resulte em dano ao Erário.

**Organização:** A Subsecretaria de Assuntos Administrativos tem a seguinte estrutura:

1 - Serviço de Apoio Administrativo - SAA

2 - Coordenação-Geral de Modernização e Informática - CGMI

2.1 - Coordenação de Modernização - COMOR

2.1.1 - Serviço de Métodos - SEMET

2.1.2 - Serviço de Normas e Manuais - SENOR

2.1.3 - Serviço de Estudos Organizacionais - SEST

2.1.4 - Serviço de Avaliação de Produtos e Serviços -SEAPS

2.2 - Coordenação de Informação - CORIN

- 2.2.1- Divisão de Biblioteca - DIBIB
- 2.3 - Coordenação de Informática - COINF
- 2.3.1 - Serviço de Desenvolvimento de Sistemas -SEDEN
- 2.3.2 - Serviço de Comunicação de Dados -SECOD
- 2.3.3 - Serviço de Atendimento ao Usuário - SEAU
- 2.3.4 - Serviço de Controle - SERCON
  
- 3 - Coordenação-Geral de Recursos Humanos - CGRH
- 3.1 - Serviço de Apoio Administrativo - SEAP
- 3.2 - Serviço de Articulação de Informações - SEAINF
- 3.3 - Serviço de Execução Orçamentária e Financeira de Pessoal - SEOF
- 3.4 - Serviço de Assistência Médico-Social - SAMS
- 3.5 Coordenação de Acompanhamento de Normas e Orientação Técnica - COTEC
- 3.5.1 - Divisão de Estudos e Normas de Recursos Humanos- DINOR
- 3.5.2 - Divisão Administrativa para Assuntos Técnicos, Judiciais e Disciplinares - DITEC
- 3.6 - Coordenação de Administração de Pessoal Ativo -COAD
- 3.6.1- Divisão de Treinamento e Capacitação de Recursos Humanos - DITC
- 3.6.2 - Divisão de Benefícios - DIBEN
- 3.6.3 - Divisão de Cadastro - DICAD
- 3.6.3.1 - Serviço de Registro Funcional - SEREF
- 3.6.3.2 - Serviço de Movimentação e Lotação - SEMOL
- 3.6.3.3 - Serviço de Cálculos de Remuneração - SECR
- 3.7 - Coordenação de Administração de Aposentados, Instituidores de Pensão e de Pensionistas - COAP
- 3.7.1 - Divisão de Cadastro de Aposentados e Instituidores de Pensão - DIVAP
- 3.7.1.1 - Serviço de Cadastro de Aposentados e Instituidores de Pensão - SERCA
- 3.7.1.2 - Serviço de Concessão e Revisão de Aposentadorias - SECOP
- 3.7.2 - Divisão de Concessão e Revisão de Pensões- DICOP
- 3.8 - Coordenação de Pagamento de Aposentados e de Pensionistas - COPAP
- 3.8.1 - Divisão de Cálculos e Pagamento de Aposentadorias e Pensões - DICAP
- 3.8.1.1 - Serviço de Cálculos e Pagamento de Aposentadorias- SECAP
- 3.8.1.2 - Serviço de Cálculos e Pagamento de Pensões -SEPEN
  
- 4 - Coordenação-Geral de Recursos Logísticos - CGRL
- 4.1 - Serviço de Apoio Administrativo - SERAP
- 4.2 - Coordenação de Material e Patrimônio-COMAP
- 4.2.1 - Divisão de Material -DIMAT
- 4.2.1.1 - Serviço de Cadastro e Compras - SECC
- 4.2.2 - Divisão de Patrimônio - DIPAT
- 4.2.2.1 - Serviço de Almoxarifado - SEMAX
- 4.2.2.2 - Serviço de Controle Patrimonial - SECP
- 4.3 - Coordenação de Atividades Administrativas - COAA
- 4.3.1 - Divisão de Engenharia - DIENG
- 4.3.2 - Divisão de Atividades Administrativas - DIAAD
- 4.3.2.1 - Serviço de Transporte - SETRAN
- 4.3.2.2 - Serviço de Administração de Edifícios e Manutenção Predial - SAEMP
- 4.3.2.3 - Serviço de Protocolo - SEPRO
- 4.4 - Coordenação de Execução Orçamentária e Financeira - COEX
- 4.4.1 - Serviço de Atos e Contratos - SEAC
- 4.4.2 - Divisão de Análise Orçamentária e Financeira -DEORF

- 4.4.3 - Divisão de Execução Orçamentária - DEORC
- 4.4.3.1 - Serviço de Controle Orçamentário - SEORC
- 4.4.4 - Divisão de Execução Financeira - DEFIN
- 4.4.4.1 - Serviço de Pagamento - SEPAG

Diante a decisão normativa TCU nº 71, de 7 de dezembro de 2005, a Subsecretaria de Assuntos Administrativos apresentará a seguir as atividades consolidadas das contas da Coordenação-Geral de Recursos Humanos e da Coordenação-Geral de Recursos Logísticos.

## **DADOS GERAIS DA UNIDADE JURISDICIONADA**

### **Coordenação-Geral de Recursos Humanos – CGRH/SAAD/SE/MT.**

**CNPJ (MF):** 37.115.342/0032-63.

**Unidade Gestora:** 390007.

**Finalidade:** A Coordenação-Geral de Recursos Humanos, conforme estabelece o Regimento Interno aprovado pela Portaria GM nº 399/2004, de 14/07/2004, publicada no Diário Oficial da União em 15/07/2004, tem por finalidade coordenar e acompanhar no âmbito do Ministério, a política e as ações de recursos humanos, compreendendo as atividades de administração e pagamento de pessoal, de desenvolvimento de recursos humanos, em consonância com a legislação vigente; coordenar e acompanhar a execução da política de assistência médico-social no âmbito do Ministério; e coordenar e acompanhar a política e as ações das Comissões Internas de Prevenção de Acidentes - CIPA, no âmbito do Ministério.

No desempenho das suas atividades, atua como unidade administradora e executora dos assuntos afetos a recursos humanos, em que a Secretaria-Executiva figura como órgão setorial, em relação ao Sistema de Pessoal Civil da Administração Federal -SIPEC.

### **1 - INTRODUÇÃO**

Para tornar do conhecimento institucional, bem como para atender exigências normatizadas pelos órgãos superiores do Sistema Federal de Controle, como uma das peças formadoras de processo de Tomada de Contas Anual, a Coordenação-Geral de Recursos Humanos apresenta o seu RELATÓRIO DE GESTÃO, sintetizado nos seguintes pontos principais:

- a) suas finalidades e atribuições essenciais;
- b) resultados alcançados no exercício de 2005;
- c) projeções para o exercício de 2006;
- d) considerações diversas; e.
- e) considerações finais.

### **2 - RESULTADOS ALCANÇADOS NO EXERCÍCIO DE 2005**

Na administração de suas atividades, no ano de 2005, a Coordenação-Geral de Recursos Humanos conseguiu atingir todos os seus objetivos e metas, atinentes a concessões de benefícios regulamentares de progressões funcionais, incorporações de quintos/décimos, adicional por tempo de serviço, férias, licenças, adicional noturno, salário-família, auxílio pré-escolar, vale-transporte, auxílio-alimentação/refeição, auxílio-funeral, auxílio-natalidade, ajuda de custo, aposentadoria, pensão, treinamento, bolsa de estágio, assistência médica e odontológica, nomeações/exonerações e outros, resultando os seguintes indicadores de desempenho:



I T E M	ASSUNTO	QUANTIDADE		COMPARATIVO COM O EXERCÍCIO ANTERIOR	
		2004	2005	ACRÉSCIMO (%)	DECRÉSCIMO (%)
	Abono Provisório	110	046		58,18
	Adicional Noturno (nº em folha)	60	56		6,66
	Adicional por Tempo de Serviço (concessão/revisão)	25	46	84,00	

I T E M	ASSUNTO	QUANTIDADE		COMPARATIVO COM O EXERCÍCIO ANTERIOR	
		2004	2005	ACRÉSCIMO (%)	DECRÉSCIMO (%)
	Administração de Cadastro De Aposentados	26.011	25.130		3,38
	Administração De Cadastro De Pensionistas	64.381	65.273	1,38	
	Administração de Pessoal Ativo	1.302	1.269		2,53
	Ajuda de Custo (pagamentos executados)	41	29		29,26
	Alteração de dados cadastrais e financeiros no Sistema SIAPE ativo/aposentado/pensionista	9.151	25.348	176,99	
	Análise De Documentos Diversos	32.155	46.815	45,59	
	Análise de Processos Judiciais relativos a Mandados de Segurança, ações ordinárias, ações de rito sumário e outros.	1.200	4.362	263,50	
	Análise de processos relativos a Alvará Judiciais com pagamentos realizados no sistema SIAPE	65	589	806,15	
	Análise de processos relativos a Alvará Judicial com pagamentos realizados EXTRA-SIAPE	188	315	67,55	
	Aposentadoria/Concessões	110	46		58,18
	Apostilas (nomeações)	02	01		50,00
	Assistência médica sob contrato (beneficiários)	24.737			
	Assistência médica/Atendimentos no MT	1.028	15.550	1.412,64	
	Atualização financeira Passivo do reajuste de 3,17%, no sistema SIAPE	659	1.600	142,79	
	Autorização de pagamento do passivo de 28,86% no Sistema SIAPE	2.595	6.700	158,18	
	Auxílio pré-escolar (mês dez/2005)	118	6		94,91
	Auxílio Transporte/beneficiários (dez/2005)	916	130		85,80
	Auxílio-alimentação (mês dez)	1.119	2.334	108,57	
	Auxílio-funeral	1.585	1.092		31,10
	Auxílio-natalidade	11	08		27,27
	Averbação de Tempo de Serviço	85	25		70,58
	Averbação Sob Consignação		214		100,00
	Avisos/GM (elaboração)	36	10		72,22
	Boletins de Pessoal expedidos	24	24		
	Boletins Especiais expedidos	23	21		8,69
	Certidões e Mapas de tempo de serviço	103	75		27,18
	Cessões de servidores do MT	24	24		
	Cessões de servidores para o MT	29	07		75,86
	Concessões De Anuênios-Aposentados	025	030	20,00	
	Consignatárias (entidades cadastradas)	333	291		12,61
	Correspondências (ofícios, cartas, memorandos e outros)	7.218	8.625	19,49	
	Crachás de identificação	684	84		87,71
	DARF'S Eletrônicos (recolhimento)	293	185		36,86
	Declarações expedidas	109	130	19,26	
	Designação de Função Comissionada Técnica		34	100,00	
	Despachos Emitidos Em Processos De Ação	3.762	6.196	64,69	

Judicial				
Despachos Emitidos Em Processos De Pensão	559	2.400	329,33	
Diligências do TCU e SFC	117	139	18,80	
Diligências Ministério Do Planejamento	008	004		50,00
Documentos (recebidos no SEAD/CGRH)	41.563	62.430	50,20	
Elaboração de Fichas Sisac	1.038	1.362	31,21	
Elaboração de PCC	3.192	7.537	136,12	
Emissão de Certidões e Declarações Diversas	658	407		38,14
Emissão de Declaração de Margem consignável para ativo/aposentados/pensionistas	589	1.310	122,41	
Enfermagem (atendimentos no MT)	4.521	3.755		16,94

I T E M	ASSUNTO	QUANTIDADE		COMPARATIVO COM O EXERCÍCIO ANTERIOR	
		2004	2005	ACRÉSCIMO (%)	DECRÉSCIMO (%)
	Estagiários de Nível Médio (contratações)	117	163	39,31	
	Estagiários de Nível Médio (desligamentos)	188	84		55,31
	Estagiários de Nível Superior (contratações)	120	127	5,83	
	Estagiários de Nível Superior (desligamentos)	75	94	25,33	
	Estágios de Nível Médio (concluídos)	67	53		20,89
	Estágios de Nível Médio (em andamento)	134	92		31,34
	Estágios de Nível Superior (concluídos)	18			100,00
	Estágios de Nível Superior (em andamento)	112	113	0,89	
	Exclusão De Dependentes Servidores Inativos	087	055		36,78
	Exonerações/Dispensas (DAS/FG/FCT)	153	139		9,15
	Farmácia/Atendimentos	4.838	1.402		71,02
	Férias (escalas e alterações)	2.284	2.402	5,16	
	GRPS's Eletrônicas (recolhimentos)	34			100,00
	Identidade funcional	118	101		14,40
	Inclusão de Dependentes	293	241		17,74
	Informação Cadastral (servidores ativos)	1.100	1.210	10,00	
	Junta Médica (atendimento)		871	100,00	
	Licença Incentivada	02	03		50,00
	Licença para Tratar de Interesse Particular sem remuneração (concessão)		09	100,00	
	Licença para Tratar de Interesse Particular sem remuneração (prorrogação)		04	100,00	
	Licenças Médicas	529	492		6,99
	Licenças Prêmio por Assiduidade	346	262		24,27
	Lotação de servidores	72	104	44,44	
	Manutenção de pagamento de aposentados	26.011	25.130		3,29
	Manutenção de pagamento de pensionistas	64.381	65.273	1,38	
	Matéria Publicada Em Dou	2.246	2.446	8,90	
	Matérias publicadas em Boletins de Pessoal	5.375	4.177		22,28
	Nomeações/Designações de DAS/FG	210	117		44,28
	Notas de Empenho	197	158		19,79
	Notas de lançamentos contábeis	681	565		17,03
	Notas Técnicas expedidas	01	01		
	Ofícios/SAAD/SE/GM (elaborados)		210	100,00	
	Ordens Bancárias	3.744	1.994		46,74
	Pagamento de atrasado por Alvará Judicial	770	589		23,50
	Pagamento de exercícios anteriores (aposentados e pensionistas)	15	269	1.693,33	
	Pagamento de exercícios anteriores (servidores ativos)	10	112	1.020	
	Pagamento de participações em treinamentos, congressos e conferências	58	381	556,89	

Pensões alimentícias	170	323	90,00	
Pensões/Atualizações	564	405		28,19
Pensões/Concessões	2.136	2.400	12,35	
Pensões/Indeferimentos	657	942	43,37	
Planilhas de Cálculos (pessoal ativo)	500	1.477	195,40	
Portarias Expedidas-Inclusive Retificações	4.075	3.860		
Portarias/CGRH expedidas	3.744	3.860	3,09	
Portarias/SAAD/SE/GM elaboradas	148	210	41,89	

I T E M	ASSUNTO	QUANTIDADE		COMPARATIVO COM O EXERCÍCIO ANTERIOR	
		2004	2005	ACRÉSCIMO (%)	DECRÉSCIMO (%)
	Processos Administrativos calculados, conferidos e lançados no sistema, aguardando pagamento pelo Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão, conforme critério estabelecidos pela Portaria-Conjunta SRH/SOF nº 1 de 28 de setembro de 2005.	821	1.105	34,59	
	Processos Administrativos recebidos no SEAD/CGRH	34.534	10.785		68,76
	Processos calculados e conferidos pensionistas falecidos – geração de Espólio Alvará		1.800	100,00	
	Processos calculados e conferidos vinculados a processos de Ação Judicial		316	100,00	
	Processos de pensão calculados e conferidos para lançamento no sistema SIAPE com valores diferentes aguardando orientação do Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão	172	180	4,65	
	Processos Homologados Pela SFC/PR	229	780	240,61	
	Processos Judiciais entrados na DITEC/CGRH	9.805	6.196		36,80
	Processos relativo a consignações em folha de pagamento	372	980		163,44
	Processos relativos a pagamento Extra-SIAPE	32	40		25,00
	Processos relativos a revisão de proventos	615	1.150		86,99
	Progressões Funcionais	665	211		68,27
	Qualificação de Ex-Servidores Para Processos de Pensão	1.100	2400	118,18	
	Quintos/Décimos (concessões e revisões)	100	78		22,00
	Redistribuições de servidores do MT	03	08	166,66	
	Redistribuições de servidores para o MT	29	05		82,75
	Regularização de pagamentos devolvidos	2.092	648		69,02
	Relatórios diversos		126	100,00	
	Remoção de servidores	2			100,00
	Ressarcimentos de Salários e Encargos Sociais de servidores requisitados	128	156	21,87	
	Retorno de servidores cedidos		07	100,00	
	Reversão de créditos (pedidos)	983	3.474		253,40
	Termo de posse	222	157		29,27

No demonstrativo apresentado, objetivamente na coluna destinada aos dados comparativos, em relação ao exercício anterior, têm-se como “acrécimo”, em percentual, a parcela de aumento no atendimento dos assuntos, decorrentes do esforço empreendido, e como “decrécimo” a parcela de redução, compatibilizada com a diminuição da demanda em outros assuntos, ressalvados alguns itens que não se dispõem de parâmetros em relação ao ano anterior.

Na execução orçamentária e financeira, as totalizações das despesas do exercício de 2005, apresentaram os dados descritos no quadro a seguir:

<b>PROGRAMA DE TRABALHO</b>	<b>VALOR DESPESAS EXECUTADAS</b>
<b>26122022527200001-964280/Rem. De Pessoal Ativo e Enc. Sociais</b>	
3190.08 – Outros Benefícios Assistenciais	3.996,00
3190.11 – Vencimentos e Vantagens Fixas- Pessoal Civil	43.869.363,00
3190.13 – Obrigações Patronais	1.900.000,00
3190.16 – Outras Despesas Variáveis-Pessoal Civil	245.220,00
3190.91 – Sentenças Judiciais	180.706,00
3190.92 – Despesas de Exercícios Anteriores	2.496.959,00
3190.96 – Ressarcimento de Despesas de Pessoal Requisitado	3.233.000,00
3350.39 – Outros Serviços de Terceiros – Pessoa Jurídica - Estagiários	1.006.174,00
3390.93 – Ressarcimento	70550,64
3390.39 – Outros Serviços de Terceiros	150.000,00
<b>SUB-TOTAL .....</b>	<b>53.155.968,64</b>
<b>26365079120100001-972591/Assistência Pré-Escolar</b>	
3390.08 – Assistência Pré-Escolar	254.000,00
<b>SUB-TOTAL .....</b>	<b>254.000,00</b>
<b>2633102252110001-964282/Auxílio Transportes</b>	
3390.49 – Auxílio Transportes aos Servidores e Empregados	1.581.300,00
<b>SUB-TOTAL .....</b>	<b>1.581.300,00</b>
<b>26306022520120001-964281/Auxílio Alimentação</b>	
3390.46 – Auxílio Alimentação ao Servidores e Empregados	2.568.000,00
<b>SUB-TOTAL .....</b>	<b>2.568.000,00</b>
<b>09272008901810001-807036/Pagamento de Aposentadoria e Pensão</b>	
Aposentadorias e Reformas	561.855.304,00
Pensões	809.276.246,00
Outros Benefícios Assistenciais	2.440.000,00
Salário Família	48,00
Despesas de Exercícios Anteriores	108.537.389,00
Sentenças Judiciais	8.506.000,00
<b>SUB-TOTAL .....</b>	<b>1.490.614.987,00</b>
<b>26301022520040001-972609Assistência Médica-Odontológica</b>	
Outros Serviços de Terceiros – Pessoa Jurídica - GEAP	23.113.210,00
Material de Consumo	60.351,86
Despesas de Exercícios Anteriores	7.500.000,00
<b>SUB-TOTAL .....</b>	<b>20.835.456,00</b>

26128022545720001-972589/ <b>Captação de Servidor F.P.Q.Req.</b>	
Outros Serviços de Terceiro - Pessoa Jurídica	182.863,04
Outros Serviços de Terceiro – Pessoa Física	12.573,00
<b>SUB-TOTAL .....</b>	<b>195.436,04</b>
1012207502000000-860361/ <b>Agência Nacional de Vigilância Sanitária</b>	
3190.11 – Vencimentos e Vantagens Fixas-Pessoal Civil	54.149,39
<b>SUB-TOTAL .....</b>	<b>54.149,39</b>
10122111852272000019963988/ <b>Agência Nacional de Saúde Suplementar</b>	
3190,92 – Despesas de Exercícios Anteriores	6.568,78
<b>SUB-TOTAL .....</b>	<b>6.568,78</b>
<b>TOTAL GERAL</b>	<b>1.579.103.971,71</b>

### 3 - PROJEÇÕES PARA O EXERCÍCIO DE 2006.

A rigor, exercício por exercício, ressalvadas as medidas de mudanças no trato e na condução de alguns assuntos, emanadas do Poder Executivo, por Leis, Decretos e Orientações Disciplinadoras do Órgão Central do SIPEC, as atividades atinentes a recursos humanos têm caráter repetitivo, todas condicionadas a normas específicas, dentre estas e em especial a Lei nº 8.112, de 11.12.90, e suas alterações, identificáveis no Plano Geral de Ações para o exercício de 2006, que acompanha o presente relatório.

Em sentido global, constitui-se em metas primordiais, as ações de curto e médio prazos, buscando a otimização na execução das atividades, com a elevação do nível de capacitação dos servidores, pelo treinamento e investindo na obtenção de recursos tecnológicos, que proporcionem a necessária eficiência operacional.

### 4 - CONSIDERAÇÕES DIVERSAS

Permanece em estágio de difícil consecução, por conta da política que se desenvolve na atualidade, em relação ao ingresso de servidores no Serviço Público Federal e aliado às medidas de reforma, a atividade da CGRH de suprir as necessidades de recursos humanos das unidades administrativas que compõem a estrutura deste Ministério, restrita apenas a virtuais Redistribuições de servidores de outros órgãos.

Circunstancialmente, nos últimos anos, em relação a tal compromisso regular de supressão de necessidades de recursos humanos, a força de trabalho, deste Ministério, foi ampliada com a recepção de ex-empregados das extintas EBTU e PORTOBRÁS, que por determinação judicial promoveu-se os seus retornos à atividade, permitindo-se lotá-los nas diversas unidades administrativas desta Pasta.

Algumas atividades não foram concluídas na sua totalidade, pelo volume que representam e pela prioridade que se atribuiu a outras atividades de expressiva necessidade de execução, notadamente as sujeitas a prazos legais ou determinados pela justiça.

Especificamente na questão de pendências executivas, apresenta-se sempre como entrave processual, a dificuldade de obter disponibilidade de recursos orçamentários necessários para o pagamento de atrasados de exercícios anteriores, afetando em maior volume, inúmeros pensionistas que tiveram os seus benefícios corrigidos ao passarem a perceber pelo Ministério dos Transportes, por aplicação do artigo 248, da Lei nº 8.112, de 1990.

Em decorrência de longas esperas, muitas dessas diferenças de proventos, transformadas em espólio, vêm sendo pagas a outros herdeiros da família, com o óbito do aposentado ou pensionista, mediante autorização em Alvará Judicial.

Mantém-se expressivo o número de informações prestadas a Consultoria Jurídica, a Advocacia-Geral da União, as Procuradorias e aos Juizes Federais para instruir processos judiciais, envolvendo, com maior freqüência, medidas de incidência nas remunerações ou proventos dos servidores e pensionistas.

É motivo de registro o prejuízo da força de trabalho deste Ministério, resultado da numerosa quantidade de servidores do seu quadro, cedidos a outros órgãos da Administração Federal Direta, autárquica e fundacional, bem como para outros Poderes da União, Estados e Municípios, contingente que atinge considerável parcela de toda a lotação de pessoal ativo permanente.

Mantêm-se, de significativa importância para as unidades administrativas do Ministério, as atividades conveniadas com Agente de Integração para a recepção de estagiários (estudantes) de níveis médio e superior, dos estabelecimentos de ensino do Distrito Federal.

Digno de nota, destaca-se o quantitativo de 381 servidores que participaram de cursos de treinamento ou eventos similares, direcionados à capacitação e valorização dos servidores.

Ainda no aspecto da valorização do servidor cabe atenção para os seguintes projetos desenvolvidos no exercício:

→ “VIVAVIDA” que compreende um conjunto de ações de melhoria da qualidade de vida, que inclui as seguintes atividades:

- Aulas de inglês e espanhol para adultos;
- Curso de língua inglesa para os filhos dos servidores;
- Yoga;
- Projeto “Talento do Servidor”;
- Murais de divulgação das atividades;
- Projeto Formar, o qual busca a formação e o aprimoramento educacional dos servidores, seus filhos e dependentes, por meio de cursos de alfabetização, ensinos fundamental e médio, pré-vestibular e pós-graduação.

Por conta das preocupações com a situação de milhares de aposentados e pensionistas deste Ministério, residentes em todos os Estados da Federação e visando alcançá-los com uma melhor qualidade de atendimento, a Coordenação-Geral de Recursos Humanos, sob a supervisão da Subsecretaria de Assuntos Administrativos, desenvolveu trabalhos articuladores para obtenção de condições e recursos para a implantação de 14 Núcleos Estaduais de Recursos Humanos, em algumas cidades desses Estados, sendo que 12 dos quais já se encontram em funcionamento faltando apenas os Núcleos nos Estados de Mato Grosso e de Goiás.

Os casos circunstancialmente percebidos de pagamentos indevidos, por óbitos não comunicados de aposentados e pensionistas, aliado à falta de condições de, periodicamente, proceder-se recadastramentos de âmbito geral, vêm sendo solucionados, a partir de Relatório de Óbitos extraídos do Sistema de Consultas de Óbitos/SCO, do INSS, fornecidos pela DATAPREV.

Já disponibilizado, representa passo significativo para o controle e acompanhamento de prazos judiciais o aprimoramento feito no Sistema de Acompanhamento de Processos - SICAP, cujas funções inseridas, permitem lançar as datas máximas em que os processos deverão ser devolvidos pelas unidades à DITEC/COTEC, para elaboração de informações finais por parte da CGRH.

No aspecto organizacional é de se apontar significativo a nova Estrutura Regimental e o Novo Quadro Demonstrativo dos Cargos em Comissão e das Funções Gratificadas do Ministério dos Transportes, aprovado pelo Decreto nº 4.721, de 5 de junho de 2003, publicado no D.O.U. de 05.06.2003, com partes republicadas no D.O.U. de 17.06.2003, oportunidade em que a Coordenação-Geral de Recursos Humanos foi contemplada com 3 (três) unidades administrativa, sendo, distintamente, uma a nível de Coordenação, código DAS-101.3, uma a nível de Divisão, código DAS-101.2 e uma a nível de Serviço, código DAS-101.1, medida que, acolhendo demanda circunstanciada, pelo volume de atividade, ampliou as condições delegativas dessas atividades, em prol de uma gestão mais eficiente.

É de se destacar os resultados obtidos com a atuação do Canal Direto com o Transporte - CDT, dentro do seu objetivo maior de atender aos que se dirigem ao Ministério dos Transportes para obter informações sobre aposentadoria, pensão, pagamento, plano de saúde e andamento de processos, atingindo atendimentos, por telefone e outras formas de contatos.

## **5 - CONSIDERAÇÕES FINAIS**

Por último, deve ser registrada a colaboração recebida das diversas áreas do Ministério e dos servidores lotados na Coordenação Geral de Recursos Humanos, sem a qual não teriam sido alcançados os resultados ora relatados.

## **DADOS GERAIS DA UNIDADE JURISDICIONADA**

### **Coordenação-Geral de Recursos Logísticos - CGRL/SAAD/SE/MT.**

**Unidade Gestora:** 390004

**CNPJ (MF):** 37.115.342/0032-63.

**Finalidade:** A Coordenação-Geral de Recursos Logísticos, conforme estabelece o Regimento Interno aprovado pela Portaria GM nº 399/2004, de 14/07/2004, publicada no Diário Oficial da União em 15/07/2004, é um órgão de assessoramento direto ao Subsecretário de Assuntos Administrativos, que tem por missão regimental planejar, coordenar e controlar as atividades relativas à aquisição de bens, e contratação de serviços, administração de material e patrimônio, administração e manutenção predial, obras e serviços de engenharia, transporte, telecomunicações, comunicação administrativa e serviços de apoio operacional no âmbito do Ministério dos Transportes.

## **1 - INTRODUÇÃO**

Cumprе salientar que o custeio das atividades da Coordenação-Geral de Recursos Logísticos está integrada ao programa 26.122.0225.2272.0001 – Gestão e Administração do Programa da Unidade Gestora 390004, dando suporte à área de informática do Ministério dos Transportes, em sua Sede, no Anexo e no Núcleo dos Transportes, em Brasília, e, subsidiariamente, ao Departamento de Marinha Mercante, tudo dentro do preceituado na Lei nº 10.934, de 11 de agosto de 2004, que dispõe sobre as diretrizes básicas para elaboração da Lei Orçamentária para o exercício de 2005, e da própria Lei nº 11.100 de 25 de janeiro de 2005, que estima receita e fixa a despesa da União para exercício de 2005, em consonância com o Plano Plurianual elaborado para a Unidade.

Com relação à Coordenação-Geral de Recursos Logísticos pode-se avaliar que o ano de 2005 foi significativamente proveitoso. Verifica-se o pronto atendimento das necessidades básicas dos órgãos ministeriais, possibilitando que a missão institucional de cada um fosse levada a bom termo, no que concerne aos meios e serviços que regimentalmente cumpre à SAAD/SE/MT oferecer.

Em atendimento a Portaria n.º 03 CGU de 05.01.06, aprovando a Norma de Execução n.º 01/2006, estamos apresentando o Relatório de Gestão da Coordenação Geral de Recursos Logísticos. Durante o ano de 2005 foram executados sob a supervisão das respectivas Secretarias, programas de interesse governamental, na área de competência do Ministério dos Transportes. Também foram executados outros programas com objetivo de dar suporte a estas atividades, programas típicos de cunho administrativo, inclusive na área de comunicação social.

## **2 – COMPETÊNCIAS LEGAIS E REGIMENTAIS – MISSÃO INSTITUCIONAL**

De acordo com o Artigo 43 do Regimento Interno do Ministério dos Transportes, aprovado pela Portaria Ministerial nº 399 de 14.07.2004, compete à CGRL, coordenar e promover a execução das atividades de administração de material, patrimonial, obras, comunicações administrativas, serviços gráficos, reprografia e de edifício públicos e execução orçamentária, no que disser respeito a essas atividades. Ao longo do presente



relatório poderá ser percebido que, em razão da limitação da estrutura do Ministério, a CGRL extrapola estas atividades regimentares com ações de transferência de recursos, e lavratura de contratos cujos objetos são puramente de natureza finalista.

O presente relatório apresentará os eventos relacionados à Unidade Gestora 390004 – Coordenação-Geral de Recursos Logísticos - CGRL, que, através da sua Coordenação de Execução Orçamentária e Financeira, administra o programa vinculado à Gestão e Administração destinado aos custeios de funcionamento da infra-estrutura ministerial, além dos demais programas orçamentários a seguir enumerados, que dizem respeito à Secretária de Fomento, Secretaria de Política Nacional de Transportes e Secretaria de Gestão.

### 3 - VINCULAÇÃO COM O PLANO PLURIANUAL – VINCULAÇÃO PROGRAMÁTICA

O Orçamento aprovado contempla recursos em 13 (treze) programas de trabalho, diferenciados de acordo com as normas da funcional programática.

Serão apresentados os demonstrativos da presente Gestão através de quadros com valores e percentuais, como o objetivo de dar uma melhor visão da forma da aplicação dos recursos, como também dos resultados auferidos no exercício em referência.

### 3 - INDICADORES RELEVANTES DOS PROGRAMAS ORÇAMENTÁRIOS EXECUTADOS E GERENCIADOS DIRETAMENTE PELA CGRL

#### 3.1 - Programa: 26.122.0225.2272.0001 - Gestão e Administração do Programa.

DESPESA	VALOR DOTAÇÃO	VALOR DE REPASSADO (a)	VALOR EXECUTADO (b)	% (b/a)	SALDO DE DOTAÇÃO
Diárias	467.143,00	467.143,00	448.252,87	96	18.890,13
Material de Consumo	1.174.800,00	1.053.521,10	1.053.471,90	99	49,20
Passagens	1.200.000,00	1.199.999,30	1.162.716,89	97	37.282,41
Diárias a Col.Event.no Pais	8.000,00	3.432,42	3.432,42	100	
Loc.de Mão de Obra Pés.Física	3.774.555,00	3.751.424,39	3.751.424,39	100	
Serv. Pessoa Jurídica	19.529.357,00	17.708.559,83	17.703.977,74	99	4.582,09
Obrig.Trib/Contributiva Jurídica	2.873,00	2.784,32	2.784,32	100	
Desp. Exec.Anteriores	50.000,00	8.130,50	8.130,50	100	
Indenização e Restituição	740.000,00	667.165,28	667.165,28	100	
Equip.Mat. Permanente	2.322.866,00	2.180.535,90	2.180.535,90	100	
<b>TOTAIS</b>	<b>29.269.594,00</b>	<b>27.042.696,04</b>	<b>26.981.892,21</b>	<b>99</b>	<b>60.803,83</b>

Cumprido salientar que os recursos contemplados pela Coordenação-Geral de Recursos Logísticos, no programa 26.122.0225.2272.0001 – Gestão e Administração foram quase na sua totalidade executados, 99%.

Resultante das ações praticadas por esta Coordenação é de fundamental relevância dar uma idéia da dimensão das atividades executadas.

Foram abertos 54.312 processos via serviço de protocolo. Para aquisição de bens e contratação de serviços, foram realizadas 47 dispensas de licitações, 09 inexigibilidades, 07 licitações na modalidade de convite, 03 adesões ao sistema de registro de preço, 4 licitações na modalidade de Tomada de Preços, 05 licitações na modalidade de Concorrência. 01 licitação através de Pregão Presencial e 54 licitações através de Pregões Eletrônicos. Foram instauradas 02 Comissões de Sindicância através das Portarias nº 20, 24 e 28 datadas de 30.08 30.09 e 25.10 de 2005, respectivamente. Encontra-se em fase de instauração uma Comissão de Sindicância. Foram emitidas 2.914 Ordens Bancárias das quais foram canceladas 76. Foram emitidas 419 Notas de Lançamentos, 1033 Notas de Empenho e 10 Notas de Créditos. Foram redigidos, assinados e publicados 69 contratos e 40 termos aditivos, de cunho administrativo. Foram emitidos 1.093 bilhetes de passagens nacionais no valor total de R\$ 1.123.427,82 e 24 bilhetes de passagens internacionais no valor total de R\$ 39.289,07. Foram pagas 2.471,5 diárias nacionais no valor total de R\$ 357.082,24, e 126 diárias internacionais no valor total de R\$ 91.170,63.

Deve ser destacado que, em 2005, foram celebrados 05 novos Convênios, e gerenciados financeiramente todos os 11 em andamento. Para maiores esclarecimentos estamos anexando um quadro exclusivo com a posição dos convênios, em andamento e executados total ou parcialmente em 2005.

### **3.2 - Programa: 26.846.0225.0713.0001 – PTRES: 972596 – Extinção do Departamento Nacional**

<b>DESPESA</b>	<b>VALOR DOTAÇÃO</b>	<b>VALOR DE REPASSADO (a)</b>	<b>VALOR EXECUTADO (b)</b>	<b>% (b/a)</b>	<b>SALDO DE DOTAÇÃO</b>
Material de Consumo	18.051,22	18.051,22	18.051,22	100	
<b>TOTAIS</b>	18.051,22	18.051,22	18.051,22	100	

Trata de transferência de crédito do Grupo Executivo a CGRL para compra de material de expediente, dando suporte aquele grupo.

Relatório da execução dos recursos sob orientação técnica da Assessoria de Comunicação Social.

### **3.3 - Programa: 26.131.0225.4641.0001 – PTRES: 925349 – Comunicação Social**

<b>DESPESA</b>	<b>VALOR DOTAÇÃO</b>	<b>VALOR DE REPASSADO (a)</b>	<b>VALOR EXECUTADO (b)</b>	<b>% (b/a)</b>	<b>SALDO DE DOTAÇÃO</b>
Serv. Terc.Pessoa Jurídica	4.850.000,00	4.850.000,00	4.850.000,00	100	
<b>TOTAIS</b>	4.850.000,00	4.850.000,00	4.850.000,00	100	

### **3.4 - Programa: 26.131.0225.4641.0001 – PTRES: 972623 – Comunicação Social**

<b>DESPESA</b>	<b>VALOR DOTAÇÃO</b>	<b>VALOR DE REPASSADO (a)</b>	<b>VALOR EXECUTADO (b)</b>	<b>% (b/a)</b>	<b>SALDO DE DOTAÇÃO</b>
Serv. Terc.Pessoa Jurídica	692.200,00	692.200,00	692.200,00	100	
<b>TOTAIS</b>	692.200,00	692.200,00	692.200,00	100	

### 3.5 - Programa: 26.212.0681.091R.0001 – PTRES: 977.463 – Contribuição Congresso Latino Americano

Trata-se de recursos com destinação específica, cuja execução é automática. O valor está estipulado no instrumento de constituição da Associação, da qual o Brasil é membro fundador.

DESPESA	VALOR DOTAÇÃO	VALOR DE REPASSADO (a)	VALOR EXECUTADO (b)	% (b/a)	SALDO DE DOTAÇÃO
Contrib. A Órgão	97.556,00	23.505,47	23.505,47	100	
<b>TOTAIS</b>	97.556,00	23.505,47	23.505,47	100	

O Brasil, como membro fundador da ALAF, contribui anualmente com valor estipulado no regimento da Instituição. A gestão do presente recurso está sob a responsabilidade da Secretaria de Gestão.

### 3.6 - Programa: 26.212.0681.09IS.0001 – PTRES: 977.464 – Contribuição Comissão Interamericana

Trata-se de recursos carimbados, cuja execução é automática. O valor está estipulado no instrumento de constituição da Associação, da qual o Brasil é membro fundador.

O Brasil, como membro da OCIP, participa anualmente com importância cujo valor está estipulado no regimento da Instituição.

DESPESA	VALOR DOTAÇÃO	VALOR DE REPASSADO (a)	VALOR EXECUTADO (b)	% (b/a)	SALDO DE DOTAÇÃO
Contrib. A Órgão	126.000,00	91.080,00	90.595,80	99	484,20
<b>TOTAIS</b>	126.000,00	91.080,00	90.595,80	99	484,20

### 3.7 - Programa: 26.125.0224.2907.0101 – PTRES: 977.460 – Ponte São Borja – Fiscalização da Concessão dos Serviços Ponte Internacional Ponte São Borja

DESPESA	VALOR DOTAÇÃO	VALOR DE REPASSADO (a)	VALOR EXECUTADO (b)	% (b/a)	SALDO DE DOTAÇÃO
Serv. Terc. Pessoa Jurídica	100.000,00	100.000,00	100.000,00	100	
<b>TOTAIS</b>	100.000,00	100.000,00	100.000,00	100	

### 3.8 - Programa: 26.125.0225.09LH.0001 – PTRES: 977.460 – Ponte São Borja – Recomposição do Equilíbrio Econômico

DESPESA	VALOR DOTAÇÃO	VALOR DE REPASSADO (a)	VALOR EXECUTADO (b)	% (b/a)	SALDO DE DOTAÇÃO
Serv. Terc. Pessoa Jurídica	11.900.000,00	11.900.000,00	11.900.000,00	100	
<b>TOTAIS</b>	11.900.000,00	11.900.000,00	11.900.000,00	100	

**3.9 - Programa: 26.126.0225.12HX.0001 – PTRES: 975119 – Estudo para integração dos sistemas informatizados no setor**

DESPESA	VALOR DOTAÇÃO	VALOR DE REPASSADO (a)	VALOR EXECUTADO (b)	% (b/a)	SALDO DE DOTAÇÃO
Serv. Terc. Pessoa Jurídica	2.700.000,00	2.666.692,00	2.666.692,00	100	
<b>TOTAIS</b>	2.700.000,00	2.666.692,00	2.666.692,00	100	

**3.10 - Programa: 26.126.0225.101C.0001 – PTRES: 872588 – Implantação de sistema de informação**

DESPESA	VALOR DOTAÇÃO	VALOR DE REPASSADO (a)	VALOR EXECUTADO (b)	% (b/a)	SALDO DE DOTAÇÃO
Serv. Terc. Pessoa Jurídica	20.000,00	20.000,00	20.000,00	100	
<b>TOTAIS</b>	20.000,00	20.000,00	20.000,00	100	

**3.11 - Programa: 26.126.0225.6058.0001 – PTRES: 972586 – Formulação de Política de Transportes**

DESPESA	VALOR DOTAÇÃO	VALOR DE REPASSADO (a)	VALOR EXECUTADO (b)	% (b/a)	SALDO DE DOTAÇÃO
Serv. Terc. Pessoa Jurídica	974.452,00	338.142,82	338.142,82	100	
<b>TOTAIS</b>	974.452,00	338.142,82	338.142,82	100	

**3.12 - Programa: 26.126.0225.6264.0001 – PTRES: 977456 – Estudo e Pesquisa para Planejamento Nacional**

DESPESA	VALOR DOTAÇÃO	VALOR DE REPASSADO (a)	VALOR EXECUTADO (b)	% (b/a)	SALDO DE DOTAÇÃO
Serv. Terc. Pessoa Jurídica	2.807.037,00	891.990,00	891.990,00	100	
<b>TOTAIS</b>	2.807.037,00	891.990,00	891.990,00	100	

**3.13 - Programa: 28.845.0904.0175.0017 – PTRES: 967006 – Promoção do Desenvolvimento de Tocantins / Destaque Recebido**

DESPESA	VALOR DOTAÇÃO	VALOR DE REPASSADO (a)	VALOR EXECUTADO (b)	% (b/a)	SALDO DE DOTAÇÃO
Obras e Instalação	98.900.000,00	98.900.000,00	98.900.000,00	100	
<b>TOTAIS</b>	98.900.000,00	98.900.000,00	98.900.000,00	100	

Trata-se de transferência constitucional para atendimento de serviços de infraestrutura daquele Estado. Estamos anexando o Relatório Técnico elaborado pelo Engenheiro Responsável.

**4 – COMISSÕES DE INQUÉRITOS E PROCESSOS ADMINISTRATIVOS DISCIPLINARES**

Por determinação do Senhor Subsecretário da Subsecretaria de Assuntos Administrativos a criação das Comissões de Inquéritos e Processos Administrativos

passaram para a responsabilidade da sua assessoria, hoje nas pessoas da Senhora Daniela Pacheco e Joélio de Almeida Cunha.

Foram enviados àquela assessoria, para as devidas providências, os processos n.ºs. 50.000.008143/98-24, 50.000.003619/2002-14 e 50.000.025871/2005-27, cujos relatórios anexamos ao presente. Por solicitação daquela assessoria, anexamos ainda documentação que esclarece as providências que estão adotadas com vistas a estabelecer comissões aptas para a execução de suas atividades.

Anexamos também, devidamente firmados, os formulários relativos ao Anexo IV, Relatório de Correição, que detalham as atividades das comissões e providências adotadas para o fiel desempenho das respectivas atividades.

## **5 – TOMADA DE CONTAS ESPECIAL**

5.1 - Prefeitura Municipal de Terra Santa – Solicitação de abertura do Processo de Tomada de Contas Especial enviada à Setorial Contábil e lá se encontrando em fase de apuração. Valor estipulado – data base outubro de 2005 – no valor de R\$ 117.826,17 – Processos 50.000 005506/2001-72 e 50.000 028550/2003-12.

## **6 – TOMADAS DE CONTAS SIMPLIFICADAS**

- 6.1 - Nelson Claro da Silva – Processo 50.000 021247/2003-99 – valor R\$ 1.893,12;
- 6.2 - Marcelo Ferreira da Silva – Processo 50.000 021935/2003-59- valor R\$ 1.958,40;
- 6.3 - Eustáquio Gaspar Carneiro – Processo 50.000 021937/2003-48 – valor R\$ 1.958,40;
- 6.4 - Eustáquio Gaspar Carneiro – Processo 50.000 022049/2003-42 – valor R\$ 391,68;
- 6.5 - Leonardo Fabrísio de Rezende – Processo 50.000 026367/2003-82 – valor R\$ 522,24;

Todos os processos foram enviados à Setorial Contábil para a abertura dos Processos de Tomadas de Contas Simplificada e encontram-se em fase de apuração.

## **7 – PLANO DE PROVIDÊNCIAS – PENDÊNCIAS LEVANTADAS NO RELATÓRIO DE AUDITORIA – EXERCÍCIO DE 2004**

Recebemos o Ofício n.º 35291/DITRA/DI/SFC/CGU/PR, de 12 de dezembro de 2005, que trata das justificativas apresentadas pela SAAD/SE/MT através do Ofício n.º 084/2005-SAAD/SE/MT, de 04 de outubro de 2005, quanto aos pontos constantes do Relatório de Auditoria de Gestão n.º 160237-CGRL/MT.

Da análise apresentada, ficaram pendentes de atendimento os questionamentos relativos aos itens 4.1.1.2, letra “c”, 8.1.1.1, letra “d” e 9.1.3.1, cujas providências adotadas passamos a apontar.

Com relação ao item 4.1.1.2, letra “c” podemos esclarecer que, depois de muitas ações por parte da CGMI e CGRL, foi obtida a proposta do SERPRO para a realização da perícia. O Processo retornou a CONJUR/MT para se pronunciar com relação à mencionada proposta e possível contratação direta daquela entidade.

Em se tratando do item 8.1.1.1, letra “c” entendemos que a ação sugerida pela auditoria da SFC extrapola a competência da CGRL. O assunto será submetido às autoridades do Ministério com vistas ao atendimento.

Finalmente, quanto ao item 9.1.3.1, informamos que Ministério adotou providências visando evitar a prática de contratação emergencial. Tais providências surtiram efeito, basta observar que no exercício de 2005 não foi firmado qualquer contrato emergencial pela SAAD/MT.

## **8 – CONCLUSÃO**

Estes são os eventos orçamentários e financeiros vinculados à Unidade Gestora – 390004/Coordenação-Geral de Recursos Logísticos – CGRL, da Subsecretaria de Assuntos Administrativos.

Os dados ora apresentados demonstram a efetiva execução conforme registro no SIAFI, não se utilizando os indicadores de gestão face as constantes mutações das metas preestabelecidas e a complexidade dos trabalhos realizados durante o exercício.

Ao encerrar o presente relatório, torna-se imperativo registrar a observância por esta Coordenação das linhas de ação estabelecidas pelo Sr. Ministro de Estado e pelo Sr. Secretário Executivo, a permanente colaboração das Secretarias modais, o competente assessoramento prestado pela Consultoria Jurídica e a indispensável assistência oferecida pela Subsecretaria de Planejamento e Orçamento.

Para os devidos fins, como integrante do presente relatório, juntamos a seguinte documentação, em atendimento à Instrução Normativa TCU n.º 47 de 27 de outubro de 2004 e Norma de Execução da CGU, aprovada pela Portaria n.º 03 de 05 de janeiro de 2006:

1) Rol de Responsáveis, constante dos seguintes membros:

- 1.1 - Alfredo Pereira Nascimento – Ordenador de Despesas
- 1.2 - Paulo Sergio Oliveira Passos – Ordenador de Despesas por delegação de competência
- 1.3 – Estevam Pedrosa – Ordenador de Despesas por subdelegação
- 1.4 – João José Teixeira Vasconcelos – Ordenador de Despesas por subdelegação
- 1.5 – Emanuel Nazareno Magalhães Lamas – Dirigente Máximo da UJ
- 1.6 – João José Teixeira Vasconcelos – Dirigente Máximo da UJ
- 1.7 – João José Teixeira Vasconcelos – Encarregado do Setor Financeiro
- 1.8 – Miramar Auxiliadora Alves dos Anjos – Encarregada do Setor Financeiro
- 1.9 – Sônia Cristina de Lira Rodrigues – Substituta da Encarregada do Setor Financeiro
- 1.10 - Ivana Maria Botelho Taveira Oliveira – Responsável pela Contabilidade
- 1.11 – Raimundo Dias dos Santos – Responsável pela Área de Administração
- 1.12 – Tarcila Rosas Degaut Pontes – Substituta do Responsável pela Área de Administração
- 1.13 – Ana Maria da Silva Pereira – Encarregada do Almoxarifado/Material Estoque
- 1.14 – Maria de Lourdes Lopes Monteiro – Substituta da Encarregada do Almoxarifado/Material Estoque
- 1.15 – José Ribeiro do Vale – Gestor de Patrimônio

- 1.16 – Magda Lúcia de Oliveira – Substituta do Gestor de Patrimônio
- 1.17 – Rosane dos Santos Lourenço – Responsável pela Fiscalização de Convênios
- 1.18 – Odilon Antonio Tavares Almeida – Dirigente Máximo da CGMI
- 1.19 – Haroldo Barbosa Filho – Substituto do Dirigente Máximo.

2) Demonstrativos Contábeis:

- 2.1 – Balanço Orçamentário
- 2.2 – Balanço Financeiro
- 2.3 – Balanço Patrimonial
- 2.4 – Demonstração das Variações Patrimoniais

3) Declaração da Unidade de Pessoal quanto ao atendimento por parte dos responsáveis da obrigação de apresentação da declaração de bens e renda.

4) Relatório emitido pela Assessoria da SAAD/MT relativo à descrição sucinta das Comissões de Inquérito e Processos Administrativos Disciplinares instaurados na CGRL e documentação complementar.

5) Demonstrativo sintético de TCE na forma do anexo V – nada a apresentar.

6) Demonstrativo do Plano de Providências quanto às diligências apontadas pela FC em gestões anteriores.

7) Quadro Demonstrativo dos Convênios celebrados, executados e em execução em 2005.

8) Relatório da execução física dos Convênios firmados com o Estado de Tocantins, executados e/ou em execução.

## INFORMAÇÕES COMPLEMENTARES

### Coordenação-Geral de Modernização e Informática – CGMI/SAAD/SE/MT.

**CNPJ (MF):** 37.115.342/0032-63.

**Finalidade:** A Coordenação-Geral de Modernização e Informática, conforme estabelece o Regimento Interno aprovado pela Portaria GM nº 399/2004, de 14/07/2004, publicada no Diário Oficial da União em 15/07/2004, tem por finalidade planejar, coordenar, controlar e supervisionar os planos, programas e projetos relativos à organização, reforma e modernização administrativa, recursos de informação e de informática, no âmbito do Ministério, em consonância com as diretrizes do Órgão Central do Sistema, e ainda:

I - coordenar ações voltadas ao planejamento, implementação e manutenção das atividades relativas à modernização, informação e informática no âmbito do Ministério;

II - coordenar, acompanhar e estimular o processo de implementação de planos, programas, projetos e atividades voltadas à promoção da qualidade e produtividade dos processos de trabalho no âmbito do Ministério;

III - aprovar a proposição para aquisição de bens e serviços de informática no âmbito do Ministério;

IV - promover a articulação, a cooperação técnica e o intercâmbio de experiências e informações com os órgãos Centrais dos Sistemas de Modernização e Informática;

V - aprovar e acompanhar a implementação de padrões de hardware e software a serem adotados no Ministério;

VI - pronunciar-se, previamente, em processos relativos à definição de padrões de hardware e software a serem adotados no âmbito das entidades vinculadas, compatibilizando-as com as diretrizes do Ministério;

VII - promover, estimular e orientar as ações das Secretarias e entidades vinculadas ao Ministério, em projetos voltados ao estabelecimento de sistemas de informações gerenciais e seus respectivos fluxos informacionais e integração de base de dados; e

VIII - elaborar e propor os orçamentos anuais e plurianuais de informática.

### 1 - APRESENTAÇÃO

Tendo em vista as metas estabelecidas ao final do ano anterior e tendo como base uma radiografia de nossa administração frente à Coordenação-Geral de Modernização e Informática no que se refere às atividades desenvolvidas no período de janeiro a dezembro de 2005, o presente relatório, dentre outras tem por finalidade subsidiar a Subsecretaria de Assuntos Administrativos - SAAD no cumprimento das determinações contidas na Decisão Normativa TCU nº. 71, de 7 de dezembro de 2005.



Foi um ano de sensíveis realizações, fruto de amplo entendimento com a comunidade ministerial que, durante esse período, participou ativamente das principais iniciativas relacionadas com o trato da informação institucional e interministerial, a modernização organizacional e administrativa e os processos tecnológicos de automação ocorridos no âmbito do Ministério.

Durante o período em questão, a CGMI cresceu, ampliou a sua qualidade na prestação de serviços no que concerne às tecnologias de informação e comunicação - TIC aproximando-se definitivamente das áreas fins do Ministério. Hoje, podemos afirmar, sem qualquer dúvida, que nada de importante que dependa de informação organizada e tabulada ocorra no âmbito do Ministério sem a nossa participação.

Realizamos um esforço muito grande para garantir a qualidade dos serviços ofertados ao prover atualizações tecnológicas a mecanismos já informatizados os quais guardam relação direta com a comunidade de servidores inativos, contribuindo decisivamente para um atendimento mais eficaz das obrigações institucionais do órgão com parte significativa da população. São mais de 120.000 cidadãos.

As ações saneadoras que foram aplicadas no ambiente de Tecnologias de Informação e Comunicação – TIC adequaram a infra-estrutura existente, ampliaram os serviços e sistemas de informações, melhorou as funcionalidades dos sistemas em uso, o que contribuiu definitivamente para que fossem alcançados níveis superiores de performance dos serviços ofertados aos usuários através da rede de comunicação de dados, estes, são alguns dos fatos que atestam o nosso crescimento e a decisiva melhoria da qualidade do nosso atendimento.

Concluindo, este relatório apresenta em seguida, de forma geral e resumida as ações realizadas no exercício de 2005 no âmbito do Ministério pelas Coordenações de Informática, Informação e Modernização, unidades pertencentes à estrutura organizacional da Coordenação-Geral de Modernização e Informática – CGMI.

## **2 - METAS ESTABELECIDAS**

As atividades de gestão do ano em questão começaram em verdade, em 2004, com um levantamento realizado ao final daquele ano das ações desenvolvidas pela CGMI ao longo do exercício, o que permitiu avaliar a partir do trabalho desenvolvido, o alcance dos resultados obtidos.

Centrado nos resultados e nas questões relativas à sua missão institucional foram estabelecidas as seguintes metas para o exercício de 2005:

- Adequar a Infra-estrutura de Tecnologia de Informação e Comunicação - TIC do Ministério;
- Criar e implantar um modelo de gestão, com vistas a facilitar o acompanhamento da execução dos contratos;
- Informatizar a Subsecretaria de Planejamento e Orçamento;
- Avaliar e realizar manutenções evolutivas no legado de sistemas da CGRH;
- Implementar o Sistema de Recadastramento de Aposentados e Pensionistas;

- Apoiar o Grupo Executivo nas questões sobre extinção do DNER, criando um modelo de gestão e de informatização visando o acompanhamento dos Processos Administrativos Disciplinares a serem criados;
- Criar e desenvolver o Projeto de Gestão de Conhecimento, tendo como piloto, a Secretaria de Política Nacional de Transportes – SPNT e a Subsecretaria de Assuntos Administrativos – SAAD;
- Implantar a Intranet no âmbito do Ministério;
- Supervisionar e apoiar as ações da CGMI do DNIT;
- Levantar, em parceria com a SEGES, os requisitos para contratação do SERPRO visando à criação de uma Base de Conhecimentos dos Portos;
- Participar do acompanhamento do Plano de Providências junto ao Assessor Especial de Controle Interno.

### **3 - PRINCIPAIS AÇÕES IMPLEMENTADAS**

#### **3.1 - Coordenação de Informática**

Nos seis meses finais de 2004, a Coordenação-Geral assumiu um planejamento e orçamento já definidos, sobre os quais atuou com uma série de medidas no sentido de solucionar problemas emergenciais de infra-estrutura e de ordem técnico-administrativa, como a regularização de licenças e contratos de manutenção.

No ano de 2005, a Coordenação de Informática, por orientação da Coordenação-Geral de Modernização e Informática – CGMI buscou reforçar o suporte à infra-estrutura de rede, investir na conclusão de projetos inacabados dos contratos emergenciais, especificamente, na área de manutenção de sistemas e melhorar o atendimento ao usuário do Ministério dos Transportes. Entretanto, para levar avante alguns desses projetos, ações que não foram executadas em sua plenitude no exercício anterior, acabaram por ser desenvolvidas no exercício em questão, é o caso da aquisição de equipamentos e componentes de comunicação de dados que teve suas licitações concluídas esse ano.

Para melhor demonstrar as atividades realizadas, estas, serão descritas em quatro subgrupos compreendendo: a gestão dos contratos e serviços, a rede corporativa; os sistemas de informações e o suporte ao usuário, onde serão destacadas de forma clara e objetiva suas justificativas, características e estágios atuais.

#### **3.1.1 - Ações desenvolvidas no âmbito das Tecnologias de Informação e Comunicação – TIC**

##### **3.1.1.1 - Gestão dos Contratos e Serviços**

Ainda sobre a Tomada de Contas Anual – TCA, Relatório nº. 14184 da Secretaria Federal de Controle Interno, onde foram apontadas irregularidades nos contratos e processos licitatórios transcorridos no ano de 2004 em período em que ainda não havíamos assumido esta Coordenação-Geral e que ensejou Relatório de Providências desta CGMI, temos a relatar:

- Contrato Engesoftware – foi solicitado pela CGMI e aberto pelo Senhor Subsecretário, processo de Sindicância para apurar as irregularidades apontadas

pela Secretaria Federal de Controle – SFC. Ainda com relação a este contrato, encaminhamos Nota Técnica à Consultoria Jurídica no sentido de bloquear os pagamentos pleiteados pela empresa com relação ao período que atuou sem a devida cobertura contratual, onde o parecer da própria CONJUR recomenda o não pagamento de qualquer parcela residual.

- Contrato CTIS – foi solicitado pela CGMI e aberto pelo Senhor Subsecretário, processo de Sindicância para apurar as irregularidades apontadas pela Secretaria Federal de Controle – SFC. Como fruto desta ação, foi concluído o processo de contratação de empresa de mercado.
- Contrato Value Informática – Face a gravidade do assunto, este foi encaminhado à Consultoria Jurídica para que fosse recomendado as providências cabíveis.
- CDT Comunicação de Dados Ltda. - foi solicitado pela CGMI e aberto pelo Senhor Subsecretário, processo de Sindicância para apurar as irregularidades apontadas pela Secretaria Federal de Controle – SFC, processo já concluído. Como fruto desta ação, foi concluído o processo de contratação de empresa de mercado.

No que tange as necessidades de aquisição de bens e serviços para suprir as carências do Ministério na área de Tecnologia da Informação e Comunicação - TIC, no exercício de 2005, foram realizados procedimentos administrativos que ora requereram dispensa de licitação, ora requereram licitações em diferentes modalidades, ora requereram o emprego de um sistema de compras que no conjunto, visaram as seguintes contratações:

- Dispensa de Licitação dado o caráter emergencial para contratação de serviços de manutenção de sistemas de informações;
- Pregão Eletrônico para contratação de serviços de manutenção corretiva, adaptativa e evolutiva dos sistemas de informações;
- Pregão Eletrônico para contratação de serviços de suporte à infra-estrutura e Help desk;
- Pregão Eletrônico para aquisição de switches core para a rede local do Ministério;
- Pregão Eletrônico para aquisição de equipamento de informática do tipo “No Break”;
- Pregão Eletrônico para aquisição de equipamentos de informática do tipo “Impressora Laser”;
- Pregão Eletrônico para instalação e remanejamento de pontos da rede local do Ministério;
- Pregão Eletrônico para aquisição de solução integrada de segurança para o ambiente de rede corporativo do Ministério;
- Registro de Preços para aquisição de equipamentos do tipo switches de borda;
- Pregão Eletrônico para aquisição de licenças de uso do software Windows 2003 Server com AD;
- Pregão Eletrônico para aquisição de licenças de uso do software de banco de Dados Oracle;
- Pregão Eletrônico para fornecimento de treinamento para capacitação de administradores de dados na ferramenta Oracle;
- Registro de Preço para aquisição de equipamentos de informática do tipo “Impressora Laser”;
- Registro de Preço para aquisição de equipamentos do tipo “microcomputadores”.

Ainda em 2005, demos seqüência à ação desencadeada em 2004 que visou a seguinte contratação:

- Pregão Eletrônico para aquisição de um sistema completo de armazenamento (switches, servidores, bibliotecas de fitas e licenças de uso dos softwares pertinentes para seus funcionamentos).

### **3.1.1.2 - Ambiente de Rede Corporativa**

O ambiente de rede corporativa engloba toda a rede do Ministério dos Transportes.

Tal rede é composta de equipamentos instalados no edifício sede, em seu anexo, no edifício do DNIT e no edifício do Departamento de Marinha Mercante localizado no Rio de Janeiro assim como em suas unidades de arrecadação – SERAR's localizadas em alguns dos estados da federação.

As plataformas que dão suporte aos serviços de rede estão baseadas no seguintes sistemas operacionais: Unix/Solaris; Windows 2003-AD e Linux.

A Figura 1, a seguir, apresenta o estágio atual da rede que é administrada, supervisionada e controlada pela COINF/CGMI.

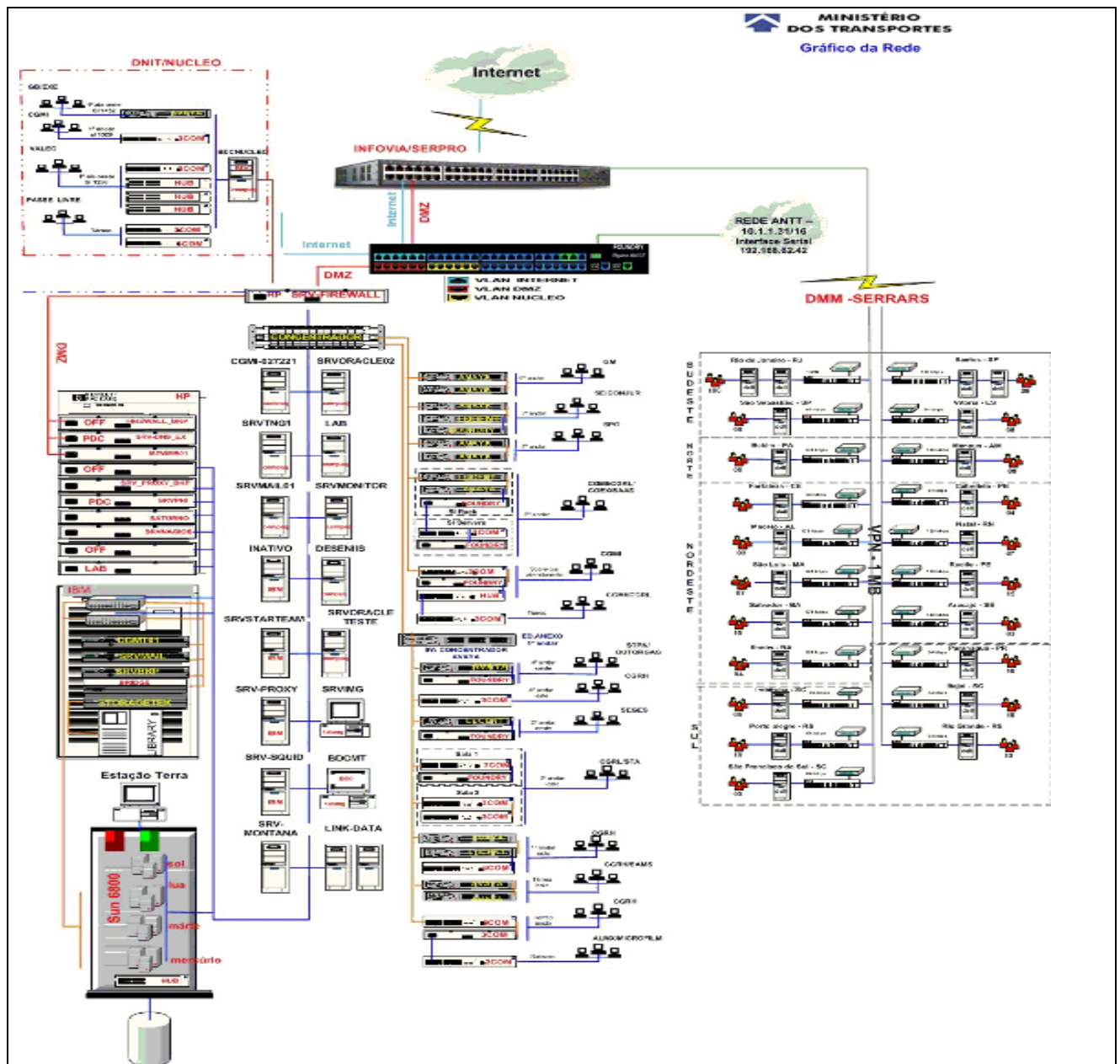


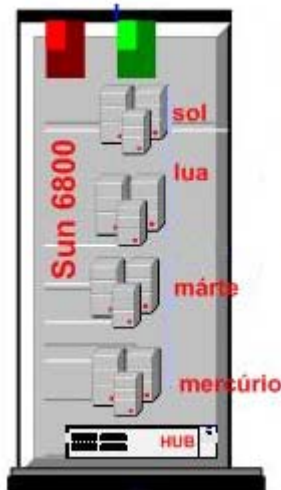
Figura -1 – Rede Corporativa do MT

### 3.1.1.2.1 – Plataforma Unix/Solaris

O Unix/Solaris está instalado na máquina Sun Fire 6800. Esse equipamento estava configurado com três domínios, ou seja: SOL, LUA e MARTE. Contudo, somente os domínios SOL e LUA estavam operacionais. O domínio SOL estava sendo utilizado pelo Banco de Dados Oracle de Produção e o domínio LUA, abrigava o servidor WebLogic.

Em 2005, foi efetuada atualização do sistema operacional e nova configuração, com o objetivo de criar os ambientes de desenvolvimento, homologação e testes.

Com isso, a área passou a contar com ambientes idênticos para os serviços de desenvolvimento/manutenção e produção, melhorando a produtividade e a qualidade das aplicações.



As atividades compreenderam o seguinte:

- Atualização dos servidores **SOL** e **LUA**, preparação de **MARTE** e **MERCÚRIO**.

**SOL:** Elaborado ambiente com o sistema operacional solaris 9 juntamente com o banco de dados oracle 9i com todas as atualizações recomendadas. Após excessivos testes foram migrados para a produção.

- Instalação do S.O. e suas respectivas patches;
- Implementação de storage para receber o Bco Oracle na SAN (Instalação de placas, configuração das Zones e aplicação de patches)
- Instalação do Bco de Dados Oracle e suas respectivas patches;
- Instalação do RMAN;
- Instalação do client do Netbackup.

**LUA:** Elaborado ambiente com o sistema operacional solaris 9 juntamente com o WebLogic com todas as atualizações recomendadas. Após excessivos testes foram migrados para a produção.

- Instalação do S.O. e suas respectivas patches;
- Implementação de storage para receber o WebLogic na SAN (Instalação de placas, configuração das Zones e aplicação de patches)
- Instalação do WebLogic e suas respectivas patches;

**MARTE:** Elaborado o ambiente com o sistema operacional solaris 9 juntamente com o WebLogic e Banco de Dados Oracle 9i com todas as atualizações recomendadas. Após testes serão migrados os ambientes de desenvolvimento e homologação.

- Instalação do S.O. e suas respectivas patches;
- Implementação de storage para receber o WebLogic na rede SAN (Instalação de placas, configuração das Zones e aplicação de patches);
- Instalação do Banco de Dados Oracles e suas respectivas patches;
- Instalação do WebLogic e suas respectivas patches;

**MERCÚRIO:** Em elaboração o ambiente com o sistema operacional solaris 9 juntamente com o WebLogic, Bco de Dados Oracle 9i e Netbackup com todas as atualizações recomendadas. Este ambiente será para executar testes de backups e restores.

- Instalação do S.O. e suas respectivas patches;
- Implementação de storage para receber o WebLogic na rede SAN (Instalação de placas, configuração das Zones e aplicação de patches)
- Instalação do WebLogic e suas respectivas patches;
- Instalação do Banco de Dados Oracles e suas respectivas patches;
- Instalação do client do Netbackup.

### 3.1.1.2.2 - Plataforma Windows 2003



A plataforma Windows 2003 suporta as máquinas HP, IBM e COMPAQ.

Esses equipamentos são responsáveis por inúmeros serviços de rede, dentre os quais podemos destacar: servidor de correio eletrônico, controlador de domínios, servidor de impressão, atualização dos sistemas operacionais dos computadores de mesa, servidor de aplicações, e outros importantes serviços de rede.

Ao longo do ano de 2005, a COINF desenvolveu as seguintes atividades pertinentes a esse ambiente:

- Definição, reinstalação e remanejamento de servidores e serviços dos servidores;

**MTWEB01:** Migração para outro equipamento devido alguns problemas de segurança e falhas.

- Instalação do S.O. Windows2000 e suas respectivas patches;
- Instalação do IIS e suas respectivas patches;
- Configuração da web do MT;
- Configuração da web do GEIPOT;
- Configuração do OWA (Acesso externo ao Correio Eletrônico via Internet);
- Configuração dos acessos a Banco de Dados.

**SVRTNG1:** Migrado o serviço SNA e os arquivos de Softwares localizados nos servidores SRVPRI e SRVSOFT devido a atualização do S.O. para o melhor funcionamento do SNA e otimização dos servidores para posterior migração da versão do Controlador de Domínios.

- Instalação do SNA (Acesso aos sistemas de governo SIAPE, SIAFI, etc);

- Criados alguns grupos globais para receberem grupos locais do Controlador de Domínios.
- Restauração das pastas do SRVSOFT;

**SRVPRI:** Após migração do serviço SNA foi reinstalado devido a alguns problemas do S.O. NT4.0.

**BDCSEDE:** Reinstalado devido a problemas no equipamento BDCMT.

**SRVMAIL01:** Migração do serviço SUS para o novo WUS em outro servidor, devido a mudanças na forma de atualização do S.O. e OFFICE. Obs.: Trocou o equipamento devido a necessidade de mais recursos.

- Instalação do S.O. Windows2003 e suas respectivas patches;
- Instalação do IIS e suas respectivas patches;
- Instalação do WUS e suas respectivas patches;
- Configuração WUS;

**DBMT01 (novo):** Migrado os servidores DBMT01(velho), DBMT02(velho) e DBMT03(velho) para este equipamento devido alguns problemas de segurança , falhas e performance nos servidores e serviços.

- Instalação do S.O. Windows2003 Enterprise e suas respectivas patches;
- Implementação de storage para receber o Bco SQL e arquivos na SAN (configuração das Zones e aplicação de patches)
- Instalação do IIS 6.0 e suas respectivas patches;
- Configuração da Intranet do Ministério dos Transportes;
- Instalação do Bco de Dados SQL 7.0;
- Importação das Bases do Bco de Dados SQL 7.0;
- Configuração dos acessos a este Banco de Dados;
- Instalação do client Oracle 9i para utilização do Siafi Gerencial;
- Restauração das pastas e executáveis das aplicações do MT;

**SRVBKP:** Servidor de gerenciamento de Backup (Netbackup – Veritas)

- Instalação do S.O. Windows2003 Server e suas respectivas patches;
- Implementação de storage para receber a biblioteca(Robô) na SAN (configuração das Zones e aplicação de patches)
- Instalação do NETBACKUP e o SP3;

**SRVMAIL:** Migração do Servidor exchange (correio eletrônico) devido a necessidade de storage.

- Instalação do S.O.Windows2000 e suas respectivas patches;
- Implementação de storage para receber o Exchange 5.5 na SAN (configuração das Zones e aplicação de patches)
- Instalação do Exchange 5.5
- Instalação do client do NetBackup para exchange e o Sp3;



**SRVSTARTEAM**: Instalação de Servidor de versão e ambiente iis para atender o Desenvolvimento.

- Instalação do S.O. Windows2000 e suas respectivas patches;
- Instalação do IIS e suas respectivas patches;
- Instalação e configuração do Banco de Dados Oracle;
- Instalação e configuração do CVS;
- Instalação e configuração do Starteam;
- Configuração dos acessos a Banco de Dados.

Obs.: Este servidor foi migrado para uma máquina HP.

**SRVIMG**: Servidor de Imagem com o Sistema SGRH em Banco de Dados Oracle.

- Substituída a placa-mãe deste servidor 3 vezes este ano.

Obs.: Precisa ser migrado para equipamento com espaço de 140 GB.

**CGMI-027221**: Servidor do Gerenciamento de Anti-Virus EPO da McAfee. Reinstalado devido a problemas na base de dados.

Obs.: Aguardando finalização do processo de licitação para instalação de novo produto ou atualização de versão.

Em Elaboração o projeto de migração para o AD do Windows2003, verificando os principais itens para uma migração com o mínimo de transtorno no ambiente local e nas regionais.

- Procedimentos de migração;
- Perfil de usuários centralizados ou replicados;
- Definição do usuário padrão.

### **3.1.1.2.3 - Plataforma Linux**

O Sistema Operacional Linux é, hoje, responsável pela segurança da rede do Ministério dos Transportes.

Nele estão confiados serviços como: firewall, proxy, monitoramento e dns – externo.

Ao longo do ano de 2005, a COINF desenvolveu as seguintes atividades sob a plataforma Linux:

- Definição, reinstalação e remanejamento de servidores e serviços;

**SRV-DNS**: Migração do servidor DNS com sistema operacional Mandrake 7 para outro equipamento com o sistema Debian 3.0 (posteriormente atualizado para 3.1) devido alguns problemas de segurança e falhas.

- Instalação do S.O. Linux Debian 3.0 (Atualizado para 3.1sarge)e suas respectivas atualizações;
- Instalação do BIND e suas respectivas atualizações;

- Instalação do Webmin e suas respectivas atualizações;
- Configuração do DNS (através do front-end gráfico Webmin);
- Configuração do Webmin (inicialmente configurado com Webmin 1.2, atualizado hoje para versão 2.2);

**SRV-PROXY**: Migração do proxy ISA SERVER localizado no servidor BDCSEDE com sistema operacional Windows2000 para outro equipamento com o sistema operacional Linux Debian 3.0 (posteriormente construído outro em cima das novas atualizações da versão sarge 3.1) e o serviço do SQUID e SQUIDGUARD, devido alguns problemas de segurança e falhas no acesso a Web.

- Instalação do S.O. Linux Debian 3.0 (atualizado para 3.1sarge) e suas respectivas atualizações;
- Instalação do SQUID e suas respectivas atualizações;
- Instalação do SQUIDGUARD e suas respectivas atualizações;
- Instalação do Banco de Dados do SQUIDGUARD e suas respectivas atualizações;
- Implementação das políticas de segurança e utilização no SQUID e SQUIDGUARD.

**SRV-PROXY(STAND-BY)**: Instalação do proxy com sistema Operacional Linux Debian 3.1 como backup de equipamento e serviços caso haja problemas de segurança e/ou falhas em geral no servidor principal.

- Instalação do S.O. Linux Debian 3.1 e suas respectivas atualizações;
- Instalação do SQUID e suas respectivas atualizações;
- Instalação do SQUIDGUARD e suas respectivas atualizações;
- Instalação do Banco de Dados do SQUID e suas respectivas atualizações;
- Implementação das políticas de segurança e utilização no SQUID e SQUIDGUARD.

**SRV-NUCLEO**: Instalação do proxy com sistema Operacional Linux Debian 3.1 para atender o prédio do Núcleo dos Transportes.

- Instalação do S.O. Linux Debian 3.1 e suas respectivas patches;
- Instalação do SQUID e suas respectivas patches;
- Instalação do SQUID GUARD e suas respectivas patches;
- Instalação do Banco de Dados do SQUID e suas respectivas patches;
- Implementação das políticas de segurança e utilização no SQUID e SQUIDGUARD.
- Instalado também um serviço de DHCP para atender a rede 10.2.x.x.

**SRV-FIREWALL**: Migração do firewall IPTABLES localizado no servidor Alpha - Digital com sistema operacional Linux Debian 3.0 para outro equipamento Intel com o sistema Operacional Linux Debian 3.0 ( atualizado para 3.1) devido alguns problemas de segurança e falhas em geral.

- Instalação do S.O. Linux Debian 3.0 e suas respectivas patches;
- Instalação do IPTABLES e suas respectivas patches;
- Implementação e otimização das políticas de segurança como Regras e NAT.

**SRV-FIREWALL(STAND-BY)**: Instalação do firewall IPTABLES com sistema Operacional Linux Debian 3.0 como backup de equipamento e serviços caso haja problemas de segurança e/ou falhas em geral no servidor principal.

- Instalação do S.O. Linux Debian 3.1 e suas respectivas patches;
- Instalação do IPTABLES e suas respectivas patches;
- Implementação e otimização das políticas de segurança como Regras e NAT.

**SRV-MONITOR**: Migração do serviço de monitoramento localizado no servidor DBMT03 com sistema operacional Windows2000 para outro equipamento com o sistema operacional Linux Debian 3.0 (atualizado para 3.1sarge) e o serviço do NAGIOS e MRTG, devido alguns problemas de segurança e falhas no monitoramento da rede e serviços.

- Instalação do SO Linux Debian 3.1 e suas respectivas patches;
- Instalação do NAGIOS e suas respectivas patches;
- Instalação do MRTG e suas respectivas patches;
- Implementação das políticas de monitoramento e utilização dos equipamentos na rede.

**SRV-NAGIOS**: Migração do serviço de monitoramento NAGIOS localizado no servidor SRV-MONITOR com sistema operacional Linux Debian 3.0 (Atualizado para 3.1sarge) para outro equipamento com o sistema operacional Linux Debian 3.1 e o serviço do NAGIOS e MRTG com novas características e aprimoramento no monitoramento da rede e serviços.

- Instalação do S.O. Linux Debian 3.1 e suas respectivas patches;
- Instalação do NAGIOS e suas respectivas patches;
- Instalação do MRTG e suas respectivas patches;
- Implementação das políticas de monitoramento e utilização dos equipamentos na rede.

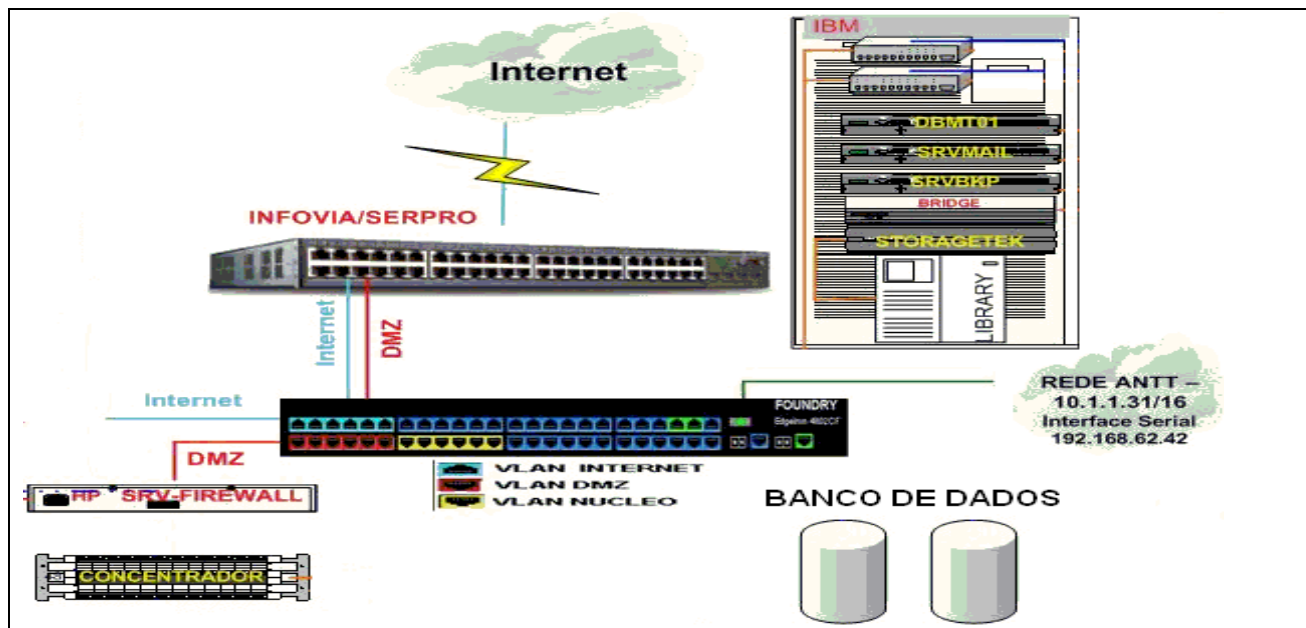
Em elaboração, em sua fase final, o laboratório do serviço CACTI (front-end RRDTOLL substituto do monitoramento dos links de internet e SERAR's no lugar do MRTG).

**SATURNO**: Instalação, implementação e migração do Servidor de Banco de Dados Oracle para desenvolvimento localizado nos servidores SRVORACLE2 e SRVORACLETESTE com sistema operacional Windows2000 para outro equipamento com o sistema operacional Linux SuSe, para não alterar as configurações destes equipamentos citados. (Aguardando finalização da migração para o ambiente do servidor MARTE com SO Solaris9 para desativação deste equipamento)

- Instalação do S.O. Linux SUSE e suas respectivas patches;
- Instalação do Banco de Dados ORACLE 8.1.7 e suas respectivas patches;
- Importação dos esquemas solicitados para o desenvolvimento.

#### **3.1.1.2.4 - Infra-estrutura de Rede**

A infra-estrutura de rede, neste diagrama, centra-se nos ativos de rede, na Rede de Interconexão de Dispositivos de Armazenamento e implementações em banco de dados.



Vale destacar que esse segmento recebeu forte atenção no planejamento da área, uma vez ser imprescindível sua adequação para a melhoria da qualidade e expansão no fornecimento dos serviços de rede.

- Levantamento dos equipamentos ativos da infra-estrutura de rede e atualização e mapeamento da documentação.

**PATCH PANEL:** Instalação e reorganização e documentação destes equipamentos no ed. Sede e anexo do MT.

- Instalação do patch panel;
- Testar os pontos do patch panel;
- Organizar e Documentar as instalações;

**SWITCH CORE:** Limpeza e reorganização. Em setembro houve problema com o módulo de gerenciamento deste equipamento ficando desativado até este momento. Efetuado um empilhamento dos switches do anexo com os do ed. Sede para o funcionamento da rede sem gerenciamento.

- Limpeza e separação dos pontos relacionados com os servidores de produção e desenvolvimento;

**PONTOS DE REDE:** Instalação, remanejamento, reorganização, mapeamento e documentação destes pontos no ed. Sede e anexo do MT.

- Instalação e remanejamento de pontos;
- Testar os pontos de rede;
- Mapear, organizar e documentar os pontos;

**SWITCH/HUB:** Instalação, remanejamento, reorganização, mapeamento e documentação dos switches/hub no ed. Sede e anexo do MT.

- Substituição de 12 hubs do ed. Sede e anexo por switches;
- Remanejamento de switches;
- Mapear, organizar e documentar os switches;

**INFOVIA:** Migração dos links de acesso à internet, Núcleo dos Transportes e Marinha Mercante para o SERPRO na chamada Infovia que trafega dados e voz em alta velocidade.

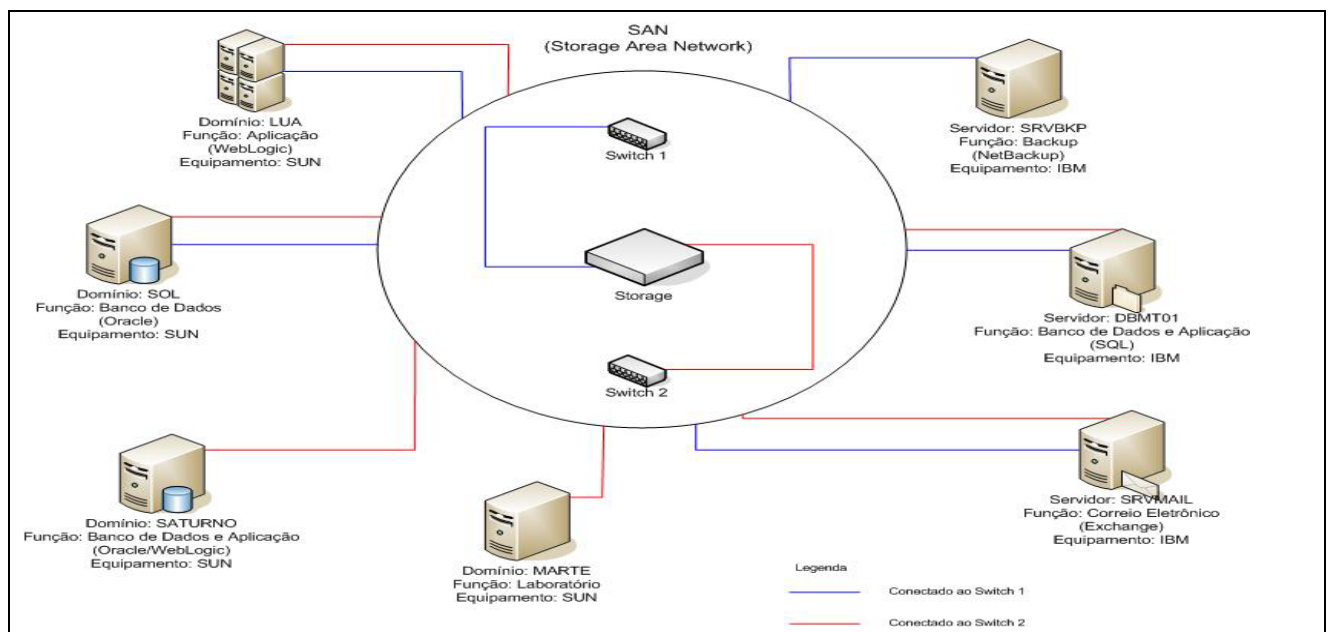
- Desativado o roteador localizado no MT relativo a DMM e transferido a configuração deste para o router localizado no SERPRO;
- Desativado o roteador localizado no MT relativo à BrasilTelecom (link Internet) e transferido a configuração deste para o switch da infovia;
- Desativado o roteador localizado no Núcleo dos Transportes relativo a EMBRATEL(link) e transferido a configuração deste para o switch da infovia;
- Alteradas as configurações do DNS, Firewall, Web e registro.

### 3.1.1.2.5 - Rede de Interconexão de Dispositivos de Armazenamento

A implementação da Rede de Interconexão de Dispositivos de Armazenamento (Storage Área Network – SAN), em 2005, representou um marco muito importante nessa gestão, uma vez que essa solução veio ao encontro de uma deficiência grave da área que era a ausência de backup e recuperação das informações.

No ano de 2005, as licenças do software de backup encontravam-se já vencidas desde 2004, impossibilitando a realização de um dos serviços de rede mais importantes que é a guarda e recuperação do parque de aplicações e suas informações.

A tecnologia SAN constitui um ambiente formado por switches, servidores e bibliotecas de fitas, interagindo com extrema velocidade no armazenamento e recuperação de informações.



**SAN:** Implementação de um sistema de armazenamento, solução de backup contendo 03 servidores IBM, 01 storage com 1,1 Terabyte em rid 5 (STORAGETEK), 02 Switches Fibre Channel com 16 portas cada, 01 robô L80 com 44 mídias LTO-2 (STORAGETEK) e software NETBACKUP 5.1-MP3 com licenças. – (garantia de 3 anos)

- Migração dos servidores **SOL** e **LUA** que estavam armazenados no Storage EMC para a STORAGETEK;
- Migração dos servidores, DBMT01, DBMT02, DBMT03 e SRVMAIL para a SAN.
- Instalação, configuração e atualização do gerenciador do NETBACKUP no servidor SRVBKP;
- Instalação, configuração e atualização dos clientes de backup nos servidores: SOL, SRVMAIL, DBMT01, SRVSTARTEAM, MTWEB01 e SRVIMG.

#### **3.1.1.2.6 - Banco de Dados**

- Atualização dos servidores SOL e SATURNO;
- Criação de ambiente de desenvolvimento Oracle 8i no Linux suse (SATURNO);
- Desenvolvimento de script de backup (export) para os ambientes produção e desenvolvimento;
- Exclusão da instancia de homologação;
- Ativação do archive nos ambientes de produção e desenvolvimento;
- Instalação do novo ambiente de produção com Oracle 9i dentro da SAN;
- Aplicação dos patches necessários nesses ambientes;
- Instalação do RMAN no ambiente de produção para efetuar backups;
- Realização de Teste do backup com o RMAN;
- Instalação do novo ambiente de desenvolvimento com Oracle 9i;
- Aplicação dos patches necessários para o novo ambiente de desenvolvimento;
- Criação de instancia de catalogo para o RMAN;
- Padronização da criação de tablespaces. Cada sistema com seus respectivos tablespaces.
- Instalação do Client do Netbackup.

#### **3.1.1.3 - Sistemas de Informações**

Os serviços no âmbito da informática do Ministério dos Transportes permaneceram represados por algum tempo, em virtude de um período de ausência de contratos de prestação de serviços comuns da área de Tecnologia da Informação e Comunicação – TIC para fazer face às manutenções corretivas, adaptativas e evolutivas no legado de sistemas usuais de informação. Posteriormente a este período, o contrato celebrado em caráter emergencial, restringiu-se aos trabalhos essenciais, atuando apenas nas correções o que reduziu ao máximo as demandas e atendimento aos usuários.

Os trabalhos iniciados em gestões anteriores para a área de Recursos Humanos, além de não terem sido concluídos, não foram estruturados em torno de um modelo de dados integrado, comumente modelado em torno de requisitos e regras, previamente acordados e homologados pelos Usuários da área. Neste sentido, à época, produziu-se uma série de pequenos sistemas para fazer face às demandas emergentes, e, que propiciasse à área cumprir, de alguma forma seus trabalhos. Neste contexto, o que se observa - além de um elevado nível de redundâncias, de controles adicionais desnecessários – é um cenário de difícil entendimento e manutenção.

Com a celebração de um novo contrato entre o Ministério dos Transportes e empresa especializada de mercado, demos início a duas grandes frentes de trabalho, a primeira, no sentido de colocar em funcionamento estas ilhas de sistemas e, uma segunda, com o intuito de se promover uma profunda avaliação em tudo àquilo que fora construído (modelos e sistemas), visando traçar um plano de ações que dê consistência e integridade ao referido modelo.

A seguir, serão abordados os principais serviços objeto de atendimento pela CGMI:

### **3.1.1.3.1 - SIGEF – Sistema de Gestão de Recursos Humanos**

O SIGEF, em tese, representa um conjunto de sistemas herdados dos Contratos anteriores à nossa gestão os quais, encontravam-se inacabados. Esse conjunto de sistemas é vital para o funcionamento da área de recursos humanos que se vê atualmente, obrigada a trabalhar com vários sistemas distintos, dificultando a integração entre as informações das subáreas que necessitam delas para complementação e tomadas de decisões. São eles:

- Gestão Funcional;
- Concessão de Pensão;
- Recadastramento;
- Auxílio Funeral;
- Reversão de Crédito;
- Suspensão de Pagamento aos Aposentados e Pensionistas;
- Cálculos de Passivos Trabalhistas; e,
- Plano de Saúde.

A retomada dessa manutenção pelo atual contrato, tem implicado em uma forte demanda, uma vez que os serviços de recuperação e reformulação dos códigos vêm sendo ajustados às novas necessidades dos usuários.

O SIGEF tem como objetivo manter o cadastro de servidores do MT atualizado e disponível, com informações referentes ao próprio servidor e àquelas que dizem respeito aos aspectos funcionais, de avaliação, de progressão funcional, de férias, de licença, de afastamento, de benefícios, lotação, referência, dependentes e beneficiários.

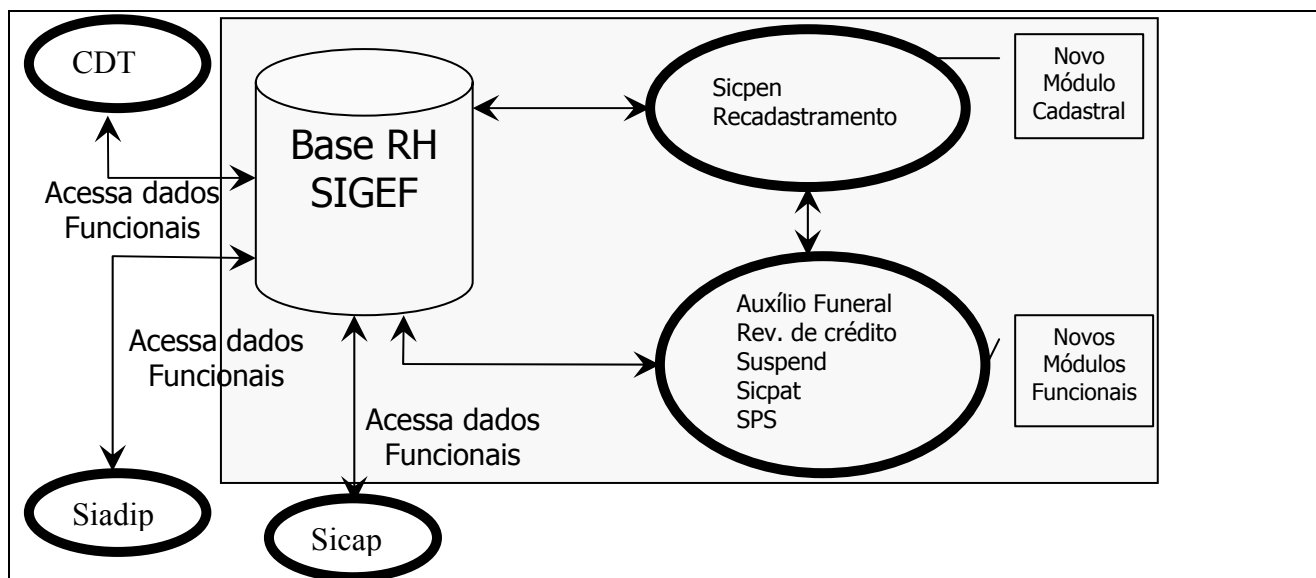


Figura 2 - Sistema Corporativo de RH

Como pode ser observado na Figura 2 – Sistema Corporativo de RH, a base de dados do SIGEF constitui o ponto de partida para todos os outros sistemas.

O modelo de dados do SIGEF passou por inúmeras modificações, tornando-se, extremamente, complexo e de grande dimensão.

Dada à inexistência de uma integração efetiva com o SIAPE, serviços de manutenção adaptativa e evolutiva vêm sendo intensificados na busca de soluções que possam diminuir e evitar ao máximo o retrabalho e redundâncias entre os sistemas.

Concebido sob a ótica da arquitetura cliente/servidor, o SIGEF é um sistema desenvolvido na linguagem Delphi 7 e utiliza-se do Banco de Dados Oracle, na versão 8i. Muito embora a linguagem Delphi faça parte da plataforma tecnológica de desenvolvimento de software do MT, ao lado da linguagem JAVA, entende-se que sua migração para a linguagem em questão será inevitável, haja vista as vantagens decorrentes da mesma.

Cabe salientar que por conta do planejamento realizado, no que se refere à etapa de manutenção evolutiva, novos módulos já estão sendo construídos na linguagem JAVA.

### 3.1.1.3.2 SICPAT – Sistema de Cálculo de Passivo Trabalhista

O Sistema de Cálculos de Passivos Trabalhistas – SICPAT também concebido sob a ótica da arquitetura cliente/servidor sustenta-se no Banco de Dados Oracle 8i e foi desenvolvido apoiado na linguagem Delphi 6.0.

O sistema tem por objetivo efetuar os cálculos para pagamento de vencimentos atrasados ou diferença de vencimentos dos servidores ativos, aposentados e pensionistas desde 1960 até os dias de hoje. Objetiva ainda gerar o PCC (plano de Cargos e Salários) conforme o período determinado para o cálculo.



Dada a ausência de documentação sobre os processos de negócio que apoiaram o desenvolvimento do sistema, a Coordenação ao longo do ano de 2005 veio discutindo, levantando e identificando com os usuários, as regras de negócio necessárias a serem atendidas pelo sistema para atingimento dos resultados esperados, fato que tem sido bastante oneroso devido à complexidade do processo e a necessidade de conhecimentos específicos, os quais, só determinados profissionais da área de RH possuem o que tornou imprescindível, documentar, testar e homologar caso a caso.

Diante das dificuldades encontradas para reunir e discutir com os técnicos da área de recursos humanos, bem como a lentidão do processo de levantamentos dos cálculos de passivos trabalhistas, a Coordenação propôs uma evolução do sistema, ao sugerir em novo módulo, a utilização de uma máquina de inferência (Prolog).

A máquina de inferência é um algoritmo já empregado em aplicações de inteligência artificial que tem a capacidade de apresentar decisões, considerando um número significativo de variáveis.

O emprego da máquina de inferência no contexto do SICPAT promove um ganho muito grande de velocidade, uma vez que ao se cadastrar todas as regras (legislações), valores, períodos, etc., a área de RH passará a ter um repositório com todo o histórico sobre as vantagens e enquadramentos de seus servidores.

#### **3.1.1.3.3 - Módulo de Recadastramento**

Em atenção ao disposto nos Decreto 2.251 e 2.729, de 12 de junho de 1997 e 10 de agosto de 1998, respectivamente, que dispõe sobre a atualização de dados cadastrais dos servidores aposentados e pensionistas da União, o processo de recadastramento foi planejado para ser executado pelo SIGEF em um novo módulo, produto da manutenção evolutiva a ser realizada já na linguagem JAVA, o qual estará também apoiado no banco de dados Oracle versão 9i.

No ano de 2005, a equipe de manutenção veio trabalhando fortemente no modelo de dados do SIGEF para suportar as informações de recadastramento, haja vista a necessidade do MT de não só recadastrar, mas também de controlar e acompanhar todo o processo, uma vez que o universo de aposentados e pensionistas é de cerca de 120.000 servidores.

Note-se aqui, a importância da integração de informações tratadas no âmbito da área de recursos humanos, e relevância dos controles através do sistema.

#### **3.1.1.3.4 - Módulo de Auxílio Funeral e de Reversão de Crédito**

O auxílio funeral tem por finalidade controlar o pagamento desse benefício que está definido pelos artigos 226 e 227 da lei 8112/90. Enquanto que, a reversão de crédito ocorre quando o pagamento é feito de forma imprópria.

Em 2005, a COINF iniciou os trabalhos para a evolução desses módulos visando, não somente suas integrações, mas também, subsidiar o MT quanto aos pagamentos indevidos por falecimento e controle para a reversão dos créditos.

Os módulos de auxílio funeral e de reversão de crédito são aplicações bem antigas e foram desenvolvidas em Clipper. Muito embora elas estejam funcionando, as aplicações estão restritas ao seu formato original, não podendo sofrer no momento, nenhuma adaptação ou evolução no que foi escrito através de sua linguagem de programação, pelo fato de, praticamente, estar em desuso e inexistir em nosso ambiente, profissionais com tal capacitação.

A coordenação de Informática vem envidando esforços na estruturação dos referidos módulos de modo que tanto o modelo de dados e a linguagem de programação sejam adaptados à realidade da plataforma tecnológica de desenvolvimento de software do MT.

#### **3.1.1.3.5 - Módulo GECAAP**

O Gecaap tem por objetivo calcular, complementarmente, a diferença de valores atrasados decorrente de revisão do processo de pensão.

O termo “complementarmente”, empregado no parágrafo acima, se justifica porque o Gecaap apresenta as mesmas características de regras e cálculos do Sicpat.

Assim, a exemplo do que ocorrerá com Sicpat, o levantamento das informações necessárias ao cálculo complementar deverão incorporar à máquina de inferência, seus cálculos.

#### **3.1.1.3.6 - Demais Manutenções**

Ao longo de 2005, já com os contratos firmados, os sistemas em produção no âmbito do MT continuaram a sofrer forte demanda de serviços de manutenção. Solicitações por novas correções, adaptações e evoluções foram feitas, continuamente, na busca de recuperar o tempo perdido da época em que, contratos perenes ou emergenciais, não eram realizados.

Sistemas tais como Passe Livre, SIADIP e SICAP sofreram um elevado nº. de manutenções de caráter adaptativo e evolutivo, haja vista que à época de suas implantações, muitas das necessidades dos usuários deixaram de ser atendidas, o que fez com que estas implantações ocorressem de forma parcial.

Por conta das solicitações, outras atividades surgiram como decorrência natural dos diferentes serviços de manutenção exigidos pela comunidade usuária, o que atingiu, significativamente, à área de suporte a Banco de Dados e serviços de infra-estrutura de rede, foram os casos de migração da versão do Banco de Dados assim como a reestruturação do ambiente tecnológico dedicado ao desenvolvimento, testes e homologação de softwares aplicativos fabricados pelo MT, bem como o de produção onde são executados os sistemas de informações do Ministério o que acabou concorrendo, efetivamente, com a segurança dos dados em todos os aspectos e porque não dizer a melhora da velocidade de atendimento da Coordenação, às demandas dos usuários no tempo requerido.

### 3.1.1.4 - Suporte ao Usuário

Depois do advento da microinformática, a área de Informática teve sua responsabilidade bastante ampliada. Além do seu tradicional papel de construtora de sistemas computacionais, a Informática também se responsabiliza por uma enorme variedade de serviços voltados não somente às necessidades organizacionais, como também às necessidades pessoais de informação, assessoria, treinamento e suporte. Precisamente sobre esta última, como não poderia deixar de ser, foi imperativo para esta Coordenação procurar soluções de atendimento que nos levassem da antiga para a atual situação, notadamente, nas áreas de suporte à microinformática, rede e serviços de Helpdesk o que ocorreu de forma gradual, porém satisfatória, a partir de contrato firmado com empresa especializada nestes segmentos.

O elenco destes serviços é muito grande para ser descrito aqui, mas, o segmento de **suporte técnico** vai desde a instalação, testes e remoção de equipamentos de microinformática, instalação e configuração de softwares, Instalação e configuração de software para acesso a rede Internet, detecção e remoção de Vírus, suporte e assessoria aos usuários, para citar alguns. A central de **Helpdesk** instalada atua como elo de ligação entre a Coordenação e seus clientes, possuindo um sistema ágil de registro e auxílio à solução de problemas, roteamento para especialistas, registros da solução e correlação que permitem ações pró-ativas de caráter preventivo ou corretivo.

No ano de 2005 a demanda sobre os serviços de suporte ao usuário registrou um aumento, face às aquisições de equipamentos de informática como microcomputadores, impressoras, scanners de mesa, laptops e outros.

Os serviços exigem por demais da área, uma vez que os chamados tendem a ser, em sua maioria, de urgência e, portanto, requerendo pronto atendimento nas soluções.

A área conta, atualmente, com um contingente de sete técnicos de campo para um total de, aproximadamente, 1000 máquinas e 400 impressoras.

Os gráficos a seguir apresentados, permitem a visualização dos atendimentos realizados desde o início de seus registros, o que ocorreu efetivamente em maio de 2005.

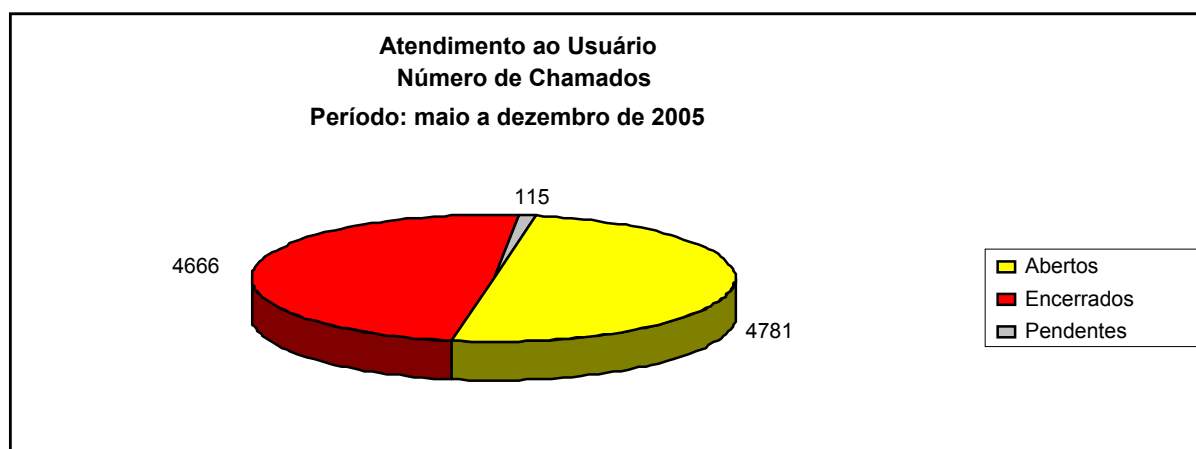
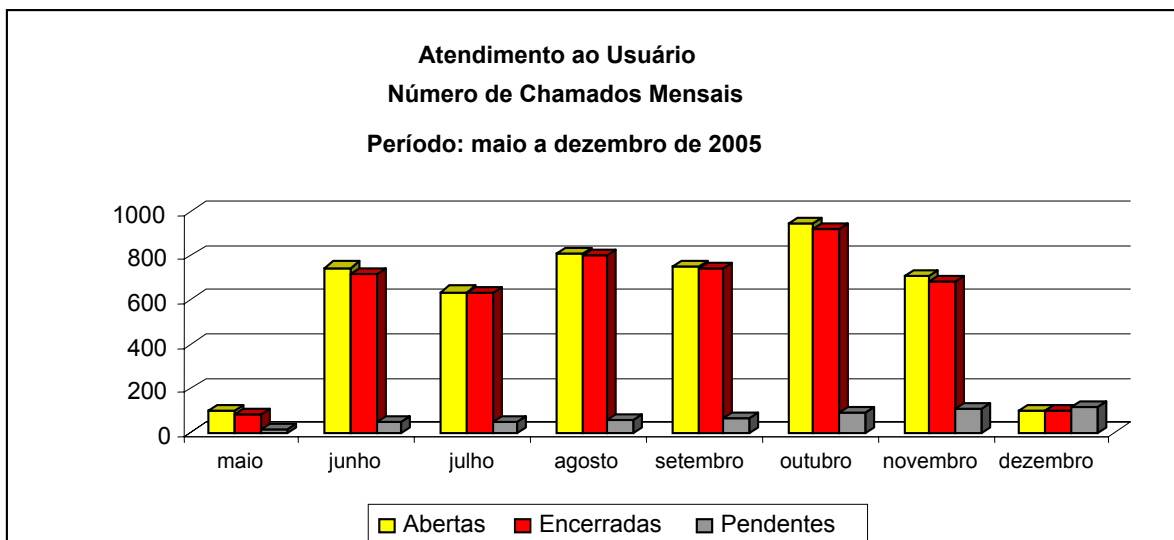


Gráfico 3

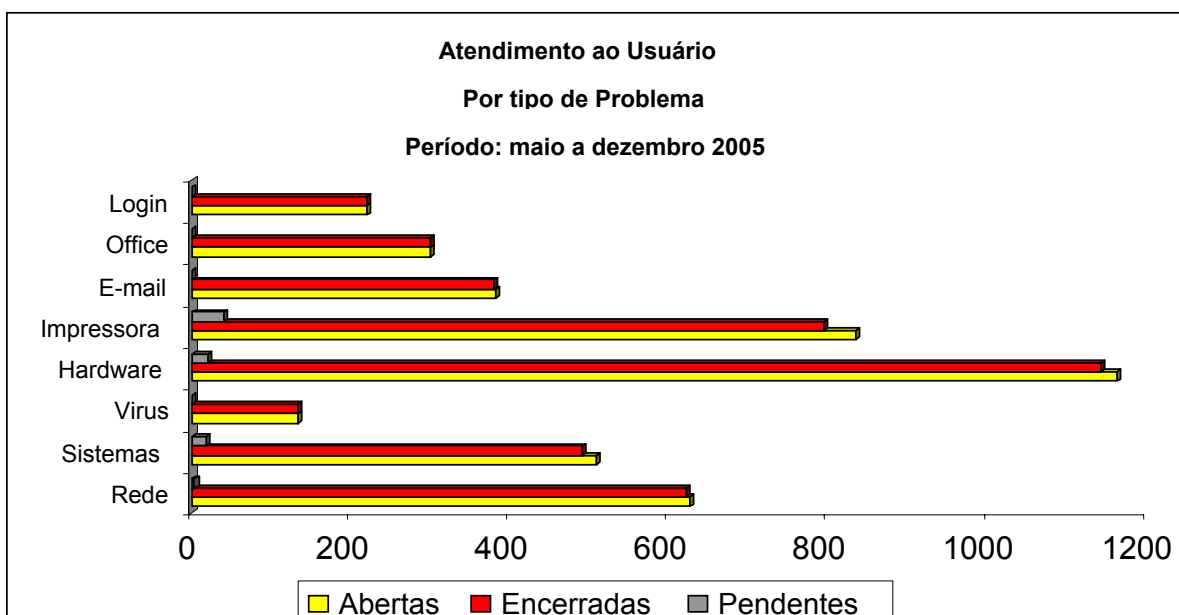
O Gráfico 3 demonstra a quantidade de Ordens de Serviços – OS, abertas, encerradas e pendentes no ano de 2005. Observa-se que 97,6% dos chamados foram atendidos, restando cerca de 2,4% de chamados pendentes. Contudo, vale lembrar que as pendências mensais foram tratadas pela área, constando aqui somente para efeito estatístico.



**Gráfico 4**

O Gráfico 4 apresenta a distribuição mensal dos chamados, considerando as OS's abertas, encerradas e pendentes.

Note-se que há uma maior concentração de chamados no mês de outubro, devido a aquisição e recebimento de equipamentos novos.



**Gráfico 5**

O Gráfico 5 demonstra o nível de atendimento por tipo de problema. Note-se que a maior concentração recai sobre hardware (computadores) e impressoras. Por outro lado, pode-se observar que as maiores pendências também recaem sobre esses itens. Tal fato se deve ao fornecimento de peças que em muitas ocasiões causam a demora no atendimento e conseqüentemente desconforto ao usuário.

### **3.2 – COORDENAÇÃO DE INFORMAÇÃO**

O ano de 2005 tecnicamente foi um ano importante com realizações significativas. No período, foram aplicadas ações estratégicas de curto prazo que permitiram executar projetos que facilitaram o acesso à informação. É o caso da reestruturação do fluxo de informação das áreas do Ministério com a criação do sítio do Departamento do Fundo de Marinha Mercante e a retomada do projeto de manutenção da Intranet do MT.

#### **3.2.1 - Ações desenvolvidas**

- Manutenção do sítio do Geipot;
- Projeto de desenvolvimento sítio do Departamento do Fundo de Marinha Mercante (DEFMM), em processo de coleta das informações, juntamente com servidores do DMM;
- Manutenção do sítio do MT (SGI/Intranet);
- Reformulação dos serviços de notícias via sítio;
- Reformulação dos Serviços “Fale Conosco” (no sítio);
- Reformulação dos Serviços “Fale Conosco” (Intranet/SGI);
- Reformulação do Banco de Dados de Licitações (SGI);
- Coordenação do projeto de manutenção da Intranet do MT;
- Participação em reuniões periódicas do Comitê Executivo do Governo Eletrônico, seminários, eventos, congressos e treinamentos relacionados a assuntos de biblioteca, microfilmagem e informação;
- Estatísticas Gerais;
- Levantamento das necessidades da Assessoria de Comunicação – ASCOM, para alteração da página WEB do MT;
- Microfilmagem;
- Atendimento a pesquisas solicitadas através do site do MT, e-mail da Biblioteca;
- Processamento técnico de publicações;
- Seleção, organização e disponibilização de publicações, anteriormente depositadas em caixas no recinto da Biblioteca;
- Atualização de dados e fotos de ex-Ministros do MT, complementando suas biografias, para inclusão na publicação Biografia de Ministros;
- Análise para escolha do software mais adequado para as Unidades;
- Contatos e negociações com a Biblioteca Nacional ( registro das partituras do hino do Ministério dos Transportes, de autoria do Senhor Manoel Brigadeiro), na tentativa de oficializá-lo;
- Cancelamento e Renovação de Assinaturas de Periódicos;
- Participação em Cursos, Congressos e Seminários;
- Acompanhamento do Processo Licitatório (Pregão nº 038/2005) para a escolha do software mais adequado com vistas à modernização da Biblioteca do MT e do acervo da CONJUR e considerações sobre as propostas apresentadas pelas empresas participantes;

- Proposta para viabilização de Estudo para Revitalização do Patrimônio Histórico Documental das Ferrovias no Âmbito do MT, integrada à Secretaria Política Nacional de Transportes.

### **3.3. COORDENAÇÃO DE MODERNIZAÇÃO**

O ano de 2005 foi marcado por um novo modelo de gestão da Coordenação-Geral de Modernização e Informática, o que propiciou diretrizes bem definidas com objetivos claros a serem alcançados.

#### **3.3.1 - Ações desenvolvidas**

- Proposta de alteração na Estrutura Regimental do Ministério dos Transportes, em atendimento ao Decreto 5.480, de junho de 2005, que dispõe sobre o Sistema de Correição;
- Participação em conjunto com a Coordenação de Informática, na elaboração do Manual de Utilização do E-mail via Internet;
- Acompanhamento e atualização dos Personogramas (nomeação e exoneração dos DAS's);
- Acompanhamento e atualização do Manual de Serviço "A Quem Pedir";
- Acompanhamento e atualização da Lista de Dirigentes;
- Acompanhamento da Legislação e atualização de Manual de Orientação para os Conselheiros do Ministério dos Transportes (Conselho Fiscal e Administração);
- Acompanhamento, atualização e distribuição do Regimento Interno;
- Levantamento e análise das rotinas de trabalho na Coordenação-Geral de Recursos Logísticos;
- Levantamento do Quadro Demonstrativo dos Cargos Comissionados do Ministério dos Transportes, em atendimento ao Decreto nº. 5.497, de 21 de julho de 2005 que dispõe sobre provimento de cargos em comissão do Grupo de Direção e Assessoramento Superiores, níveis 1 a 4, por servidores de carreira, no âmbito do administração pública federal;
- Participação com a equipe encarregada de desenvolver a Intranet e Internet;
- Participação em Comissões de Sindicâncias;
- Participação com a equipe encarregada de analisar a proposta apresentada pela Fundação de Estudos e Pesquisas em Administração – FEPAD, para implantação no Ministério dos Transportes, o modelo de Gestão por Competência;
- Participação no Grupo de Trabalho com a finalidade de elaborar o Plano de Cargos e Carreiras - PCC dos servidores do Ministério dos Transportes;
- Participação como representante do Ministério dos Transportes no Grupo de Trabalho na Comissão Interministerial – Celebração alusivas ao Centenário do Vôo do 14-BIS;
- Acompanhamento e atualização da sinalização do Ministério dos Transportes; e,
- Participação na elaboração da Portaria de criação da Política de Informática do Ministério dos Transportes.

## **4 - PRINCIPAIS RESULTADOS ATINGIDOS**

### **4.1 - Coordenação de Informática**

#### **4.1.1 - Gestão dos Contratos e Serviços**

Podemos destacar:

- Contratação dos serviços de manutenção dos sistemas existentes em produção, em caráter emergencial;
- Contratação de empresa especializada, visando às manutenções corretivas, adaptativas e evolutivas dos sistemas em produção;
- Contratação de empresa especializada, visando os serviços de suporte à infraestrutura e Help Desk;
- Instalação do equipamento No Break (mantenedor de energia elétrica), adquirido pela gestão anterior no ano de 2003;
- Execução do projeto de estruturação do segundo nível de atendimento, conforme previsto em contrato, que visou agilizar as demandas dos aposentados em todas as regiões;
- Contratação de Solução de Backup e ampliação da capacidade de armazenamento, como forma de atender demandas das Secretarias.
- Contratação de Solução Anti-Vírus, visando instalação e regularização desta modalidade de serviço até então inexistente;
- Relatório de diagnóstico e estudo, visando à contratação e implantação de Serviço Centralizado de Impressão no âmbito do Ministério;
- Aquisição de Switch Core para assegurar a redundância necessária aos serviços de rede do MT;
- Aquisição de microcomputadores o que incrementou a inclusão digital no âmbito do Ministério;
- Aquisição de impressoras do tipo laser o que melhorou a qualidade dos serviços de impressão do ministério;
- Aquisição de licenças de uso de software o que inviabilizou o uso de cópias piratas;
- Aquisição de Switch de borda para assegurar a redundância necessária aos serviços de rede do MT;

#### **4.1.2 - Ambiente de Rede Corporativa**

Podemos destacar:

- Aquisição de uma Rede de Interconexão de Dispositivos de Armazenamento (SAN) e, por conseguinte a solução definitiva de implantação de uma rotina de backup e recuperação de arquivos;
- Implementação de ferramentas de segurança de rede como firewalls e proxys, passando a garantir a integridade dos acessos à rede MT;
- Implementação de uma política para a área de informática, normatizando procedimentos;
- Licenciamento e atualização de softwares básicos – de windows NT 4.0 para windows 2003 AD;
- Licenciamento e atualização de Banco de Dados Oracle;
- Substituição de todos os hub's da rede local por switches de alta capacidade;
- Aquisição de solução de antivírus em substituição à solução existente em cortesia no MT, há mais de dois anos, portanto sem direitos à atualização;
- Aquisição de microcomputadores de mesa, impressoras, scanners de mesa, projetores multimídia e plotters;

- Migração dos links de internet e comunicação com o prédio do DNIT para a INFOVIA;
- Ampliação lógica de domínios na máquina Sun Fire 6800;
- Criação dos ambientes distintos de produção, desenvolvimento e homologação e testes;
- Criação de redundância física nos principais serviços de rede; e
- Inúmeros outros serviços que são transparentes ao usuário.

#### **4.1.3 - Sistemas de Informações**

Podemos destacar:

- Retomada do SIGEF, que implicou na análise e reescrita de grande parte da codificação existente para o sistema;
- Retomada do SICPAT com a implementação de 90% das regras;
- Emprego da máquina de inferência para subsidiar as aplicações SICPAT e GECAAP;
- Retomada do GECAAP, que necessitou rever toda a etapa de levantamento de casos de usos e sua adaptação à máquina de inferência;
- Suporte à carga do sistema de benefícios;
- Evolução do módulo de cadastramento para atender a uma demanda legal;
- Remodelagem do modelo de dados dos recursos humanos do MT;
- Evolução no sistema passível com a implementação de novas funcionalidades;
- Evolução no sistema SICAP para atender a demanda da Consultoria Jurídica;
- Evolução no sistema PPI para subsidiar a SEGES no acompanhamento dos projetos prioritários;
- Migração de aplicações com a arquitetura delphi/sql-server para delphi/oracle 9i;
- Módulo SIAEX para acompanhamento da execução orçamentária e geração de informações gerenciais sobre o orçamento do MT;
- Módulo de controle de medicamentos para a área de recursos humanos;
- Cadastramento de Ativos e Pensionistas; e
- Inúmeras outras manutenções para atendimento à comunidade usuária.

#### **4.1.4 - Suporte ao Usuário**

Podemos destacar:

- Instalação de sistemas e aplicativos nos equipamentos dos usuários;
- Remanejamento de equipamentos por solicitação ou obras;
- Configuração de equipamentos em geral;
- Controle patrimonial e do remanejamento dos equipamentos de informática;
- Testes de equipamentos e suprimentos de informática adquiridos pelo Ministério;
- Controle e acompanhamento das Ordens de Serviços;
- Gestão do contrato de help-desk; e,
- Inúmeros outros serviços de suporte e atendimento aos usuários.

#### **4.2 - Coordenação de Informação**

Podemos destacar:



#### No âmbito do Sítio do Ministério dos Transportes

- Publicações do Programa "PARE" ;
- Publicações da Lista de Dirigentes;
- Orientações de consulta ao anuário estatístico de transporte rodoviário (Antt);
- Orientações de consulta ao anuário estatístico de transporte aquaviário (Antaq);
- Atualização diária de normas afeto aos modais;
- Desenvolvimento de conteúdo da Agenda Portos;
- Ajuste da exibição de notícias inseridas pela Ascom via SGI no sítio;
- Elaboração e implementação de restrição de envio de e-mail ao atualizar e/ou cadastrar uma nova notícias (SGI);
- Geração e encaminhamento de lista de e-mails, à Ascom, cadastrados para o recebimento de notícias via portal;
- Ajuste da exibição de notícias do sítio - ordem cronológica reversa;
- Reformulação do fluxo operacional na base de notícias (SGI), tornando-o mais rápido e de melhor acessibilidade;
- Inclusão de regras de validação de e-mail e telefone *versus* DDD;
- Inclusão de regras para evitar duplicidade de mensagem;
- Inclusão de regras para limitação de caracteres;
- Inclusão de regras para gerar relatório estatístico (\*) por tipo de comentário e área de interesse;
- Estruturação do projeto Intranet do Ministério;
- Levantamento das atividades e necessidades de informações para o sistema de informações da SPNT.

#### No âmbito dos Serviços "Fale Conosco" (Intranet/SGI)

- Elaboração de solução para "Encaminhar CC (com cópia)" com vista ao envio de uma mesma mensagem para mais de um órgão, como por exemplo; Antt, Antaq, Dnit, bem como campo para adição de texto complementar;
- Implementação de solução, para inclusão/exclusão de órgãos setoriais para recebimento das mensagens de sua área de competência;
- Inclusão de regras para gerar relatório estatístico (\*);
- Inclusão de regras para exclusão de mensagem duplicadas e/ou incoerente.

#### No âmbito de Licitações (SGI);

- Desenvolvimento de um novo desenho para abrigar as exigências estabelecidas pelo Decreto nº. 5.450 que institui a modalidade pregão eletrônico.

No âmbito do Fale Conosco foram obtidos os seguintes resultados estatísticos:

Comentários Enviados por Área de Interesse		
Área	Quantidade	%
Transporte Rodoviário	3.742	38.12
Transporte Ferroviário	720	7.33
Transporte Hidroviário	241	2.45
Transporte Portuário	303	3.08
Informações Funcionais	2.139	21.79
Projetos e Programas	627	6.38
Outros	1.511	15.39
Total (*)	9.283	94.58

Comentários Enviados por Tipo		
Tipo de Comentário	Quantidade	%
Sugestão	404	4.11
Dúvidas	2.059	20.98
Reclamação	1.861	18.96
Elogios	87	0.88
Consulta	4.824	49.15
Total (*)	9.235	94.10

Estatística Operacional dos Comentários		
Categoria	Quantidade	%
Comentários Responderidos	1.081	11.01
Comentários Encaminhados	6.872	70.02
Comentários Encaminhados Com Cópia	113	1.15
Comentários Excluídos por Duplicidade	544	5.54
Comentários Excluídos por Incoerência	98	0.99
Total de Comentários Excluídos	1.755	17.88
Total de Comentários Operacionalizados	9.821	99.9
Total (*) de Comentários Recebidos	9.814	100

Estatística por Competência dos Comentários Encaminhados					
Órgão/Setor	Quantidade Encaminhada	Quantidade Encaminhada CC	Órgão/Setor	Quantidade Encaminhada	Quantidade Encaminhada CC
ANTAQ	74	7	ANTT	893	18
ASCOM	234	27	ASPAR	0	4
BIT	68	2	CGMI	0	3
CGRH	2.062	11	CGRH (2)	1	0
CGRL	30	1	CIDE	14	1
COMOR	2	2	CONJUR (p)	15	2
CORIN	361	12	CPMA	7	3
DIBIB	156	5	DMM	49	1
DNIT	859	22	DPRF	0	1
G M	29	1	Outro(s)	0	63
PARE	82	1	PASSELIVRE	1.431	8
SE (p)	122	4	SEGES	30	3
SFAT	3	1	SPNT	54	7
SPO	1	1	STT	0	0
Total de Destinatários Encaminhados				6.577	
Total de Destinatários Encaminhados CC				211	

No âmbito do Levantamento da ASCOM, para alteração da página WEB do MT:

- Manutenção na alimentação de notícias;
- Criação de Upload de fotos e arquivos MP3;
- Criação de busca de conteúdo no sítio;
- Criação de sistema dinâmico de mapa do sítio;
- Criação de sistema de perguntas mais freqüentes.

No âmbito da Microfilmagem:

- Rolos de filme microfilmados: 49
- Documentos microfilmados: 134.076
- Total de registros indexados: 30.328

No âmbito da Biblioteca, serviços prestados ao público:

- Circulação;
- Empréstimo Domiciliar;
- Empréstimo Especial.
- Empréstimo Interbibliotecário:
- Biblioteca da A.E.U.D.F.;
- Biblioteca da Câmara dos Deputados;
- Biblioteca do IPEA;
- Biblioteca do Ministério da Justiça;
- Biblioteca Ministério do Trabalho;
- Biblioteca do Senado Federal;
- Biblioteca Supremo Tribunal Federal;
- Biblioteca do Tribunal de Contas da União;
- Biblioteca do Tribunal de Justiça do Distrito Federal.

Registro de Publicações e Serviços Afins.

- Livros: 62
- Periódicos: 96
- Preparação para encadernação:
- Diário Oficial da União (agosto a dezembro de 2004 e janeiro a julho de 2005).

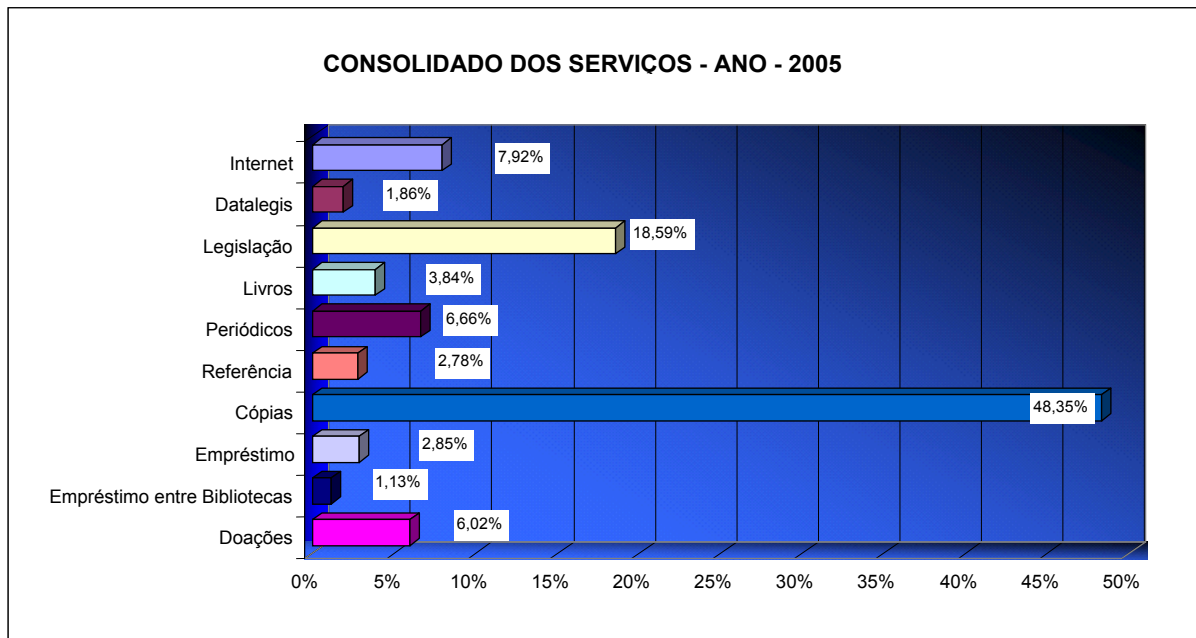
Doação de Publicações e Intercâmbio:

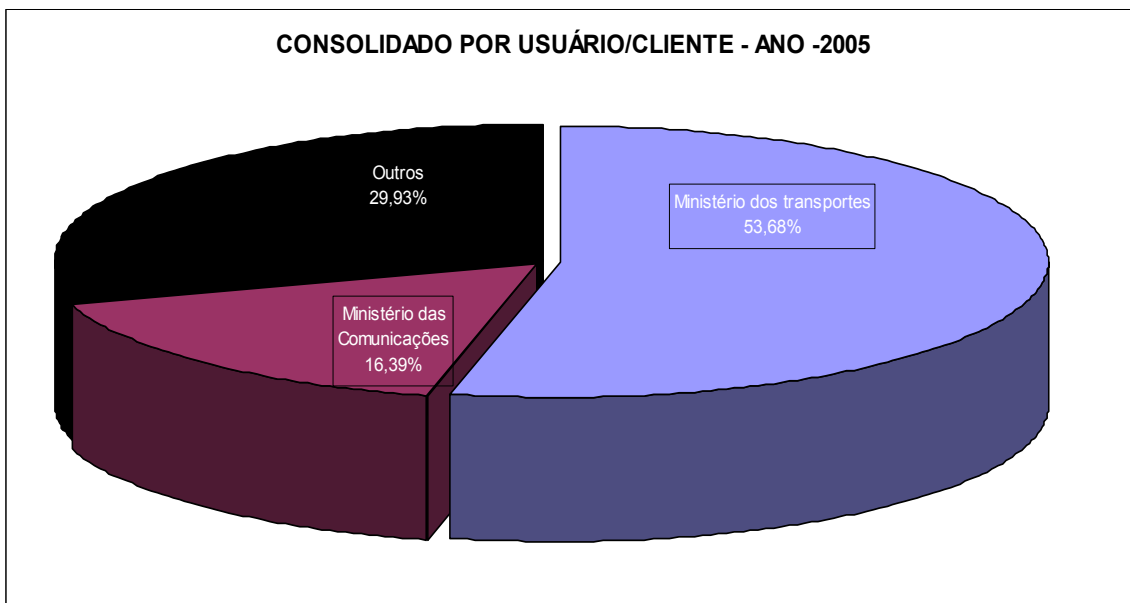
- Assessoria Internacional do Ministério dos Transportes;
- Associação de Desenvolvimento da Qualidade de Vida do Vale do Jatobá;
- Biblioteca Comunitária do Município Simões Filho (Simões Filho / BA);
- Biblioteca Comunitária de Barreiras (Bahia);
- Biblioteca da Universidade de São Paulo/SP;
- Faculdade de Engenharia e Agrimensura de Pirassununga – FEAP (São Paulo);
- Fundação Biblioteca Nacional;
- Ministério das Cidades ( Brasília / DF );
- Secretaria de Estado da Cultura do Distrito Federal;
- The US Library of Congress Office Brazil;
- Universidade Federal de Minas Gerais (MG);
- Universidade Federal do Rio de Janeiro;
- Universidade Federal de Salvador (Bahia).

No âmbito da Biblioteca foram obtidos os seguintes resultados estatísticos:

ESTATÍSTICA DE PESQUISAS - BIBLIOTECA - MT														
Consolidado do Ano: 2005														
SERVIÇOS	JAN	FEV	MAR	ABR	MAI	JUN	JUL	AGO	SET	OUT	NOV	DEZ	TOTAL	(%)
Internet	28	29	9	56	11	32	30	155	133	115	99	45	742	7,92
Datalegis	0	0	0	0	0	0	0	30	0	77	39	28	174	1,86
Legislação	147	154	144	221	79	109	58	135	175	273	197	49	1.741	18,59
Livros	9	64	31	78	23	35	15	40	10	27	21	7	360	3,84
Periódicos	27	54	61	73	60	42	53	63	58	44	58	31	624	6,66
Referência	14	28	14	7	29	15	16	23	27	32	45	10	260	2,78
Cópias	184	248	307	442	354	535	422	610	356	535	377	158	4.528	48,35
Empréstimo	7	24	13	7	11	19	30	52	3	18	48	35	267	2,85
Empréstimo entre Bibliotecas	0	12	14	2	5	11	12	28	4	6	7	5	106	1,13
Doações	65	31	0	71	24	20	94	26	81	93	28	31	564	6,02
<b>TOTAL</b>	<b>481</b>	<b>644</b>	<b>593</b>	<b>957</b>	<b>596</b>	<b>818</b>	<b>730</b>	<b>1.162</b>	<b>847</b>	<b>1.220</b>	<b>919</b>	<b>399</b>	<b>9.366</b>	<b>100,00</b>
<b>Demanda Mês (%)</b>	<b>5,14</b>	<b>6,88</b>	<b>6,33</b>	<b>10,22</b>	<b>6,36</b>	<b>8,73</b>	<b>7,79</b>	<b>12,41</b>	<b>9,04</b>	<b>13,03</b>	<b>9,81</b>	<b>4,26</b>	<b>100,00</b>	

Usuário/Cliente	JAN	FEV	MAR	ABR	MAI	JUN	JUL	AGO	SET	OUT	NOV	DEZ	TOTAL	(%)
Ministério dos transportes	278	360	316	567	239	418	348	555	524	601	611	211	5.028	53,68
Ministério das Comunicações	88	147	70	137	140	89	124	235	173	125	114	93	1.535	16,39
Outros	115	137	207	253	217	311	258	372	150	494	194	95	2.803	29,93
<b>TOTAL</b>	<b>481</b>	<b>644</b>	<b>593</b>	<b>957</b>	<b>596</b>	<b>818</b>	<b>730</b>	<b>1.162</b>	<b>847</b>	<b>1.220</b>	<b>919</b>	<b>399</b>	<b>9.366</b>	<b>100,00</b>
<b>Demanda Mês (%)</b>	<b>5,14</b>	<b>6,88</b>	<b>6,33</b>	<b>10,22</b>	<b>6,36</b>	<b>8,73</b>	<b>7,79</b>	<b>12,41</b>	<b>9,04</b>	<b>13,03</b>	<b>9,81</b>	<b>4,26</b>	<b>100,00</b>	





### 4.3 - Coordenação de Modernização

Podemos destacar:

- Minuta de Decreto que dispõe sobre remanejamento de Cargo do Grupo de Direção e Assessoramento Superior para o Sistema de Correição no Ministério dos Transportes;
- Manual para orientação dos servidores do Ministério dos Transportes, nos procedimentos básicos do acesso ao e-mail via internet;
- Conjunto de personogramas para dispor de informações atualizadas para seus devidos fins;
- Manual “A Quem Pedir” para facilitar ao usuário/servidor, o acesso mais rápido e o atendimento eficaz dos pedidos de serviços colocados no Guia de Serviços, prestado pelas diversas unidades administrativas da Subsecretaria de Assuntos Administrativos – SAAD;
- Lista de Dirigentes para informar nome, lotação, cargo, telefone, endereço e e-mail dos Dirigentes do Ministério dos Transportes;
- Manual para informar aos Conselheiros do Ministério dos Transportes as atualizações da legislação dos Conselhos Fiscal e Administração;
- Manual de Organização atualizado contendo Regimento Interno, Organogramas das Unidades do Ministério dos Transportes e da Síntese Organizacional a fim de facilitar as freqüentes, consultas de servidores e usuários de acordo com as peculiaridades de cada órgão do MT;
- Reestruturação e otimização das rotinas e processos de trabalho, padronização de normas e procedimentos, elaboração de manuais e formulários;
- Documento demonstrativo de percentual de servidores com DAS - Decreto nº. 5.497, de 21/07/2005;
- Projeto para implementação da Intranet;
- Relatório conclusivo de fatos apurados;
- Relatório conclusivo da contratação da Fundação de Estudos e Pesquisas em Administração - FEPAD para implantação do modelo de Gestão por Competências, objetivando a otimização da gestão de pessoal em seu âmbito de aplicação;
- Documento com proposta do Plano de Cargos e Carreiras dos servidores do MT;

- Análise e aprovação de projetos apresentados à Comissão para implementação;
- Sinalização com layout padronizado para orientar servidores, funcionários e visitantes na localização de setores e salas e facilitar o recebimento de correspondências; e
- Atendimento à Portaria nº. 08 de 11/05/2005, que estabelece a criação da Política de Informática no Ministério dos Transportes.

## **5 - PROJEÇÕES PARA O EXERCÍCIO DE 2006**

### **5.1 - Coordenação de Informática**

- Colaborar com a CGMI/DNIT na reestruturação dos sistemas informatizados do órgão;
- Concluir os trabalhos de levantamento de atividades e necessidades de informações da Secretaria de Política Nacional de Transportes – SPNT;
- Acompanhar junto a SEGES e ao SERPRO, o desenvolvimento do projeto SISPORTOS;
- Elaborar Projeto Básico (Técnica e Preço) para licitação dos serviços de digitalização e autenticação de documentos em parceria com a CGRH (cerca de aproximadamente 100.000 aposentados e pensionistas – processos);
- Estabelecer junto ao DNIT, o envio de fluxos de dados com vistas à elaboração de relatórios gerenciais e gráficos;
- Iniciar e concluir os trabalhos de levantamento de atividades e necessidades de informações junto à SEGES, SFAT e SE;
- Iniciar o projeto de Gestão de Conhecimento em articulação com as secretarias finalísticas e as subsecretarias da Secretaria Executiva;
- Prospectar e implantar, baseado em software livre, solução de segurança que garanta redundância lógica por falha de hardware com afetação aos serviços de rede;
- Elaborar projeto para regularização e atualização das licenças de uso para o Exchange 2003 com vistas a garantir os serviços de correio eletrônico do MT;
- Elaborar termo aditivo para contratação do licenciamento da tecnologia de Snapshots de modo a consolidar a política de back-Up implementada pelo projeto que instituiu a Rede de Interconexão de Dispositivos de Armazenamento (Storage Área Network – SAN) do MT;
- Consolidar o ambiente de teste e homologação configurado no exercício anterior, com o uso maciço de processos que envolvam experimentos com os softwares aplicativos componentes dos sistemas de informações do MT;
- Elaboração de projeto para contratação de uso continuado da plataforma de armazenamento de dados Symetrix visando à otimização dos seus recursos;
- Elaboração de projeto para regularização e atualização do software Office 2003 baseado na plataforma Windows 2003;
- Elaboração de projeto para regularização e atualização do SMS – software de atualização automática e inventário para controle de equipamentos da rede do MT;
- Implantar projeto de reformulação da rede do MT, que compreenderá cabeamento com fibras óticas, inserção de ativos de rede envolvendo a instalação de Switch Core e Switches de Borda, o que permeará as redes do edifício sede e de seu anexo;
- Concluir e disponibilizar a evolução do Módulo de Recadastramento de Aposentados e Pensionistas do SIGEF;

- Concluir e disponibilizar o SIGEF totalmente reformulado, substituindo os sistemas SICPEN, SICPAT, MAXRETRIEVE e AP-40, oferecendo, inclusive, um Módulo Geral de Consultas;
- Concluir e disponibilizar a evolução do SIAEX – Sistema de Acompanhamento da Execução Orçamentária para abrigar os módulos de Propostas e Programação Financeira;
- Concluir e disponibilizar a evolução do sistema SICAP;
- Concluir e disponibilizar a evolução do sistema de controle de estagiários;
- Concluir e disponibilizar a evolução do sistema de controle de medicamentos;
- Ultime a migração do gerenciador de Banco de Dados SQL para Oracle 9i;
- Desenvolver novos mecanismos de controle estatístico baseados na solução de Help desk;
- Promover o recenseamento das estações de trabalho;
- Elaborar procedimentos-padrão de atendimento e suporte;
- Elaborar projeto de absorção de atendimento via Help Desk para o sistema ASI;
- Elaborar projeto de aquisição de servidores para incrementar a Rede de Interconexão de Dispositivos de Armazenamento (Storage Área Network – SAN) do MT;
- Elaborar projeto de aquisição complementar de ativos de rede, visando a instalação de Switch Core redundante para a rede corporativa do MT;
- Elaborar projeto de aquisição de licenças de uso do software básico Windows 2003 Server de modo a viabilizar a uniformização de seu uso nas unidades do DNM;
- Elaborar projeto de regularização e atualização de licenças de uso de software da Borland integrante do ambiente de desenvolvimento do MT;
- Elaborar projeto de contratação de serviços de manutenção da SUN 6800;
- Elaborar projetos de renovação dos contratos e/ou termos aditivos vigentes no âmbito da CGMI.

## **5.2 - Coordenação de Informação**

- Manutenção preventiva / corretiva do site do MT;
- Informatização da Biblioteca e do acervo jurídico da Consultoria Jurídica – CONJUR;
- Estruturação das informações, para divulgação no site, da Secretaria de Fomento para Ações de Transporte/Departamento do Fundo da Marinha Mercante;
- Estruturação de sistema de informações para a Secretaria de Política Nacional de Transportes - SPNT;
- Implantação do novo modelo para a Intranet do MT;
- Estudos para elaboração de política de segurança da informação, no âmbito do Ministério.

## **5.3 - Coordenação de Modernização**

- Acompanhar e desenvolver a padronização de formulários e manuais;
- implantar na Intranet, produtos como: lista de dirigentes, manuais de interesse do servidor, organogramas dos órgãos do MT, regimento interno e outros;
- Implementar rotinas de trabalho na Coordenação-Geral de Recursos Logísticos;
- Adquirir e disponibilizar, modernas ferramentas de consulta para acesso aos manuais;

- Confeccionar projeto para reavaliar rotinas operacionais da CGMI para desenvolver e integrar as suas Coordenações;
- Estudo para desenvolver um projeto para implantação de um Escritório de projetos na área de Tecnologia da Informação;
- Implantação do modelo de Gestão por Competências na CGMI, objetivando a otimização da gestão de pessoal em seu âmbito de aplicação; e,
- Desenvolver juntamente com a Coordenação de Informação e Informática, projeto de inclusão digital.

## **6 - CONSIDERAÇÕES FINAIS**

O exercício de 2005 foi, com certeza, um ano ainda marcado por enfrentamento de dificuldades de ordem orçamentário-financeira, jurídica e administrativa, além daquelas geradas a partir da ausência de reposição do quadro técnico especializado nas áreas de tecnologia da Informação e Comunicação – TIC, do Ministério.

Destacamos, entretanto, que algumas ações devem ser pontuadas, a exemplo do incremento do parque de informática, do avanço na informatização de processos, da extração de informação gerencial, do incentivo a estudos para integração entre os sistemas em rede interna e do número crescente de atendimento a projetos de modernização de interesse das áreas do Ministério, o que demonstra a consolidação dos serviços, nesta Coordenação-Geral.

Nas atividades pertinentes à área de informática, ainda que os entraves para gerenciar os programas e projetos persistiam, a busca de alternativas e parcerias possibilitaram um crescimento no quantitativo de sistemas ofertados e clientela atendida, foi o que ocorreu com a contratação de serviços continuados na área de Tecnologia da Informação e Comunicação - TIC.

Avalia-se como positiva a execução das atividades de gestão da informação e de modernização em consonância com as competências constantes ao regimento interno do Ministério, notadamente, nas ações que envolveram estas áreas para consecução de Implementação do Projeto Intranet.

Esperamos que os sucessos registrados neste relatório possam servir de estímulo para que a nossa Coordenação-Geral continue crescendo, ampliando sua qualidade de atendimento e seu vínculo com a comunidade ministerial.

Ao encerrar o presente relatório, torna-se importante ressaltar e agradecer a colaboração e parceria das áreas como a Secretaria Executiva – SE, a Secretaria de Assuntos Administrativos – SAAD, a Coordenação-Geral de Recursos Logísticos – CGRL, a Coordenação-Geral de Recursos Humanos - CGRH e a todos os outros colaboradores, que com muito esforço e empenho foram decisivos para a efetividade dos nossos trabalhos.



## DADOS GERAIS DA UNIDADE CONSOLIDADORA

**Nome:** Subsecretaria de Planejamento e Orçamento – SPO/MT.

**Unidade Gestora:** 390002

**Gestão:** 00001 – Tesouro.

**CNPJ (MF):** 37.115.342/0002-48.

**Natureza Jurídica:** Administração Direta.

**Vinculação:** Ministério dos Transportes.

**Endereço:** Esplanada dos Ministérios, Bloco “R”, 4º andar – Brasília – DF – CEP: 70044-900 – Telefone (61) 311-7967 – Página na internet: [www.transportes.gov.br](http://www.transportes.gov.br).

**Norma de Criação:** Decreto nº 4.721, de 05 de junho de 2003 e Portaria nº 399, de 14 de julho de 2004.

**Finalidade:** A Subsecretaria de Planejamento e Orçamento, conforme estabelece o Regimento Interno aprovado pela Portaria GM nº 399/2004, de 14/07/2004, publicada no Diário Oficial da União em 15/07/2004, tem por finalidade:

I - planejar, coordenar e supervisionar a execução das atividades relacionadas com os Sistemas Federais de Planejamento e Orçamento, de Administração Financeira e de Contabilidade, no âmbito do Ministério;

II - promover a articulação com os Órgãos Centrais dos Sistemas Federais referidos no inciso I e informar e orientar os órgãos do Ministério quanto ao cumprimento das normas administrativas estabelecidas;

III - desenvolver, no âmbito do Ministério, as atividades de execução orçamentária, financeira e contábil;

IV - acompanhar, por meio de relatórios gerenciais, a execução orçamentária, financeira e contábil, encaminhando relatórios mensais ao seu superior imediato;

V - acompanhar e promover a avaliação de demandas de recursos orçamentários, submetendo-as à aprovação de seu superior imediato;

VI - planejar e controlar as atividades relacionadas com o programa de dispêndios globais, subsidiando os processos de alocação e de gestão de recursos públicos e realimentando as atividades de planejamento e orçamento federais;

VII - supervisionar e acompanhar a análise e a avaliação do comportamento das despesas programadas, propondo medidas necessárias para as eventuais correções das distorções identificadas; e

VIII - promover estudos propondo medidas para aperfeiçoar o acompanhamento e a avaliação da execução orçamentária.

**Organização:** A Subsecretaria de Planejamento e Orçamento tem a seguinte estrutura:

1 - Serviço de Apoio Administrativo - SEAA

2 - Coordenação-Geral de Orçamento - CGORC

2.1 - Coordenação de Orçamento Fiscal e da Seguridade Social - COFIS

2.1.1 - Divisão de Programação e Acompanhamento Orçamentário da Administração Direta -DIPAD

2.1.1.1 - Serviço de Elaboração Orçamentária da Administração Direta e Fundos - SEODF

2.1.1.2 - Serviço de Análise e Acompanhamento da Execução Orçamentária da Administração Direta - SEAED

2.1.2 - Divisão de Programação e Acompanhamento Orçamentário da Administração Indireta - DIPAI

2.1.2.1 - Serviço de Elaboração Orçamentária da Administração Indireta - SEORI

2.1.2.2 - Serviço de Análise e Avaliação Orçamentária da Administração Indireta - SEAVI

2.1.2.3 - Serviço de Acompanhamento da Execução Orçamentária da Administração Indireta - SEAEX

2.2 - Coordenação de Orçamento e Dispêndios Globais das Empresas Estatais - COEST

2.2.1 - Divisão de Programa de Dispêndios Globais - DIPDG

2.2.1.1 - Serviço de Programação e Acompanhamento dos Dispêndios Globais - SEPDG

2.2.2 - Divisão de Análise, Programação e Acompanhamento do Orçamento de Investimento - DIPOI

2.2.2.1 - Serviço de Programação e Acompanhamento do Orçamento de Investimentos - SEPOI

3. - Coordenação-Geral de Acompanhamento e Avaliação -CGAA

3.1 - Coordenação do Subsistema Terrestre - COSTE

3.1.1 - Divisão de Acompanhamento do Subsistema Terrestre- DIAST

3.1.1.1 - Serviço Rodoviário - SEROD

3.1.1.2 - Serviço Ferroviário - SEFER

3.1.2 - Divisão de Avaliação do Subsistema Terrestre -DIAVT

3.2 - Coordenação do Subsistema Aquaviário - COSAQ

3.2.1 - Divisão de Acompanhamento do Subsistema Aquaviário- DIASA

3.2.1.1 - Serviço Portuário- SEPOR

3.2.1.2 - Serviço de Navegação - SENAV

3.2.2 - Divisão de Avaliação do Subsistema Aquaviário-DIAVA

4. - Coordenação-Geral de Finanças e Contabilidade -CGFC

4.1 - Coordenação de Finanças - COFIN

4.1.1 - Divisão de Programação e Descentralização Financeira da Administração Direta - DIFAD

4.1.1.1 - Serviço de Informações Gerenciais de Programação e Execução Financeira - SIGEX

4.1.1.2 - Serviço de Acompanhamento e Controle da Execução Financeira - SECEX

4.1.2 - Divisão de Programação e Descentralização Financeira da Administração Indireta - DIFAI

4.1.2.1 - Serviço de Descentralização de Recursos - SEDER

- 4.1.2.2 - Serviço de Análise, Avaliação e Programação Financeira - SEAPF
- 4.2 - Coordenação de Contabilidade - CCONT
- 4.2.1 - Divisão de Contabilidade - DICONTE
- 4.2.2 - Divisão de Verificação e Análise Contábil - DIVAC
- 4.2.2.1 - Serviço de Contabilidade - SECON
- 4.2.2.2 - Serviço de Verificação e Análise Contábil - SEVAC

## **1 – FINALIDADES ESSENCIAIS**

A Unidade Gestora 390002 – Subsecretaria de Planejamento e Orçamento, atua como Órgão Setorial de Orçamento e Programação Financeira, tem por finalidade estabelecer a ligação entre as Unidades da Administração Direta e Indireta deste Ministério com a Secretaria de Orçamento Federal do Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão e Secretaria do Tesouro Nacional do Ministério da Fazenda, no ciclo de gestão orçamentária e financeira.

Por ser também uma unidade orçamentária, para executar os recursos consignados no OGU, utiliza a descentralização de crédito para realizar as despesas de Pessoal e Encargos Sociais, Outras Despesas Correntes e Investimentos para as seguintes Unidades Gestoras/Gestão:

- 390004/00001 – Coordenação-Geral de Recursos Logísticos;
- 390007/00001 – Coordenação-Geral de Recursos Humanos;
- 275056/27204 - Empresa Brasileira de Planejamento de Transportes – Em Liquidação;
- 273087/27202 – Departamento Nacional de Estradas de Rodagem – DNER Em Extinção;
- 390015/00001 - Rede Ferroviária Federal SA – Inventariança (durante vigência da MP 246, de 06 de abril de 2005).

Executa diretamente nesta Setorial apenas as ações classificadas como Inversões Financeiras que se refere a participação da União no capital de Companhias Docas, contempladas no Orçamento Fiscal, obedecendo a programação encaminhada pelo Departamento de Programas de Transportes Aquaviários da Secretaria de Gestão deste Ministério.

No que se refere às atribuições regimentais, a Subsecretaria de Planejamento e Orçamento, por meio da Coordenação-Geral de Orçamento e a Coordenação-Geral de Finanças e Contabilidade, desempenha as atividades relativas ao processo de elaboração do Projeto de Lei do Orçamento Fiscal e da Seguridade Social, ao acompanhamento da execução orçamentária, coordena as funções referentes à programação financeira de desembolso, realizando a descentralização de recursos por meio de repasse e sub-repasse em favor das diversas Unidades Gestoras que compõem a Administração Direta e Indireta deste Ministério e, ainda atua como setorial contábil do órgão superior atendendo as demandas das unidades inerentes ao registro da execução orçamentária e financeira no SIAFI.

A Coordenação-Geral de Acompanhamento e Avaliação - CGAA ainda no âmbito das atribuições regimentais da SPO, coordena o processo de elaboração do Plano Plurianual - PPA do Ministério, assim como suas revisões e avaliações anuais, promovendo reuniões junto as Unidades Gestoras e as demais Secretarias que compõem o Ministério dos Transportes. Além destas atividades relativas ao PPA, a CGAA produz relatórios de Acompanhamento Mensal de execução orçamentária de investimentos a cargo desta Pasta de ações integrantes do Projeto Piloto de Investimentos – PPI e “Demais Ações” buscando detectar os problemas encontrados pelas Unidades Gestoras para realizar as ações. Elabora a Mensagem Presidencial nos assuntos que afeta a área transportes, fornece relatórios que compõe o Balanço Geral da União – BGU, etc.

Durante o ano de 2005 a SPO esteve envolvida no acompanhamento Orçamentário e Financeiro das Metas Presidenciais, atendendo demandas da Casa Civil e do Ministério do Planejamento, através da SOF e da SPI, além de compor o grupo de elaboração do Balanço de 3 anos de Governo.

## **2 – RECURSOS DISPONÍVEIS**

A atual força de trabalho da Unidade Gestora é de 64 servidores, posição em 31/12/05, sendo:

- Ativo Permanente: 27
- Requisitado: 19
- Nomeado: 12
- Estagiário: 05
- Contratado: 01

Os recursos materiais à disposição da Unidade, tais como equipamentos de informática, mobiliário e outros, atendem às necessidades do trabalho.

## **3 – MELHORIAS IMPLEMENTADAS**

A respeito de melhorias implementadas, vale ressaltar a alteração introduzida pelo Decreto 4.721, de 05/06/2003, que transformou a Coordenação Geral de Orçamento e Finanças em Coordenação Geral de Finanças e Contabilidade e Coordenação Geral de Orçamento, que permitiu aumentar o número de servidores das áreas envolvidas, bem como uma melhor divisão dos trabalhos, proporcionando melhores resultados.

Implantação da Conta Única do Tesouro Nacional nas 07 (sete) Cias Docas que recebem recursos da União a título de participação no capital das empresas com o objetivo de promover maior transparência na utilização dos recursos.

Para realizar a implantação da Conta Única nessas Cias Docas, a Coordenação de Contabilidade realizou treinamento para 30 (trinta) técnicos dessas empresas com um total de 112 horas/aulas.

Nos meses de novembro e dezembro de 2005, os Técnicos da Coordenação-Geral de Finanças e Contabilidade realizaram visitas, in loco, nas Cias Docas com o objetivo de fazer levantamento de dados para desenvolver projeto de implantação do SIAFI Total nessas Companhias.

Durante o ano de 2005, os técnicos da SPO realizaram os seguintes treinamentos:

- Tomada de contas especial (1 técnico);
- Contabilidade Pública e Execução Orçamentária e Financeira (1 técnico);
- Window XP (1 técnico);
- Word Básico (1 técnico);
- Power Point (1 técnico);
- Excel Básico (1 técnico);
- Excel Avançado (1 técnico);
- Internet Básico (1 técnico);
- Internet Avançado (1 técnico)

A fim de transmitir orientações a respeito do encerramento do exercício de 2005, a CGFC enviou técnicos a João Pessoa – PB para o encontro anual das unidades de infraestrutura do DNIT e ao Rio de Janeiro onde estão localizadas a VALEC – Engenharia Construções e Ferrovias S/A e o Departamento do Fundo da Marinha Mercante – DFMM.

A Coordenação de Contabilidade, atendendo a solicitação da Coordenação – Geral de Recursos Logísticos, instaurou as seguintes Tomadas de Contas Especial: Convênio do MT com a Prefeitura Municipal de Terra Santa – PA e Concessão de diárias nº 561; 542; 543; 517 e 471.

Por último, vale acrescentar que foi desenvolvido um banco de dados para esta SPO, com informações da execução orçamentária e financeira, orçamento fiscal, alimentado via extrator de dados do SIAFI junto ao SERPRO. Tal banco foi desenvolvido pela Coordenação de Informática com o apoio dos técnicos desta Subsecretaria. O banco de dados permite maior agilidade na extração de dados para a confecção de relatórios gerenciais.

#### **4 – PLANO DE TRABALHO**

Planejar, coordenar e supervisionar a execução das atividades relacionadas com os Sistemas Federal de Planejamento e Orçamento, de Administração Financeira e de Contabilidade no âmbito do Ministério e suas unidades supervisionadas.

Apresentar informações gerenciais que permita a tomada de decisão no tocante a distribuir, entre as unidades do Ministério:

- a) os limites para a elaboração da proposta orçamentária anual;
- b) os limites para movimentação e empenho;
- c) os limites de pagamento.

#### **5 – OBSERVÂNCIA À LEGISLAÇÃO**

Este Ministério, ao elaborar a proposta orçamentária, observou todos os objetivos e metas estabelecidos no Plano Plurianual (PPA) 2004-2007, bem como as disposições contidas na Lei de Diretrizes Orçamentária para o exercício de 2005.

Com relação aos limites orçamentários e financeiros destinados as dotações dos grupos de despesas Outras Despesas Correntes (Custeio), Capital e Inversões Financeiras foram observados os limites definidos por meio do Decreto n.º 4.379, de 25 de fevereiro de 2005, e alterações posteriores.

## 6 - OBJETIVOS E METAS DA UNIDADE

Entre as metas estabelecidas por esta Unidade Gestora ressalta-se a orientação e o acompanhamento do orçamento a partir da análise e consolidação das propostas orçamentárias das Unidades Vinculadas a este Órgão, até a efetiva aprovação da Lei Orçamentária. Posteriormente, a Unidade Gestora tem como objetivo acompanhar a execução e proceder a avaliação dos resultados, atendendo às reivindicações das unidades vinculadas, no que diz respeito aos ajustes orçamentários, junto à Secretaria de Orçamento Federal/MP objetivando concretizar as solicitações de créditos adicionais.

No aspecto da programação financeira, esta Unidade Gestora tem como objetivo estabelecer o cronograma anual de desembolso para os diversos Órgãos que compõem esta Pasta, avaliar, consolidar e atender os pedidos de recursos solicitados por esses Órgãos, estando condicionada às cotas mensais estabelecidas pela Secretaria do Tesouro Nacional/MF. Esta Subsecretaria de Planejamento e Orçamento, como Órgão Setorial de Orçamento e Administração Financeira Federal, atua também como Órgão Setorial do Sistema de Contabilidade Federal exercendo as atribuições previstas no Art. 6º do Decreto 3.589, de 06/09/2000.

Além das transferências de recursos exercidas, enquanto Órgão Setorial de programação financeira, esta Unidade Gestora 390002/00001 executou o Orçamento Fiscal destinado às Participações Acionárias em Companhia Docas contempladas com ações no Orçamento Geral da União, sendo que em 2005, teve a seguinte execução:

Cia Docas	CNPJ/UG/Gestão	Empenhos Emitidos (a)	Empenhos Liquidados (b)	Empenhos Pagos (c)
Companhia Docas do Rio Grande do Norte	34040345/0001-90 396005 / 39815	15.120.000,00	15.120.000,00	15.120.000,00
Companhia Docas do Estado de São Paulo	44837524/0001-07 396006 / 39816	42.630.000,00	35.440.000,00	35.440.000,00
Companhia Docas do Espírito Santo	399002/91000 399002 / 39817	20.837.178,72	8.338.776,98	8.338.776,98
Companhia Docas do Pará	04933552/0001-03 396004 / 39814	3.240.000,00	3.240.000,00	3.240.000,00
Companhia Docas do Estado da Bahia	14372148/0001-61 396002 / 39812	10.435.000,00	10.435.000,00	10.435.000,00
Companhia Docas do Rio de Janeiro	42266890/0001-28 396001 / 39811	98.543.848,00	44.705.134,40	44.705.134,40

Companhia Docas do Ceará	07223670/0001-16 399001 / 390000	2.360.000,00	2.360.000,00	2.360.000,00
<b>TOTAL</b>		<b>193.166.026,72</b>	<b>119.638.911,38</b>	<b>119.638.911,38</b>

Realizou também o pagamento de amortização e juros de Dívida Externa da Rede Ferroviária Federal, contrato BIRD – 4046 – OBR, consignado no OGU desta Unidade Gestora, conforme abaixo:

CREDOR	CNPJ/UG/Gestão	Empenhos Emitidos (a)	Empenhos Liquidados (b)	Empenhos Pagos (c)
BIRD	EX9806900- BIRD 390015 - 00001	99.869.461,00	83.976.024,04	83.976.024,04

## 7 – RESULTADOS DA ATUAÇÃO DA UNIDADE GESTORA EM 2005

A gestão orçamentária para o exercício de 2005, no que se refere a Outras Despesas Correntes (Custeio)/Capital/Inversões, inclusive contrapartida e ingresso, ficou condicionada aos limites para movimentação e empenho atribuídos a esta Pasta, por meio do Decreto 5.379 e alterações posteriores, acrescido dos créditos extraordinários. Foram distribuídos às Unidades deste Ministério, o equivalente a 84% do orçamento aprovado pela Lei nº11.100, de 25/01/2005 (LOA/2005) e seus créditos adicionais.

Com relação ao limite para pagamento, concedido pelo citado Decreto nº 5.379/05 e alterações posteriores, por meio de cotas mensais, 49% do Limite para Movimentação de Empenho mais Restos a Pagar foram destinados à programação financeira das Entidades vinculadas a este Órgão. Vale esclarecer que os recursos destinados ao serviço da Dívida Interna/Externa, Sentenças Judiciais, Pessoal e Encargos, Inversões financeiras do Fundo da Marinha Mercante e Destaques Recebidos foram excepcionalizados pelo mencionado Decreto.

### COMPARATIVO DA DOTAÇÃO AUTORIZADA E LIMITES CONCEDIDOS PARA OUTROS CUSTEIO E CAPITAL (1)

“DEMAIS AÇÕES” e “PROJETOS PILOTO DE INV. – PPI”	LEI /CRÉDITO S [A]	LIMITE PARA EMPENHO [B]	Restos a Pagar Inscritos [C]	LIMITE DE PAGAMENTO			%	
				EXERCÍCIO 2004 [D]	REST.PAGAR [E]	TOTAL [F]=[D] + [E]	G= F / (B+C)	H= B/A
				CUSTEIO/INVEST./ INVERSÕES	7.570.148	6.330.781	1.376.166	2.832.669

Obs: Fontes próprias e tesouro

(1) –Despesas sujeitas aos limites de empenho e pagamento do Decreto 5.379/2005 acrescido dos Crédito Extraordinários

Vale acrescentar que não surgiu na Unidade qualquer fato que ocasionasse instauração de sindicância, processo administrativo ou diligência do Tribunal de Contas da União.

Esclareço que as demais peças anexas que compõem este Relatório poderão ser consultadas no Endereço: Esplanada dos Ministérios Bloco R Sala 441 - Edifício Sede – Brasília-DF, mediante comunicação prévia à Coordenação-Geral de Finanças e Contabilidade do Ministério dos Transportes, telefone (61) 3311- 7224.

Finalmente, cabe esclarecer que foram cumpridas as metas fixadas para o corrente exercício em observância às normas legais e regulamentares pertinentes, que proporcionaram a exatidão na transferência dos recursos, atingindo, assim, os objetivos propostos pela Unidade Gestora.

## **8 - Legislação referente ao Orçamento de 2005**

- Lei de Diretrizes Orçamentárias para 2005 – Lei nº 10.934, de 11/08/04.
- Lei Orçamentária para 2005, Lei nº 11.100, de 25/01/05 , D.O.U, de 26/01/05.

### Programação Orçamentária e Financeira

1. Decreto nº 5.379, de 25/02/2005 , DOU de 25/02/2005 (Edição Extra);
2. Portaria Interministerial – MP/MF nº 51, de 11/03/2005 , DOU de 11/03/2005;
3. Portaria - MF nº 39, de 30/03/2005 , DOU de 30/03/2005;
4. Portaria – MF nº 130, de 27/05/2005 , DOU de 31/05/2005;
5. Portaria – MP nº 117, de 01/06/2005, DOU de 02/06/2005;
6. Portaria – MF nº 137, de 07/06/2005, DOU de 07/06/2005;
7. Portaria – MF nº 143, de 08/06/2005, DOU de 13/06/2005;
8. Portaria – MP nº 132, de 23/06/2005, DOU de 24/06/2005;
9. Portaria Interministerial nº 283, de 05/10/2005, DOU de 06/10/2005;
10. Portaria Interministerial nº 284, de 05/10/2005, DOU de 06/10/2005;
11. Portaria – MP nº 305, de 06/11/2005, DOU de 04/11/2005;
12. Portaria – MF nº 328, de 21/11/2005, DOU de 22/11/2005;
13. Portaria - MP nº 383, de 21/12/2005, DOU de 21/12/2005;
14. Portaria – MP nº 384, de 21/12/2005, DOU de 22/12/2005;
15. Portaria – MF nº 385, de 21/12/2005, DOU de 22/12/2005;
16. Decreto nº 5.655, de 29/12/2005, DOU de 29/12/2005 (Edição Extra).



## DADOS GERAIS DA UNIDADE JURISDICIONADA

**Nome:** Secretaria de Política Nacional de Transportes – SPNT/SE/MT.

**CNPJ (MF):** 37.115.342/0001-67.

**Natureza Jurídica:** Administração Direta.

**Vinculação:** Ministério dos Transportes.

**Endereço:** Esplanada dos Ministérios, Bloco “R”, Edifício Anexo “A”, Ala Oeste, 4º andar, Brasília – DF – CEP: 70044-900 – Telefone (61) 311-7589 - Fax (61) 311-7600 - Página na internet: [www.transportes.gov.br](http://www.transportes.gov.br).

**Norma de Criação:** Decreto nº 4.721, de 05 de junho de 2003 e Portaria nº 399, de 14 de julho de 2004.

**Finalidade:** A Secretaria de Política Nacional de Transportes, conforme estabelece o Regimento Interno aprovado pela Portaria GM nº 399/2004, de 14/07/2004, publicada no Diário Oficial da União em 15/07/2004, tem por finalidade:

I - subsidiar a formulação e elaboração da Política Nacional de Transportes, de acordo com as diretrizes propostas pelo Conselho Nacional de Integração das Políticas de Transportes - CONIT, bem como monitorar e avaliar a sua execução;

II - promover a articulação das políticas de transportes do governo federal com as diversas esferas de governo e setor privado, com vistas a compatibilizar políticas, aperfeiçoar os mecanismos de descentralização e otimizar a alocação de recursos;

III - estabelecer diretrizes para o afretamento de embarcações estrangeiras por empresas brasileiras de navegação e para liberação do transporte de cargas prescritas;

IV - analisar os planos de outorga, submetendo-os à aprovação superior;

V - supervisionar, orientar e acompanhar, junto aos órgãos vinculados ao Ministério, as ações e projetos necessários ao cumprimento da Política Nacional de Transportes;

VI - promover estudos e pesquisas que considerem as peculiaridades regionais do País e os eixos nacionais de desenvolvimento, estabelecendo critérios e propondo prioridades de investimentos em infra-estrutura de transportes;

VII - promover e coordenar a elaboração e consolidação dos planos e programas das atividades de sua área de competência e submetê-los à decisão superior;

VIII - desenvolver o planejamento estratégico do setor de transportes, abrangendo os subsetores hidroviário, portuário, ferroviário e rodoviário; e

IX - assessorar administrativamente e tecnicamente o CONIT.

**Organização:** A Secretaria de Política Nacional de Transportes - SPNT tem a seguinte estrutura:

1. Departamento de Planejamento e Avaliação da Política de Transportes- DPATP

1.1 -Coordenação-Geral de Estatística - CGEST

1.2 - Coordenação-Geral de Planejamento - CGPLAN

1.2.1 - Coordenação de Planos, Programas e Projetos - COPPR

1.2.2 - Coordenação de Tecnologia - CTEC

1.3 - Coordenação-Geral de Avaliação de Política de Transportes- CGAPT

1.3.1 - Coordenação de Avaliação e Integração de Políticas -COAIP

1.3.2 - Coordenação de Controle e Acompanhamento - COCAP

2 - Departamento de Outorgas - DEOUT

2.1 - Coordenação-Geral de Análise e Editais - CGAE

2.1.1 - Coordenação de Suporte Técnico e Operacional -COSUT

2.1.1.1 - Divisão de Apoio Técnico e Operacional- DIATO

2.2 - Coordenação-Geral de Avaliação e Estudos Econômicos- CGEE

2.2.1 - Coordenação de Avaliação Técnica - COAT

3 - Departamento de Relações Institucionais - DERIN

## 1 – DESCRIÇÃO DAS ATIVIDADES

### GABINETE

2005
Pesquisa de Agregado de Argila Calcinada (FUA/UNISOL) Processo: 50000.066780/2004-61 Convênio: 006/2004 de Cooperação Técnica e Apoio Financeiro, com a Participação da Fundação Universidade do Amazonas (FUA) e da Fundação de Apoio Institucional Rio Solimões (Uni-Sol). Objetivo: Pesquisa sobre Agregado de Argila Calcinada. Realização de Simulação Numérica dos Resultados da Pesquisa
Formulação de Políticas para os Terminais Rodoviários de Passageiros que Operam o Transporte Interestadual e Internacional Processo: 50000.078920/2004-43 Contrato: 053/05, com a GISTRAN – Gerenciamento de Informações e Sistemas de Transporte Ltda. Objetivo: Formular políticas para o aperfeiçoamento da infra-estrutura nacional de terminais que atendam os serviços de transporte coletivo de passageiros, interestadual e internacional, com elaboração de programa e ações prioritárias. Iniciada a avaliação técnica de 20 terminais de maior demanda, incluídos alguns terminais de pequena demanda para melhor caracterizar a amostra (Caruaru/PE, Campina Grande/PB e Luziânia/GO).

### GABINETE

2005
I Encontro Nacional do Transporte Rodoviário de Cargas Este evento buscou, como objetivo central, colher subsídios para responder à pergunta de <i>como aumentar a eficiência do transporte rodoviário de cargas</i> . Este encontro atingiu os seus objetivos e, embora muitas das conclusões já fossem conhecidas, os debates foram enriquecidos com visões importantes da sociedade, tornando-se parceira das soluções apontadas, acreditando nas propostas de governo.

#### Programa Passe Livre

- Programa que concede credencial para as pessoas portadoras de necessidades especiais viajarem gratuitamente, em ônibus interestadual.

O Quadro a seguir demonstra o trabalho realizado, desde a sua implantação.

DESCRIÇÃO	REALIZADO			ACUMULADO 2003 - 2005
	2003	2004	2005	
Kits para inscrição no Programa - distribuídos via correio	28.200	39.632	16.542	<b>84.374</b>
Requerimentos recebidos para inscrição no Programa	45.336	51.441	35.385	<b>132.162</b>
Processos Analisados e Revisados	58.670	81.156	142.256	<b>282.082</b>
Credenciais Emitidas (incluindo 2ª vias)	19.906	25.495	56.812	<b>102.213</b>

#### GABINETE

##### 2005

#### Implantação de Câmaras Setoriais do Transporte Rodoviário de Cargas

- Objetivo: Implantação em prefeituras estratégicas visando permitir o desenvolvimento de soluções negociadas de problemas regionais e nacionais relacionados com a operação do transporte rodoviário de cargas, cujo MT, por intermédio da SPNT, tem o papel de articulador.
- Implantadas, inicialmente, em Niterói/RJ, Nova Iguaçu/RJ, Cascavel/PR, Porto Velho/RO, Uberaba/RJ e Itajaí/SC.

#### Assessoramento da SPNT.

Objetivo: Dotar a SPNT de condições técnicas para supervisionar, monitorar e avaliar o desempenho das ações e projetos, e na elaboração de estudos e análises de alternativas de Investimentos.

- Foi elaborada a minuta do edital e discutida: com a Auditoria Interna, a SAAD e a CONJUR, quando esta recomendou diversas alterações no texto.

#### Projeto Amigo das Rodovias.

- Objetivo: transportadores (cargas e passageiros) e demais participantes da cadeia produtiva, possam participar ativamente na formulação de um plano de ação que tenha como meta a redução do excesso de peso e de tempo de direção nas rodovias brasileiras.
- A concepção do projeto se encontra em elaboração.

#### Implantação de Base de Dados do Transporte Rodoviário de Cargas para definição de Diretrizes Políticas.

- Foi elaborado o Projeto Básico.

#### GABINETE

##### 2005

#### Desenvolvimento de política para financiamento de caminhões.

- Objeto: A estrutura da oferta no mercado do transporte rodoviário de cargas encontra-se desequilibrada. O financiamento de caminhões deve ser inserido no contexto de uma política maior que, no momento, vem sendo desenvolvida pelo Ministério dos Transportes, por meio desta Secretaria, com a participação direta dos diversos atores relevantes que representam o setor. O resultado desta política poderá consubstanciar-se nos primeiros marcos regulatórios, pleiteados pelo setor.

Formulação de política para financiamento de ônibus para o transporte interestadual e internacional de passageiros.

- Objeto: Redução de custos, visando o aumento da eficiência econômica do sistema, principalmente quanto a sua componente configurada nos efeitos da eficiência distributiva.

Implantação do Sistema de Retro - Porto Virtual

Desenvolvimento do conceito: A essência do Retro - Porto Virtual é a integração das diversas áreas operacionais, a partir de um Centro de Controle Operacional – CCO, interligando-as por meio de um sistema de inteligência informatizado e conectado à administração da operação portuária e aos demais sistemas de interesse, inclusive os de fiscalização alfandegária, com a finalidade de controlar o deslocamento, a chegada e saída de caminhões, de maneira organizada, visando otimizar o seu fluxo com origem/destino ao porto, monitorando toda a logística praticada no transporte de cargas.

## DEPARTAMENTO DE PLANEJAMENTO E AVALIAÇÃO DA POLÍTICA DE TRANSPORTES - DPAPT

### 2005

Pesquisa sobre o Perfil do Trabalhador em Transportes

Processo: 50000.093373/2004-26

Convênio: 004/2005, com a COPPETEC, para a pesquisa

- Discussão dos Termos de Referência / Plano de Trabalho;
- Assinatura de Convênio em dezembro/05, para a realização da pesquisa.

Modelo Nacional de Transportes (COOPTEC)

Processo: 50000.085775/2004-57

Convênio: 002/2005 com a COPPETEC, para a Formulação Conceitual e Metodológica de um Modelo de Transportes para o Brasil.

- Discussão dos Termos de Referência / Plano de Trabalho;
- Assinatura do Convênio em 29/07/05, para a Formulação Conceitual e Metodológica de um Modelo de Transportes para o Brasil;
- Acompanhamento e supervisão do Estudo do Modelo Nacional de Transportes, em desenvolvimento pela COPPETEC.

Avaliação Ambiental Estratégica – AAE (UnB)

Processo: 50000.089722/2004-13

Convênio: Não Tem

Projeto de Capacitação Técnica em Avaliação Ambiental Estratégica.

- Realização de Seminário, com especialistas internacionais e nacionais, sobre as perspectivas de AAE para o planejamento no Brasil;
- Participação no Congresso Internacional de AAE, em Praga, na República Checa, em setembro/05.

## DEPARTAMENTO DE PLANEJAMENTO E AVALIAÇÃO DA POLÍTICA DE TRANSPORTES – DPAPT

### 2005

Apoio Tecnológico para o Sistema de Informações em Transporte (UFRJ/UFSC/UnB).  
(Apoio ao SIG-T).

Processo: 50000.092767/2004-67

Descentralização de crédito formalizada com a UFSC, com a participação da COPPE e UnB.

- Projeto de Assessoramento Técnico em Sistema de Informação para o Planejamento de Transportes (Assessoramento à SPNT no SIG-T).
- Análise da Política Nacional de Informação para o Setor Transportes.

Faixa de Domínio em BR's (Convênio)

Processo: 50000.016750/2005-94

Convênio: 005/2005, com a FUBRA/UnB

Proposta para Regularização de áreas de Domínio em BR's – Diagnóstico e Termos de Referência para Projeto Piloto.

- Discussão dos Termos de Referência / Plano de Trabalho;

<ul style="list-style-type: none"> <li>Negociação e participação técnica na preparação de Convênio com a FUBRA para a Regularização Fundiária de Área de Domínio em BR's, com expectativa de assinatura em dezembro corrente.</li> </ul>
<p>Implantação de Sistema de Informações para o Planejamento de Transportes SIG-T. Projeto com financiamento do Banco Interamericano de Desenvolvimento – BID.</p> <ul style="list-style-type: none"> <li>Foi liberado R\$ 20.000,00 deste Projeto e transferido para Pesquisa de Agregado de Argila Calcinada (FUA/UNISOL) .</li> <li>Foi realizada no mês de outubro/05 uma videoconferência com participantes do BID-Local e SPNT, em Brasília, outras em Washington e Tóquio, para testar o andamento das providências relativas ao processo licitatório para contratação do Consórcio que elaborará o projeto. Vale ressaltar que o processo licitatório está em andamento.</li> </ul> <p>As propostas foram entregues em dezembro/05.</p>

#### DEPARTAMENTO DE PLANEJAMENTO E AVALIAÇÃO DA POLÍTICA DE TRANSPORTES - DPAPT

2005
<p>Parcerias Público-Privadas (BIRD)</p> <ul style="list-style-type: none"> <li>Elaboração de Termos de Referência para financiamento do BIRD, já aprovado e encaminhado à UCP – Unidade de Coordenação do Projeto, junto a SAAD, em novembro/2005;</li> <li>Reuniões com o Banco Mundial;</li> <li>Reuniões com a CGRL, sobre a Licitação que deverá ocorrer;</li> <li>Acompanhamento do desenvolvimento das ações.</li> </ul>
<p>Monitoramento de Programas de Transportes (BIRD)</p> <ul style="list-style-type: none"> <li>Revisão final dos Termos de Referência, aprovados pelo BIRD, em outubro/05;</li> <li>Reuniões com o Banco Mundial para ajuste final;</li> <li>Acompanhamento das ações.</li> </ul>
<p>Programa de Melhoria de Segurança e Redução de Acidentes nas Rodovias, Ferrovias e Hidrovias (Convênio) Processo: 50000.011139/2005-70 Objetivo: Elaboração de Programa de Melhoria de Segurança e Redução de Acidentes nas Rodovias, Ferrovias e Hidrovias Brasileiras.</p>
<p>Plano Nacional de Logística e Transportes Processo: 50000.051287/2005 Objetivo: Elaboração de Plano Nacional de Logística e Transportes. Descentralização de Crédito ao DEC/Ministério da Defesa.</p> <ul style="list-style-type: none"> <li>Formulação e desenvolvimento de Termos de Referência / Plano de Trabalho do Plano Nacional de Logística e Transportes ;</li> <li>Participação em Reuniões Técnicas;</li> <li>Elaboração de Pareceres e Notas Técnicas.</li> </ul>

#### DEPARTAMENTO DE PLANEJAMENTO E AVALIAÇÃO DA POLÍTICA DE TRANSPORTES - DPAPT

2005
<p>Levantamento do Estado da Infra-estrutura e do Desenvolvimento Tecnológico em 31 Portos Nacionais – Levantaportos Convênio: 009/2004, com a Fundação Ricardo Franco, do IME. Objetivo: Melhorar o Desempenho e a Produtividade dos Terminais.</p> <ul style="list-style-type: none"> <li>Visitas para levantamento <i>in loco</i> nos portos do Rio de Janeiro, Sepetiba e Forno, Santos, Belém, Vila do Conde, Santarém, juntamente com a equipe da Fundação Ricardo Franco e INPH, para a obtenção do produto 1 do projeto básico, em março/05;</li> <li>Coordenação e realização de Seminário em 08/junho/05, para apresentação do produto 1 do Convênio, previsto no plano de trabalho do projeto básico;</li> <li>Participação no “XIV Congresso Latino- Americano de Portos de 2005, de 12 a 15/07/05., patrocinado pela ABEPH-Associação de Entidades e AAPA- American Association of Port Authorities;</li> <li>Coordenação e realização de Seminário de Encerramento do Convênio 009/04 em 26/10/05.</li> </ul> <p>Conclusão dos trabalhos desenvolvidos pelo IME, em outubro de 2005.</p>

<p>Ações de Transportes em Apoio ao Turismo</p> <ul style="list-style-type: none"> <li>Participação nas Reuniões Ordinárias e Extraordinárias das Câmaras Temáticas de Regionalização e de Infra-Estrutura, do Ministério do Turismo.</li> </ul>
<p>Rede Governamental de Planejamento e Gestão Territorial</p> <ul style="list-style-type: none"> <li>Iniciativa do Ministério do Planejamento (Projeto EuroBrasil)</li> <li>Participação em 05 (cinco) Oficinas Técnicas, em Brasília e uma viagem para Reuniões Técnicas/Debates à França, Bélgica, Holanda e Suécia, de 10/10/05 a 23/10/05.</li> </ul>
<p>CONAMA – Conselho Nacional do Meio Ambiente</p> <ul style="list-style-type: none"> <li>Representação do Ministério dos Transportes no CONAMA, a partir de setembro/05</li> <li>Participação nas Reuniões Técnicas</li> </ul>

#### **DEPARTAMENTO DE PLANEJAMENTO E AVALIAÇÃO DA POLÍTICA DE TRANSPORTES - DPAPT**

<b>2005</b>
<p>I Fórum Metade Sul – Integração e Desenvolvimento</p> <ul style="list-style-type: none"> <li>Participação nas reuniões realizadas, em Pelotas/RS, nos dias 1º e 2 de dezembro corrente.</li> </ul>
<p>Câmara Temática de Infra-estrutura e Logística do Agronegócio</p> <ul style="list-style-type: none"> <li>Participação em todas as reuniões da Câmara Temática, do Ministério da Agricultura, desde a sua instalação, na cidade de Belo Horizonte, em 29/09/05;</li> <li>Palestra, em 13/12/05, sobre o Sistema de Informações Geográficas para o Planejamento de Transportes.</li> </ul>
<p>Comitê das Rotas de Integração da América Do Sul – CRIAS / Processos de Infra-Estrutura Física, de Energia e de Comunicações - PIFEC</p> <ul style="list-style-type: none"> <li>Participação nas reuniões realizadas nos meses de junho, setembro e dezembro do corrente ano, nas cidades de Porto Alegre, Rio de Janeiro e Brasília.</li> </ul>
<p>I Fórum Metade Sul – Integração e Desenvolvimento</p> <ul style="list-style-type: none"> <li>Participação nas reuniões realizadas, em Pelotas/RS, nos dias 1º e 2 de dezembro corrente.</li> </ul>
<p>I Seminário de Administração Pública</p> <p>Participação no Seminário, realizado dia 06 do corrente mês, no Auditório Nereu Ramos, na Câmara dos Deputados, em Brasília.</p>
<p>Câmara de Políticas de Integração Nacional e Desenvolvimento Regional / GTI – Grupo De Trabalho Interministerial – Programas de Desenvolvimento Regional</p> <ul style="list-style-type: none"> <li>Participação nas reuniões realizadas no corrente ano, promovidas pelo Ministério de Integração Nacional.</li> <li>Acompanhamento da Agenda de Compromissos do Ministério dos Transportes com o GTI.</li> </ul>
<p>Reestruturação do Ministério dos Transportes</p> <ul style="list-style-type: none"> <li>Acompanhamento da Proposta de Trabalho apresentada pelo CEFTRU, enquanto ocorreu.</li> </ul>
<p>Pareceres e Notas Técnicas</p> <ul style="list-style-type: none"> <li>Elaboração.</li> </ul>
<p>Reuniões Técnicas Internas no Ministério dos Transportes</p> <ul style="list-style-type: none"> <li>Participação.</li> </ul>

#### **DEPARTAMENTO DE PLANEJAMENTO E AVALIAÇÃO DA POLÍTICA DE TRANSPORTES - DPAPT**

<b>2005</b>
<p>Plano Nacional de Viação – PNV</p> <ul style="list-style-type: none"> <li>Reuniões para revisão no PL nº. 1.176/95, que Estabelece os Princípios e as Diretrizes para o Sistema Nacional de Viação - SNV;</li> <li>Pleitos de autoridades para inclusão de trechos na Relação Descritiva do PNV (Lei 5.917/73).</li> </ul>

<p>Relatórios</p> <ul style="list-style-type: none"> <li>• Participação na elaboração do Relatório de Atividades da SPNT;</li> <li>• Participação na elaboração do Relatório 24 Meses do Governo Lula;</li> <li>• Participação na elaboração do Relatório 30 Meses do Governo Lula;</li> <li>• Participação na elaboração do Relatório 36 Meses do Governo Lula.</li> </ul>
<p>BGU – Balanço Geral do União</p> <ul style="list-style-type: none"> <li>• Participação na elaboração do BGU.</li> </ul>

### DEPARTAMENTO DE RELAÇÕES INSTITUCIONAIS - DERIN

<b>2005</b>
<b>Estudos e Pesquisas para o Planejamento em Transportes</b>
<p>Amigos do Trem Matias Barbosa – Santos Dumont.          Processo: 50000.008324/2005          Convênio:          Proposta e Plano de Trabalho para Pesquisa do Estudo de Viabilidade Técnica e Econômica do Transporte Ferroviário de Passageiros no trecho Matias Barbosa a Santos Dumont, em Minas Gerais.</p>
<p>Associação Rio Minas – Trem Mineiro.          Processo: 50000.088915/2004-49          Convênio: 003/2005          Objetivo: Pesquisa de Viabilidade Técnica, Econômica e de Gestão.</p>
<p>Transporte Ferroviário Turístico de Passageiros Santana do Livramento/Brasil – Rivera/Uruguai.</p> <ul style="list-style-type: none"> <li>• Processo em montagem.</li> </ul>

### DEPARTAMENTO DE RELAÇÕES INSTITUCIONAIS – DERIN

<b>2005</b>
<b>Estudos e Pesquisas para o Planejamento em Transportes</b>
<p>Formiga – Arcos          Processo: 50000.009356/2005          Proposta de Convênio de Cooperação Financeira do Trem Turístico Formiga – Arcos.</p>
<p>Belo Horizonte – Nova Lima, Ramal de Águas Claras          Processo: 50000.039637/2005-87          Proposta de Convênio com o BHTRANS, para Elaboração de Estudo de Viabilidade de Aproveitamento de Trechos Ferroviários do Ramal Águas Claras, para o Transporte Urbano de Passageiros.</p>
<p>Trem Baiano, Montes Claros – Monte Azul          Processo: 50000036442/2005          Convênio: Em montagem          Projeto para Estudo de Viabilidade Técnica , Econômica e de Gestão da Implantação de Trens de Passageiros no Trecho Montes Claros/Espinosa</p>
<p><b>Contagem – Mateus Leme</b>          Processo em montagem</p>
<b>Estudo para a Revitalização do Patrimônio Histórico Ferroviário</b>
<p>Madeira – Mamoré          Processo: 50000.029096/2005-89          Projeto de Viabilização do Patrimônio da Estrada de Ferro Madeira-Mamoré, no Estado De Rondônia.</p>

Solicitado R\$ 90.000,00. Não houve liberações.

**Araguari**

**Processo:** 50000.050626/2005

Convênio de Cooperação Financeira para Elaboração do Projeto Luminotécnico Especial para o Palácio dos Ferroviários em Araguari/Mg

Solicitado R\$ 25.000,00. Não houve liberações.

**DEPARTAMENTO DE RELAÇÕES INSTITUCIONAIS – DERIN**

**2005**

Buritizeiro

Processo: 50000.016860/2005

Convênio:

Solicita Liberação dos Recursos Necessários a Elaboração de Projeto para Recuperação, Restauração e Reforma da Ponte Marechal Hermes.

Nova Lima

Processo: 50000.34984/2005

Proposta de Convênio de Cooperação Financeira para Elaboração do Projeto de Estudo de Recuperação do Patrimônio Histórico Estação de Honório Bicalho.

Trem do Pantanal

Processo: 50000.15468/2005

Manifesta Interesse na Celebração se Convênio de Apoio Financeiro para Recuperação de Estações Ferroviárias para o Trem do Pantanal.

Abílio Barreto

Processo: 50000.043036/2005-79

Proposta de Convênio para Elaboração de Projetos Técnicos para Melhoria de Acesso Público ao Acervo do Museu Histórico Abílio Barreto - Coleção Transportes

**DEPARTAMENTO DE OUTORGAS**

**2005**

Programa de Concessões de Rodovias Federais - 2ª Etapa

- A revisão dos Estudos Técnico-Econômicos pelo DNIT foi concluída, com manifestação formal do TCU (Acórdão nº. 2299/2005 – Plenário).

Projeto de Concessão da Rodovia BR-163/MT/PA

- A revisão do Estudo de Viabilidade Técnica – Econômica - EVTE, elaborado pelo Instituto Militar de Engenharia - IME foi concluída, e realizada Audiência Pública, na forma da lei.

Regulação e Supervisão das Rodovias Concedidas pelos Estados por Meio de Convênios de Delegação

- Foi feita a montagem de estrutura para acompanhamento e gestão dos convênios celebrados.

Estudos para Aprimoramento de Outorgas de Rodovias

- Foi realizada a análise da exequibilidade do Programa/Projeto de Parceria Público-Privada – PPP, para as rodovias MG-050 e BR-265/MG.
- Foi realizada a análise dos aspectos técnicos e econômicos do estudo de viabilidade e da minuta de edital de licitação de concorrência pública, de Concessão da Ponte sobre o Rio Paraguai– BR-262.

**COORDENAÇÃO – GERAL DE AVALIAÇÃO DE POLÍTICA DE TRANSPORTE -CGAPT**

**2005**

- Acompanhamento do Programa Agenda Portos.

Monitoramento e acompanhamento das ações da Agenda Portos Em Santos, Salvador e Aratu, com participação como Coordenador em reuniões de trabalho e visita às Obras em andamento em São Paulo e Salvador.



Coordenação do Grupo de Trabalho, para elaboração do <u>Plano Diretor Portuário do Estado da Bahia</u> , com visitas aos Portos do estado e realização de reuniões de trabalho.
Membro do GPT – DUTRA, grupo paritário da Rodovia Presidente Dutra para acompanhamento e Avaliação dos serviços prestados pela concessionária Nova Dutra.
Elaboração do Plano Nacional de Pesagem com a realização de reuniões do Grupo Técnico constituído por SPNT, SEGES, Fomento e DNIT. Realização de visitas aos Postos de Pesagem que se encontram em funcionamento e em empresas do setor de balanças, afim de conhecer as novas tecnologias.
Gerente Executivo do programa de “Gestão da Política de Transportes” do PPA 2004-2007. com realização de reuniões com os coordenadores de Ação, Planejamento e SEGES, além de validação das ações informadas pelo Coordenadores.
Membro do CONTRAN, participação de reuniões ordinárias e extraordinárias, do conselho e do Fórum do SNT. Como representante Titular do Ministério dos Transportes.
Participação de reuniões e palestras, referentes à avaliação do Setor, Portuário Ferroviário e rodoviário, com vistas ao Plano nacional de Pesagens.

## DADOS GERAIS DA UNIDADE JURISDICIONADA

**Nome:** Secretaria de Gestão dos Programas de Transportes – SEGES/SE/MT.

**CNPJ (MF):** 37.115.342/0001-67.

**Natureza Jurídica:** Administração Direta.

**Vinculação:** Ministério dos Transportes.

**Endereço:** Esplanada dos Ministérios, Bloco “R”, Edifício Anexo “A”, Ala Leste, 2º andar, Brasília – DF – CEP: 70044-900 – Telefone (61) 311-7465 - Fax (61) 311-7962 - Página na internet: [www.transportes.gov.br](http://www.transportes.gov.br).

**Norma de Criação:** Decreto nº 4.721, de 05 de junho de 2003 e Portaria nº 399, de 14 de julho de 2004.

**Finalidade:** A Secretaria de Gestão dos Programas de Transportes, conforme estabelece o Regimento Interno aprovado pela Portaria GM nº 399/2004, de 14/07/2004, publicada no Diário Oficial da União em 15/07/2004, tem por finalidade:

I - coordenar e orientar a implementação de planos, programas e ações destinadas ao desenvolvimento do Sistema Nacional de Viação, necessários à consecução da Política Nacional dos Transportes;

II - acompanhar, avaliar e assegurar a qualidade dos programas, projetos, operações especiais e empreendimentos, consolidando o modelo de gerenciamento por resultados e de otimização dos recursos;

III - estabelecer indicadores econômico-financeiros e de qualidade, objetivando a avaliação dos programas nacionais de transportes;

IV - coordenar sistema de informações gerenciais que permita o acompanhamento do desempenho físico-financeiro e qualitativo dos programas, projetos e ações de transportes;

V - supervisionar atividades institucionais, tecnológicas e de implementação de diretrizes ambientais no setor de transportes; e

VI - interagir com órgãos multisetoriais da Administração Federal, garantindo a uniformização e a integração de procedimentos para a efetiva implementação dos programas, projetos e ações do setor de transportes.

**Organização:** A Secretaria de Gestão dos Programas de Transportes - SEGES tem a seguinte estrutura:

1. Departamento de Programas de Transportes Terrestres-DEPTT
  - 1.1 Coordenação-Geral de Projetos Especiais- CGPES

2. Departamento de Programas de Transportes Aquaviários-DEPTA  
2.1 Coordenação-Geral de Programas- CGPAQ

3. Departamento de Desenvolvimento e Logística - DEDL

## **1 – ATIVIDADES DESENVOLVIDAS EM 2005**

a) supervisão das ações em rodovias e ferrovia do Projeto Piloto de Investimentos - PPI, verificando as evoluções físicas e financeiras, os resultados alcançados, o acompanhamento e o cumprimento das metas parciais e totais;

b) desenvolvimento de sistema informatizado para acompanhamento do Projeto Piloto de Investimentos;

c) elaboração e consolidação de relatório gerencial mensal para o Sistema de Monitoramento das Metas Presidenciais, envolvendo: ampliação de capacidade das rodovias, manutenção da malha rodoviária federal, transporte ferroviário, implementação dos processos de concessão de rodovias, ampliação e melhoria da infra-estrutura portuária – Agenda Portos, integração regional Sul-Americana;

d) monitoramento das informações das ações dos programas do Plano Plurianual (PPA) 2004/2007;

e) análise crítica dos aspectos físicos, financeiros e institucionais das ações do PPA, referentes aos anos 2004/2007, com a elaboração de relatórios para subsidiar as decisões do Comitê de Coordenação dos Programas;

f) análise e publicação dos 27 Programas de Trabalho de Infra-estrutura de Transportes para o ano de 2006 elaborados pelos Estados e pelo Distrito Federal para a utilização dos recursos da Contribuição de Intervenção no Domínio Econômico – CIDE, referentes às obras ou serviços em rodovias, ferrovias, hidrovias, portos, aeroportos e transporte multimodal, num total de 518 ações;

g) análise e publicação de 26 alterações de Programas de Trabalho da CIDE 2005, dos Estados e Distrito Federal, envolvendo 895 ações;

h) elaboração de portarias para regulamentar e instruir o acompanhamento dos programas de Trabalho da CIDE dos Estados e Distrito Federal;

i) esclarecimento de dúvidas e informações sobre a utilização dos recursos da CIDE pelas Unidades da Federação e Municípios;

j) participação no Grupo Técnico Interministerial responsável por coordenar, acompanhar e monitorar as ações emergenciais e prioritárias da Agenda Portos, que visa à ampliação e recuperação da infra-estrutura portuária, a dragagem, o derrocamento, a construção de instalações fitossanitárias e a modernização de acesso rodoviário e ferroviário nos principais portos brasileiros: Itaqui/MA, Salvador/BA, Aratu/BA, Vitória/ES, Rio de Janeiro/RJ, Sepetiba/RJ, Santos/SP, Paranaguá/PR, São Francisco do Sul/SC, Itajaí/SC e Rio Grande/RS;

l) coordenação das ações de implementação das normas internacionais de segurança estabelecidas no “International Ship and Port Facility Security Code – ISPS Code”, nos 17 principais portos do País;

m) elaboração de projeto básico para o desenvolvimento do protótipo de sistema informatizado de monitoramento e controle das movimentações portuárias em tempo real – SISPORTOS;

n) coleta, sistematização e elaboração de palestras sobre o setor transportes para o Ministro dos Transportes, Secretário-Executivo e Secretário de Gestão;

o) participação na concepção do Programa Emergencial de Trafegabilidade e Segurança nas Estradas – PETSE;

p) elaboração de projeto básico para celebração de convênio com a Universidade de Brasília – UnB para desenvolvimento do projeto “Metodologia Integrada de Suporte ao Planejamento, Acompanhamento e Avaliação dos Programas de Transportes”, visando avaliar e reformular os indicadores de desempenho dos programas constantes do PPA 2004/2007, no âmbito do Ministério dos Transportes, como elemento de auxílio à gestão da política de transportes;

q) identificação de ações a serem implementadas nas áreas de abrangência da Faixa de Fronteira, semi-árido e mesoregiões diferenciadas;

r) participação em Comissões, Grupos de Trabalho, Comitês e Fórum:

– Comissão Executiva Interministerial para implantação das ações direcionadas à produção e ao uso de óleo vegetal – biodiesel, como fonte alternativa de energia.

– Comitê Nacional de Atenção às Urgências, do Ministério da Saúde.

– Força-tarefa para modelagem do prosseguimento das obras da Ferrovia Norte-Sul.

– Grupo de Trabalho Permanente de Portos – GPT – Portos.

– Grupo de Trabalho do projeto de ligação ferroviária por trem de alta velocidade entre as cidades do Rio de Janeiro e São Paulo.

– Grupo de Trabalho para análise do projeto do trem de alto desempenho no eixo Brasília – Goiânia.

– Grupo de Trabalho objetivando viabilizar alienação de imóveis não operacionais pertencentes à RFFSA para utilização em programas de regularização fundiária e provisão de habitação de interesse social e propor soluções para o reassentamento da população que se encontra na faixa de domínio da malha ferroviária (Ministério das Cidades).

– Fórum de Competitividade da Indústria de Carnes (Ministério do Desenvolvimento, Indústria e Comércio Exterior).

s) participação em Missão Técnica de Curso sobre Parcerias Público-Privadas, realizado em Lisboa – Portugal, no âmbito do Projeto EuroBrasil 2000 de Apoio à Modernização do Aparelho do Estado;

t) participação na elaboração do Projeto de Lei Orçamentária Anual para 2006;

- u) participação na elaboração do Balanço Geral da União – BGU 2004;
- v) participação na elaboração de Mensagem Presidencial para 2005.

## DADOS GERAIS DA UNIDADE JURISDICIONADA

**Nome:** Secretaria de Fomento para Ações de Transportes – SFAT/SE/MT.

**CNPJ (MF):** 37.115.342/0001-67.

**Natureza Jurídica:** Administração Direta.

**Vinculação:** Ministério dos Transportes.

**Endereço:** Esplanada dos Ministérios, Bloco “R”, Edifício Anexo, Ala Oeste, 2º andar, Sala 201, Brasília – DF – CEP: 70044-900 – Telefone (61) 3311-7739 - Fax (61) 3311-7819 - Página na internet: [www.transportes.gov.br](http://www.transportes.gov.br).

**Norma de Criação:** Decreto nº 4.721, de 05 de junho de 2003 e Portaria nº 399, de 14 de julho de 2004.

**Finalidade:** A Secretaria de Fomento para Ações de Transportes, conforme estabelece o Regimento Interno aprovado pela Portaria GM nº 399/2004, de 14/07/2004, publicada no Diário Oficial da União em 15/07/2004, tem por finalidade:

I - elaborar e supervisionar a implantação das políticas e diretrizes para a captação de recursos;

II - coordenar, supervisionar e viabilizar a execução das atividades relacionadas com o Sistema Federal de Financiamentos Internacionais no âmbito do Ministério;

III - promover a articulação com o Órgão Central do Sistema Federal de Financiamentos Externos;

IV - planejar e coordenar a efetivação da arrecadação e aplicação do Adicional ao Frete para Renovação da Marinha Mercante- AFRMM, e das demais receitas do Fundo da Marinha Mercante- FMM;

V - articular-se com a Agência Nacional de Transportes Aquaviários - ANTAQ, com vistas a estabelecer intercâmbio permanente das informações requeridas ao funcionamento do Sistema de Controle da Arrecadação do Adicional ao Frete para Renovação da Marinha Mercante;

VI - assistir, técnica e administrativamente, à Comissão Diretora do Fundo da Marinha Mercante - CDFMM;

VII - planejar, coordenar e supervisionar as aplicações dos recursos do FMM e do Fundo Nacional de Infra-Estrutura de Transportes - FNIT; e

VIII - articular com os órgãos federais, estaduais e municipais quanto a utilização do FNIT.

**Organização:** A Secretaria de Fomento para Ações de Transportes - SFAT tem a seguinte estrutura:

- 1 - Departamento do Fundo da Marinha Mercante -DEFMM
  - 1.1 - Coordenação-Geral de Projetos - CGPRO
    - 1.1.1 - Divisão de Análise e Acompanhamento - DIAAC
      - 1.1.1.1 - Serviço de Análise de Pedidos de Financiamentos-SEAPF
    - 1.1.2 - Divisão de Estudos e Planejamento - DIESP
      - 1.1.2.1 - Serviço de Estudo e Legislação - SEELE
  - 1.2 - Coordenação-Geral de Programação e Controle - CGPCO
    - 1.2.1 - Coordenação de Atividades Administrativas-COAAD
      - 1.2.1.1 - Divisão de Programação Financeira - DIPFI
        - 1.2.1.1.1 - Serviço de Execução Financeira - SEEFI
        - 1.2.1.2 - Divisão de Controle e Normas - DICON
          - 1.2.1.2.1 - Serviço de Compras e Contratos- SECON
          - 1.2.1.2.2 - Serviço de Acompanhamento de Contratos - SEACO
  - 1.3 - Coordenação-Geral do Adicional ao Frete para Renovação da Marinha Mercante - CGAMM
    - 1.3.1 - Divisão de Suporte Tecnológico - DISUT
      - 1.3.1.1 - Serviço de Qualidade e Produtividade - SEQUA
      - 1.3.1.2 - Serviço de Atendimento Operacional - SEATO
    - 1.3.2 - Divisão de Controle de Arrecadação - DICAR
      - 1.3.2.1 - Serviço de Rateio e Ressarcimento - SRRE
      - 1.3.2.2 - Serviço de Restituição e Transferência- SRTR
- 2. - Departamento do Fundo Nacional de Infra-Estrutura de Transportes - DEFIT
  - 2.1 - Coordenação-Geral de Captação de Recursos - CGCAP
    - 2.1.1 - Coordenação de Recursos Internos - CORIT
      - 2.1.1.1 - Divisão de Captação de Recursos Internos - DICRI
    - 2.1.2 - Coordenação de Recursos Externos - COREX
      - 2.1.2.1 - Divisão de Captação de Recursos Externos - DICRE
  - 2.2 - Coordenação-Geral de Análise Técnica - CGATE
    - 2.2.1 - Divisão de Análise de Solicitações de Recursos -DISOR
    - 2.2.2 - Divisão de Análise de Fontes de Recursos - DIFOR
  - 2.3 - Coordenação-Geral de Convênios - CGCON
    - 2.3.1 - Divisão de Execução e Acompanhamento de Convênios- DIACON

## **1 – INTRODUÇÃO**

O presente Relatório apresenta as atividades da Secretaria de Fomento para Ações de Transportes, no exercício de 2005, na forma disposta Norma de Execução nº 1, de 5 de janeiro de 2006, da Controladoria - Geral da União - CGU, com observância ainda da Decisão Normativa nº 71/2005 do Tribunal de Contas da União - TCU e seus anexos, e no que couber, no disposto na Instrução Normativa TCU nº 47, de 27 de outubro de 2004.

## **2 - DESCRIÇÃO DOS OBJETIVOS E METAS**

A construção naval brasileira representa uma das principais apostas do atual governo, que já oferece à sociedade os primeiros frutos de uma política de expansão para o setor, calcada no estímulo ao investimento e na criação de mecanismos que facilitem a ação de investidores e usuários de embarcações para transporte no Brasil.

O instrumento mais importante para o resgate da indústria naval disponível é o Fundo da Marinha Mercante - FMM, que é um fundo de natureza contábil, destinado a prover recursos para o desenvolvimento da Marinha Mercante e da Indústria de Construção e Reparação Naval, administrado pelo Ministério dos Transportes, por intermédio do Conselho Diretor do Fundo da Marinha Mercante - CDFMM, tendo como agente financeiro o Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social - BNDES e os Bancos Oficiais Federais (Banco do Nordeste e Banco da Amazônia).

Podemos destacar como principais objetivos do FMM:

- Dotar a armação brasileira dos meios necessários para o escoamento rentável de bens industriais e agrícolas;
- Contribuir para o aumento do Produto Interno Bruto - PIB do país;
- Reduzir o déficit no balanço externo de serviços por meio da substituição de navios estrangeiros afretados por embarcações nacionais;
- Geração de emprego e renda nas atividades de Marinha Mercante e de construção e reparação naval.

No que tange a gestão da SFAT, no exercício de 2005, foram realizadas importantes atividades relacionadas com sua área de atuação, tendo como principal atividade o fomento, dentre elas podemos citar:

- Continuidade na realização de estudos visando a reformulação da legislação acerca do Adicional ao Frete para Renovação da Marinha Mercante – AFRMM e do Fundo da Marinha Mercante - FMM, com encaminhamento à Secretaria Executiva de duas minutas de Projeto, sendo eles:

- Projeto de Lei, que institui o Regime Tributário para Incentivo à Modernização, à Ampliação e à Instalação de Estaleiros Navais - RENAVAL, representando um incentivo ao setor mediante a suspensão do Imposto sobre Produtos Industrializados - IPI, da Contribuição para o PIS/PASEP, da Contribuição para o Financiamento da Seguridade Social - COFINS e, quando for o caso, do Imposto de Importação - II nas vendas de máquinas, equipamentos e outros bens, no mercado interno ou a sua importação, quando adquiridos ou importados diretamente por estaleiros brasileiros destinados ao seu ativo imobilizado, desde que utilizados exclusivamente por estes na execução de serviços de construção, jumborização, conversão ou modernização e reparo de embarcações;

- Projeto de Decreto, que altera o Decreto nº 5.324/2004, que dispõe sobre a Taxa de Utilização do MERCANTE, visando a redução do CE-MERCANTE de R\$ 20,00 (vinte reais) por unidade, para R\$ 1,00 (um real) no caso de transporte de carga geral, através de contêiner, na navegação de cabotagem. A presente proposta busca a manutenção da competitividade nesse tipo de transporte, o que se justifica pela constante necessidade e implementação de mecanismos que contribuam para o desenvolvimento econômico do País, representando mais um instrumento eficiente de política capaz de incentivar o desenvolvimento do setor naval.

- Participação e realização de 06 Reuniões Ordinárias e 01 Reunião Extraordinárias pelo Conselho Diretor do Fundo da Marinha Mercante - CDFMM, criado pela Lei nº 10.893/2004, regulamentado pelo Decreto nº 5.269/2004, resultando em



importantes decisões, tais como encaminhamento à apreciação do CDFMM 91 projetos de solicitação de financiamento de obras, sendo que destes, 89 obtiveram prioridade, o que representa um investimento total de US\$ 965.072.632,60 em recursos do FMM para financiamento.

- Contribuição na elaboração da Portaria nº 90, de 05 de maio de 2005, que aprova os procedimentos e regras para a liberação de recursos financeiros do Fundo da Marinha Mercante durante a execução dos projetos aprovados, revogando a Portaria anterior, nº 529, de 16 de dezembro de 2004, estabelecendo, assim, regras a serem observadas pelos interessados tomadores de financiamentos, pelos agentes financeiros e pelos servidores do desta Pasta que cuidam da matéria.
- Participação em reuniões e na elaboração da Resolução nº 3262 do Banco Central do Brasil – BACEN, publicada em 03.02.2005, que dispõe sobre a aplicação dos recursos do Fundo da Marinha Mercante - FMM, revogando a Resolução anterior de nº 2.787, de 06 de novembro de 2000. A nova Resolução trouxe consideráveis alterações, dentre elas, a especificação todas as modalidades de operações de financiamento previstas na Lei nº 10.893, reduzindo-se a margem de discricionariedade de atuação dos agentes financeiros, trazendo mais segurança aos tomadores de financiamento com recursos do FMM, além de prever taxas de juros reduzidos e conceder incentivos a algumas situações especiais, tais como o transporte fluvial de passageiros de elevado interesse social, pesca artesanal, projetos de pesquisa e desenvolvimento científico ou tecnológico e a construção e reparo de embarcações pela Marinha do Brasil.
- Contribuição na elaboração do Regimento Interno do Conselho Diretor do Fundo da Marinha Mercante – CDFMM, aprovado pela Portaria GM/MT nº 260 de 09 de setembro de 2005, publicada no DOU de 12 de setembro de 2005, estabelecendo regras formais de operacionalização das reuniões bem assim dos membros do Colegiado.
- Participação na elaboração do Decreto nº 5.543, de 20 de setembro de 2005, que regulamenta vários dispositivos da Lei nº 10893, de 2004, que dispõe sobre o Adicional ao Frete para a Renovação da Marinha Mercante – AFRMM e o Fundo da Marinha Mercante – FMM e altera o art. 17 da Lei nº 9.432, de 8 de janeiro de 1997, que dispõe sobre a ordenação do transporte aquaviário, revelando a expectativa de maior incremento no setor naval.
- Contribuição na elaboração do Decreto nº 5.560, de 07 de outubro de 2005, que altera dispositivos do Decreto nº 5.140, de 13.07.2004, que trata da subvenção ao prêmio de seguro-garantia modalidade executante construtor previsto no art. 31 da Lei nº 10.893/2004.
- Participação e apoio à Secretaria-Executiva na elaboração do Balanço Geral da União – BGU 2005 e Mensagem Presidencial 2006.
- Contribuição na elaboração das minutas de convênios com os novos agentes financeiros do Fundo da Marinha Mercante (Banco da Amazônia S.A e Banco do Nordeste do Brasil S.A), o que foi regulamentado pelo Decreto nº 5.543/2005, e ainda com o Banco Nacional do Desenvolvimento Econômico e Social – BNDES, dando-se assim continuidade ao financiamento com recursos do FMM ao setor naval. Permitiu-se ainda uma maior abrangência aos tomadores de empréstimos

que somente dispunham do BNDES como o único agente financeiro do FMM antes da assinatura dos mencionados convênios.

- Realização de duas visitas à Caracas na Venezuela, junto a Petróleos da Venezuela S.A (PDVSA), que tem pretensão de construir 42 navios, dando-se continuidade as negociações no sentido de que sejam algumas dessas embarcações construídas em estaleiros brasileiros;
- Participação e realização de Reuniões Ordinárias pelo Comitê Gestor Interministerial da Subvenção ao Prêmio do Seguro Garantia para construção de embarcações, com aprovação da Resolução nº 2001/2005, publicada no Dou em 16/10/2005, que estabelece percentuais de subvenção aos tomadores de financiamento do FMM.
- Participação em Comissões, Grupos de Trabalho e Comitês:
  - Comitê Gestor Interministerial para subvenção ao prêmio seguro-garantia, instituído pelo Decreto nº 5.140/2004;
  - Comissão Interministerial para os Recursos do Mar - CIRM, junto à Marinha do Brasil;
  - Programa de Mentalidade Marítima, junto à Comissão Interministerial para os Recursos do Mar da Marinha do Brasil;
  - Conselho Fiscal da Companhia Docas de Santos - CODESP;
  - Ex-membro do Conselho Fiscal da Companhia Docas de Santos - CODESP Conselho Fiscal da Companhia Docas do Espírito Santo – CODESA.

Importante ressaltar ainda as principais atividades realizadas pelo Departamento do Fundo Nacional de Infra-estrutura de Transportes - DEFNIT, órgão integrante da SFAT/MT, durante o ano de 2005, sendo elas:

- Coordenação e realização de Seminário com usuários do setor Hidroviário Interior, onde foram reunidas as principais demandas setoriais para consideração na elaboração dos Programas para o setor, com a participação de órgãos governamentais relacionados com a atividade;
- Estabelecimento do programa de melhorias nos Portos Fluviais da Amazônia, em atividade conjunta com o Departamento Nacional de Infra-estrutura de Transportes - DNIT, que culminou com um programa de cerca de sessenta e seis terminais e convênios entre o DNIT e os governos estaduais, municipais, Comando do Exército e Companhias Docas, iniciado em 2005 com continuação durante 2006;
- Coordenação de Grupo de Trabalho criado por Portaria Ministerial, com representantes dos governos do Piauí e do Maranhão, para a Hidrovia do Rio Parnaíba, que culminou com uma proposta de inclusão de ações dentro do PPA;
- Estabelecimento de uma proposta de encaminhamento às questões judiciais envolvendo os aspectos ambientais relacionados com as hidrovias interiores, em

particular no caso da Hidrovia do Paraguai-Paraná, conjuntamente com a Assessoria Especial do Gabinete do Ministro, IBAMA, Ministério do Meio Ambiente, Ministério Público Federal e dos estados de Mato Grosso e Mato Grosso do Sul, bem como as Procuradorias Estaduais respectivas;

- Representação do Ministério dos Transportes no Conselho Nacional de Recursos Hídricos - CNRH, com participação nas Câmaras Técnicas de Análise de Projetos, Regulação e Procedimentos de Outorga, do Plano Nacional de Recursos Hídricos e de Recursos Transfronteiriços, com ênfase na participação da formulação do Plano Nacional de Recursos Hídricos - PNRH;
- Representação do Ministério dos Transportes no Comitê Intergovernamental da Hidrovia Paraná -Paraguai, e demais Grupos Técnicos que o compõem, sob a égide do Acordo para Navegação Fluvial da Hidrovia, firmado entre os cinco países da Bacia do Prata;
- Representação do Ministério dos Transportes, como suplente, nas reuniões e atividades do Grupo Interministerial para a International Maritime Organization – IMO;
- Representação do Ministério dos Transportes como membro, nas reuniões e atividades da Comissão Interamericana de Portos da Organização dos Estados Americanos, sempre e quando autorizado a participar nas reuniões;
- Participação e acompanhamento, inclusive de reuniões gerais de coordenação, das atividades do DNIT relacionadas às vias navegáveis interiores e das Administrações Hidroviárias;
- Participação na formulação da proposta do PPA-2004/2007;
- Participação, como representante do Governo Federal em Conselho de Autoridade Portuária;
- Análise e pronunciamento sobre pleitos diversos de naturezas públicas e privadas nas hidrovias do Tietê-Paraná, São Francisco, Tocantins-Araguaia, Madeira e Parnaíba, entre outras;
- Participação em Reuniões, Seminários e Congressos, representando o Ministério dos Transportes, inclusive a elaboração e a apresentação de palestras e conferências e coordenação de Mesas e Debates.

No que pertine à área de Captação de Recursos, esta Secretaria, por meio de sua Coordenação - Geral de Captação de Recursos, desenvolveu, dentre outras, as seguintes atividades:

- Preparação e negociações, em coordenação com a Agência Nacional de Transportes Terrestres - ANTT, Agência Nacional de Transportes Aquaviários - ANTAQ, Departamento Nacional de Infra-Estrutura de Transportes - DNIT e Secretarias do MT, para implantação do Programa de Apoio à Agenda de Crescimento Econômico Equitativo e Sustentável – PACE – Acordo de Empréstimo

7253-BR, de 04.10.2005, firmado com o Banco Internacional para Reconstrução e Desenvolvimento - BIRD.

- Preparação, em coordenação com o Departamento Nacional de Infra-Estrutura de Transportes – DNIT, a Agência Nacional de Transportes Terrestres - ANTT, a Agência Nacional de Transportes Aquaviários - ANTAQ e Secretarias do MT, do Programa de Redução dos Custos Logísticos - “SWAp Transportes”, a ser implantado com financiamento do Banco Internacional para Reconstrução e Desenvolvimento - BIRD.
- Negociações para a implantação do Programa de Ampliação da Capacidade e Modernização da Ligação Rodoviária entre Florianópolis (SC) e Osório (RS) - BR 101 e acompanhamento, junto ao Departamento Nacional de Infra-Estrutura de Transportes - DNIT, das ações necessárias para possibilitar a assinatura da operação de crédito junto ao Banco Interamericano de Desenvolvimento - BID.
- Acompanhamento da evolução dos Contratos de Empréstimo firmados junto ao Banco Interamericano de Desenvolvimento - BID para os projetos de restauração e ampliação de capacidade das rodovias Fernão Dias e São Paulo - Curitiba - Florianópolis (Corredor do MERCOSUL).
- Acompanhamento do Projeto de Restauração e Descentralização de Rodovias Federais, objeto de contratos de empréstimos firmados junto ao BIRD e ao BID.
- Acompanhamento do processo de descentralização de rodovias federais autorizado pela Medida Provisória nº 82, de 07 de dezembro de 2002.
- Coordenação dos estudos necessários para a elaboração de novo Projeto de Lei referente ao Sistema Nacional de Viação.
- Acompanhamento das ações necessárias para a implantação do Sistema de Informação para Planejamento de Transporte Regional - SIG T, mediante doação do Japan Trust for Consultancy Services, intermediada pelo BID.
- Acompanhamento das ações necessárias para a utilização, pela Agência Nacional de Transportes Terrestres - ANTT, dos recursos de doação da Public-Private Infrastructure Facility - PPIAF, do BIRD.
- Atividades diversas (incluindo participação em seminários e workshops) para o desenvolvimento e implantação de projetos em regime de Parceria Público-Privada - PPP.

O outro Departamento integrante da SFAT é o Departamento do Fundo da Marinha Mercante - DEFMM, sendo que por força da Norma de Execução nº 1, de 05 de janeiro de 2006, o Fundo da Marinha Mercante torna-se unidade consolidadora das contas do Departamento do Fundo da Marinha Mercante – DEFMM e da Coordenação Geral do Fundo da Marinha Mercante, razão que esta Secretaria deixa de apresentar as contas destas unidades gestoras, que serão apresentadas em processo apartado pelo próprio Departamento.

Todavia, esta Secretaria entende relevante destacar algumas das principais realizações em 2005 pertinentes à arrecadação do Adicional ao Frete para a Renovação da Marinha Mercante - AFRMM e aplicação dos recursos do Fundo da Marinha Mercante - FMM, que foram possíveis graças às gestões da SFAT mencionadas anteriormente e, devidamente implementadas pelo DEFMM.

No que tange à arrecadação do Adicional ao Frete para a Renovação da Marinha Mercante - AFRMM, fonte básica dos recursos do FMM para financiamentos atingiu em 2005 a marca de R\$ 967.841.143,98 (novecentos e sessenta e sete milhões, oitocentos e quarenta e um mil, cento e quarenta e três reais e noventa e oito centavos), sendo que o montante arrecadado pertinente à Taxa de Utilização do Mercante, no seu primeiro ano de cobrança atingiu a cifra de R\$ 8.770.200,00 (oito milhões setecentos e setenta mil e duzentos reais).

Foram processados durante o ano de 2005 em ressarcimentos para incentivo ao comércio das regiões Norte e Nordeste o valor de R\$ 101.374.622,30 (cento e um milhões, trezentos e setenta e quatro mil, seiscentos e vinte e dois reais e trinta centavos).

Em 2005, o FMM continuou a empreender suas ações voltadas no desenvolvimento da marinha mercante e da indústria de construção e reparação naval brasileiras, por meio de financiamentos para investimentos na modernização da frota mercante.

Quanto às ações referentes ao Financiamento de Embarcações para a Marinha Mercante demandaram no exercício de 2005 recursos no total de R\$ 465.245.239,28, permitindo investimentos na modernização da frota mercante, nos segmentos de navegação interior, cabotagem, longo curso, apoio marítimo e apoio portuário, da indústria de construção e reparação naval e nas atividades de arrecadação, gestão e aplicação dos recursos do AFRMM.

Nos segmentos de navegação de apoio marítimo e de apoio portuário foram realizadas liberações para obras de construção em estaleiros localizados no Rio de Janeiro, São Paulo, Santa Catarina e Bahia, abrangendo a construção de 22 embarcações.

No segmento de navegação de cabotagem foram realizadas liberações para obras em construção em estaleiros localizados no Rio Grande do Sul e Rio de Janeiro, abrangendo a construção de 18 embarcações.

Nos segmentos de navegação interior fluvial e interior de travessia foram realizadas liberações para obras em construção nos Estados do Amazonas e Rio de Janeiro, abrangendo a construção de 46 embarcações.

Durante o ano de 2005 foram assinados 15 contratos que originaram a construção de 19 embarcações, a jumborização de 1 embarcação, a suplementação financeira para 4 embarcações, o financiamento à produção para 4 embarcações e a construção de 2 pontões, com financiamentos do FMM que totalizam aproximadamente R\$ 764,6 milhões.

E mais, nesse período foram concluídas as obras de 26 embarcações e 1 cábrea. Vale frisar que, comparado com o exercício anterior, o ano de 2005 teve um decréscimo

de 35% no desempenho no que tange a quantidade de embarcações entregues, porém houve um acréscimo de 34% no que tange aos valores totais de recursos liberados pelo FMM, estando prevista para 2006 a entrega de 32 embarcações.

Esses investimentos possibilitaram a geração estimada de 28.000 empregos diretos, representando um acréscimo de 3.000 mil novos empregos gerados em relação ao ano de 2004. Merece destaque o fato de que para cada emprego direto gerado na atividade de construção naval são gerados de 3 a 4 empregos indiretos.

A previsão orçamentária de destinação de recursos ao FMM em 2006 é de R\$ 1,5 bilhão. A perspectiva será contratar as obras já priorizadas pelo Conselho Diretor do Fundo de Marinha Mercante e as que vierem a ser priorizadas em 2006.

Na área offshore, a indústria naval brasileira conseguiu, em curto espaço de tempo, colocar-se entre aquelas de ponta em nível internacional, sendo que para os próximos anos, o potencial de crescimento do setor deverá ampliar-se com a perspectiva de financiamento, a curto prazo, de pelo menos 54 embarcações, incluídas as da TRANSPETRO, da Petróleos da Venezuela S.A (PDVSA), em negociação, e da iniciativa privada.

Apesar da previsão de subvenção ao prêmio seguro-garantia seguro garantia na modalidade executante construtor para construção de embarcações, regulamentado pelo Decreto nº 5.140/2004 e da realização de algumas reuniões pelo Comitê Gestor, no ano de 2005 não houve a apresentação de qualquer interessado, apesar de representar uma medida adotada pelo atual governo de incentivo a novos interessados à obtenção de financiamentos de recursos do FMM além de representar um entrave para o setor.

Quanto ao programa PROFROTA Pesqueira, instituído pela Lei nº 10.849/2004, também em 2005 não houve demanda para que fosse submetida à análise do CDFMM, com previsão de ocorrer em 2006.

## **CONCLUSÃO DO RELATÓRIO**

Entende esta Secretaria Executiva que a legitimidade do Estado decorre da efetividade de sua ação, e a ação do Estado é dependente da ação do governo, que constitui instrumento e condição de legitimação.

A legitimidade deve ser o principal atributo da Administração Pública, como consenso acerca dos critérios qualitativos que orientam sua intervenção, pautada nos resultados. As premissas da ação devem basear-se em resultados concretos na direção do bem-estar, o que demonstra sua utilidade por meio da gestão efetiva de seus recursos.

Nesse conceito administrar é pensar no que está do lado de fora da organização, visando alcançar o homem-cidadão, que pertence simultaneamente ao mundo interior e exterior, sendo afetado por aquilo que ele mesmo produz dentro das organizações.

O que confere racionalidade às práticas administrativas não é a sua forma aparente, nem o seu significado intrínseco, mas a função positiva que realizam na estratégia adequada para atingir determinado objetivo concreto, socialmente desejado.

Essa é a visão desta Secretaria Executiva na implementação de suas ações e no cumprimento de sua missão.

**Paulo Sérgio Oliveira Passos**  
Secretário-Executivo

**Estevam Pedrosa**  
Subsecretário de Assuntos Administrativos

**Heraldo Cosentino**  
Subsecretário de Planejamento e  
Orçamento

**José Augusto da Fonseca Valente**  
Secretário de Política Nacional de  
Transportes

**Pedro da Costa Carvalho**  
Secretário de Gestão de Programas de  
Transportes

**Sérgio Hermes Martello Bacci**  
Secretário de Fomento para Ações de Transportes